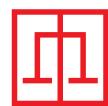




RELATÓRIO DE ATIVIDADES | 2019

Procuradoria-Geral da República
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Relatório de Atividades 2019

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Procuradoria-Geral da República
Rua da Escola Politécnica, 140
1269-269 Lisboa
Tel. +351 213 921 900

correiopgr@pgr.pt
www.ministeriopublico.pt

Título | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019
SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Edição | Procuradoria-Geral da República

Secretário da PGR | Carlos Adérito Teixeira



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	6
2. AUTOAVALIAÇÃO	8
2.1. Resultados e desvios aos objetivos do Plano Estratégico	8
2.2. Resultados e desvios aos objetivos do QUAR	13
2.3. Avaliação do sistema de controlo interno	16
2.4. Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação	18
2.5. Apreciação dos utilizadores	18
3. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES	21
3.1. Direção de Serviços de Apoio Administrativo	21
3.1.1. Unidade de Administração Geral (UAG)	21
3.1.2. Unidade de Administração e Processos (UAP)	31
3.2. Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)	33
3.3. Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo (NACC)	36
3.4. Divisão de Documentação e Informação (DDI)	37
3.5. Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI)	43
3.6. Cooperação Judiciária Internacional (CJI)	59
3.7. Setor de Traduções	61
3.8. Atividades e projetos transversais	62
3.8.1. Setor de Planeamento	62
3.9. Recursos humanos, financeiros e tecnológicos	64
3.9.1. Recursos humanos	64
3.9.2. Recursos financeiros	66
3.9.2.1. Ótica Orçamental	66
3.9.2.1.1. Receita	66
3.9.2.1.2. Despesa	68
3.9.2.2. Ótica patrimonial	73
3.9.2.2.1. Balanço	73



3.9.2.2.2. Demontração de Resultados	75
3.9.3. Recursos tecnológicos	79
3.10. Instalações	81
4. AVALIAÇÃO FINAL	82
5. ACRONÍMIA	84

ANEXOS

QUAR de 2019

Inquérito de satisfação aos utilizadores do Serviço de Apostila

Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da PGR

Balanço Social de 2019

Demonstrações financeiras e orçamentais e respetivos anexos

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas, em 2019, pelos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA), nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro e da Lei n.º 66-B/2006, de 28 de dezembro.

O Relatório de Atividades é um imprescindível instrumento de gestão e constitui um meio privilegiado de publicitação da atividade realizada pelos SATA em termos de objetivos atingidos e recursos utilizados, identificando os resultados alcançados face aos objetivos e metas assumidos no Plano Estratégico 2019-2021, no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades de 2019.

Este documento inicia-se com a autoavaliação dos Serviços de Apoio, através da apresentação do nível de execução dos objetivos estratégicos que integram o Plano Estratégico, bem como dos objetivos operacionais constantes do QUAR de 2019.

Seguidamente, é feita a descrição do sistema de controlo interno e apresentada a apreciação global dos serviços prestados pelos SATA, a qual resulta do tratamento das questões formuladas nos inquéritos de satisfação dirigidos aos utilizadores finais dos serviços.

Posteriormente são evidenciados, para cada unidade orgânica/setor, os demais objetivos estabelecidos, bem como a execução das várias atividades e projetos previstos no Plano de Atividades e, no seguimento, as atividades que foram realizadas apesar de não previstas.

São, ainda, identificados os recursos humanos, financeiros e tecnológicos à data de 31 de dezembro de 2019.



Em linha com o normativo vigente, este Relatório inclui o Balanço Social e o QUAR, bem como os inquéritos utilizados para avaliar a satisfação dos utilizadores.

Lisboa, 4 de setembro de 2020

Carlos Adérito Teixeira

Secretário da Procuradoria-Geral da República



2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. Resultados e desvios aos objetivos do Plano Estratégico

A avaliação dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA) da Procuradoria-Geral da República, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento dos objetivos que integram o Plano Estratégico (PE) 2019-2021.

Com o propósito de proceder ao apuramento dos resultados alcançados e dos desvios verificados, face aos objetivos fixados para o ano transato, foram solicitados, aos responsáveis pelas diversas unidades orgânicas, em 16 de janeiro de 2020, os elementos necessários à avaliação do Plano.

Os **resultados obtidos** durante o período compreendido, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, constam do painel de indicadores estratégicos que seguidamente se apresenta:

Objetivo Estratégico I	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público	N.º de participações, no âmbito da representação nacional do Estado português, nas diversas instâncias da UE e do Conselho da Europa.	2	4	CJI
	Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ, no prazo definido.	80%	100%	DAJ
	Taxa de execução do plano de formação.	80%	85%	DSAA/UAG
	Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	70%	72%	DSAA/UAG



Objetivo Estratégico I	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público	Prazo para apresentação de diagnóstico de competências pessoais e organizacionais.	30 de junho	1 de julho	DSAA/UAG
	N.º de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	2	3	CJI
	Grau de progresso (%) da concretização de um sistema de informação, através de balcões eletrónicos, para apresentação de requerimentos e outras peças processuais do MP – Atendimento Eletrónico ao Cidadão (AEC).	100%	100%	DPOI

No que respeita ao grau de concretização dos objetivos definidos, importa referir o seguinte:

Foram agregados ao objetivo estratégico I, 7 indicadores. Os resultados alcançados são positivos podendo verificar-se, através dos valores apresentados no quadro supra que, em alguns casos, superam largamente as metas estabelecidas.

Objetivo Estratégico II	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Agilizar e simplificar processos e procedimentos	Proposta (anteproyecto) do movimento de magistrados apresentada nos termos da nova organização do sistema judiciário, antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	8	10	DPOI
	Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos cumpridos no prazo definido.	80%	100%	DAJ



Objetivo Estratégico II	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Agilizar e simplificar processos e procedimentos	Prazo para a conclusão/aprovação do Manual de Controlo Interno.	N.A.	N.A.	DSAA/UAG
	Grau de progresso (%) da implementação do sistema de disaster recovery.	100%	75%	DPOI
	Grau de progresso (%) de um sistema de balanceamento de rede.	50%	50%	DPOI
	Grau de progresso (%) da implementação das políticas de segurança da informação baseadas na norma ISO 27001, a todas as áreas da DPOI.	30%	30%	DPOI
	Grau de progresso (%) da implementação de um sistema de informação que possibilite o pedido e a consulta de apostilas através do Portal do MP.	20%	20%	DPOI

O objetivo estratégico II, evidenciado na tabela acima indicada, agrupa 6 indicadores.

Dois deles “Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados apresentada nos termos da nova organização do sistema judiciário, antes do prazo definido por deliberação do CSMP” e “Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos concluídos no prazo definido”, evidenciam um resultado bastante satisfatório.

Podemos também constatar que para a concretização deste objetivo estratégico contribuíram, ainda, os resultados positivos de outros 3 indicadores.

Contudo, uma das metas estabelecidas, para 2019, não foi alcançada. Como justificação para os desvios verificados, foram indicados os seguintes fundamentos:



Objetivo Estratégico II	Indicadores do Objetivo Estratégico	Justificação para os desvios verificados
Agilizar e simplificar processos e procedimentos	Grau de progresso (%) da implementação do sistema de disaster recovery.	Apesar de já estar a ser efetuada a replicação da informação entre os equipamentos do centro de dados principal (DC) e os que são instalados no centro de dados de recuperação de desastres (DR), todos os equipamentos ainda se encontram no mesmo local físico, por atraso do operador na instalação do circuito de ligação ao centro de dados de Viseu. Assim, considera-se que, apesar de os sistemas estarem já preparados para a implementação do DR, a impossibilidade da sua deslocalização física condiciona o cumprimento integral desta implementação.

Objetivo Estratégico III	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do MP com 3, 4 e 5 (1 a 5).	75%	84,49%	DPOI
	Percentagem de utilizadores internos que avaliam a Intranet da PGR com 4 e 5 (1 a 5).	75%	77,2%	DPOI
	Percentagem de utilizadores internos que avaliam os serviços de integração e suporte tecnológico com 4 e 5 (1 a 5).	75%	79,87%	DPOI
	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (1 a 5).	80%	99,2%	DDI



Objetivo Estratégico III	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2019	Resultado	Unidade Orgânica
Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Prazo para a entrada em operação do novo catálogo da Biblioteca da PGR (Koha).	N.A.	N.A.	DDI
	Prazo para racionalizar o acervo da Biblioteca, descatalogando os exemplares que já não se revelem necessários e oferecendo-os a bibliotecas congêneres.	31 de dezembro	Oferta à Biblioteca da PGR de Cabo Verde concretizada em outubro de 2019	DDI
	Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (Base de dados AtoM).	15%	16,2%	DDI
	Prazo para a inclusão da base de dados do Arquivo Histórico do Ministério Público no Portal Português de Arquivos.	31 de dezembro	Candidatura apresentada em maio de 2019 Requisitos técnicos comunicados em outubro de 2019	DDI
	Taxa de execução orçamental (Orçamento de Funcionamento).	78%	98%	DSAA/UAG
	Taxa de reembolso dos projetos.	80%	80%	DSAA/UAG

O objetivo estratégico III integra 9 indicadores que, na sua totalidade, apresentam resultados francamente positivos, com superação das metas fixadas.

O indicador “Taxa de reembolso dos projetos”, foi concretizado com um resultado igualmente positivo.



2.2. Resultados e desvios aos objetivos do QUAR

Os resultados alcançados ao nível do cumprimento dos objetivos estabelecidos no QUAR refletem o trabalho desenvolvido pelas unidades orgânicas, direta e indiretamente envolvidas na sua consecução bem como o esforço, dedicação e empenho revelados por todos quantos, integrados nos diversos serviços, aqui trabalham.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2019

Procuradoria-Geral da República

Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

MISSÃO: Assegurar o apoio técnico e administrativo, bem como o apoio geral aos órgãos e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou dela diretamente dependem, nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, da organização e sistemas de informação e da documentação

VISÃO: Pretende-se ser um Serviço que, reconhecidamente, potencia o cumprimento da missão da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)

OE 1 Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

OE 2 Agilizar e simplificar processos e procedimentos

OE 3 Melhorar a qualidade dos serviços prestados

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OP)

EFICÁCIA

125%

Ponderação 30%

OP1 Maximizar o nível de atividade dos SATA

125%

Ponderação 100%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 1.1 Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos concluídos no prazo definido.	80%	80%	100%	50%	100%	125%	Superou	25%
INDICADOR 1.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	80%	100%	50%	100%	125%	Superou	25%

EFICIÊNCIA

114%

Ponderação 40%

OP2 Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos

113%

Ponderação 40%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 2.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	78%	78%	98%	50%	98%	125%	Superou	25%
INDICADOR 2.2 Taxa de reembolso dos projetos.	80%	80%	100%	50%	80%	100%	Atingiu	0%

OP3 Assegurar a operacionalidade atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16.º da LOE 2019

111%

Ponderação 30%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 3.1 Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação do desempenho.	N.A.	90%	100%	100%	100%	111%	Atingiu	11%



OP4 Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores							118%	Ponderação 30%
Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	80%	100%	40%	85%	106%	Atingiu	6%
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	60%	70%	75%	30%	72%	103%	Atingiu	3%
INDICADOR 4.3 Número de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	2	2	3	30%	3	150%	Superou	50%

QUALIDADE							121%	Ponderação 30%
OP5 Melhorar a qualidade dos serviços prestados							121%	Ponderação 100%
Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 3, 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	75%	75%	94%	30%	84%	112%	Atingiu	12%
INDICADOR 5.2 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	80%	100%	30%	99%	124%	Atingiu	24%
INDICADOR 5.3 Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	8	8	10	40%	10	125%	Superou	25%

Meios disponíveis

Recursos Humanos

Carreiras	N.º de trabalhadores	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	2	8	16		
Dirigentes - Direção intermédia	3	5	15		
Técnico Superior	29	4	116		
Informática	16	4	64		
Coordenador Técnico	6	3	18		
Assistente Técnico	35	2	70		
Assistente Operacional	7	2	14		
Oficial de Justiça	6	3	18		
Outros	2	3	6		
Total	106	34	337		

Orçamento (Euros)	Inicial	Corrigido	Realizado	Desvio
Funcionamento	17 668 018	16 756 280		
PIDDAC	1 908 915	1 908 915		
Total	19 576 933	18 665 195		



Indicadores	Fontes de Verificação
INDICADOR 1.1 Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos concluídos no prazo definido.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 1.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.2 Taxa de reembolso dos projetos.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.1 Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação do desempenho.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	Plano de Formação, de 2019. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	Relatório de Formação, de 2019. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.3 Número de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	Preparação e divulgação das ações de formação. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 3, 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores do Portal do Ministério Público.
INDICADOR 5.2 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 ou 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Biblioteca.
INDICADOR 5.3 Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados, antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).



2.3. Avaliação do sistema de controlo interno

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (D.R. n.º 250, I série, suplemento), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008 (D.R. n.º 252, I série, suplemento), 55-A/2010 (D.R. n.º 253, I série, suplemento) e 66-B/2012 (D.R. n.º 252, I série, suplemento), todas de 31 de dezembro, que determina a avaliação do sistema de controlo interno, apresenta-se no quadro infra, o ponto de situação.

Aplicado: Sim (S); Não (N); Não Aplicável (NA)

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	◊			Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e relatório de acompanhamento da sua execução.
É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	◊			Segregação de funções e verificação, pelos coordenadores e técnicos superiores.
Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			◊	
Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	◊			Carta ética da Administração Pública.
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	◊			É elaborado anualmente um Plano de Formação que vai sendo adaptado às necessidades dos serviços.
Estão claramente definidos e estabelecidos contatos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	◊			Foi implementada a prática de contatos regulares entre a direção superior e os dirigentes das unidades orgânicas, quer através de reuniões formais, quer através de contatos mais informais.
O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		◊		
2 – Estrutura organizacional				
A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras legalmente definidas?	◊			Lei orgânica dos Serviços de Apoio – DL n.º 333/99, de 20 de agosto.
Qual a percentagem de trabalhadores do serviço avaliados com o SIADAP 2 e 3?	◊			100% nos termos previstos na Lei.
Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação?	◊			72% dos trabalhadores frequentam, pelo menos, uma ação de formação.



Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
Existem manuais de procedimentos internos?	◊			Utilização de telemóveis de serviço da PGR; Norma de controlo de acesso, circulação e permanência nas instalações da PGR; Deslocações em serviço e ajudas de custo e transportes; Fundo de maneio; Requisições internas de material; Áreas transversais.
A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	◊			Estatuto dirigente e despacho de delegação de competências.
É elaborado anualmente um plano de compras?	◊			Ao abrigo do regulamento do sistema nacional de compras públicas e no âmbito do sistema de informação fornecido pelo GeRFIP, na vertente de gestão de armazém e gestão de contratos.
Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	◊			O número otimizado de meios humanos implica níveis significativos de polivalência e colaboração intersetores.
As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	◊			Caraterização dos postos de trabalho a nível de carreiras. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	◊			Além dos fluxos gerados nos sistemas de informação, foram também elaborados fluxos internos.
Os circuitos de documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	◊			
Existe um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas?	◊			
O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é executado e monitorizado?	◊			É elaborado o relatório de acompanhamento da execução do Plano.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	◊			SRH, SIOE, GEADAP, GeRFIP, SIGO, SOL.
As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	◊			Mesmo quando não integradas através de serviços, considerando que estão em bases de dados, o cruzamento é possível.
Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	◊			Apesar de não existir um mecanismo formal, a área de tecnologia, juntamente com as áreas pertinentes efetuam validações sobre os vários outputs.
A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	◊			É extraída, das diversas bases e sistemas, informação referente aos recursos humanos dos SATA, movimento de magistrados, fluxos financeiros e de aprovisionamento, que posteriormente é utilizada nos processos de decisão.



Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	◊		Os requisitos de segurança instituídos não permitem o acesso a informação ou ativos do serviço, por parte de terceiros.
A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	◊		Existe um plano de backups formalmente constituído para file servers, mail e bases de dados, realizados integralmente uma vez por mês, diferencialmente ao final do dia e de modo incremental ao fim de semana.
A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	◊		Regras de acesso definidas por <i>firewall</i> . Existem sistemas centralizados de proteção antivírus e SPAM.

2.4. Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação

Nos SATA da PGR, os dirigentes intermédios elaboram, em colaboração estreita com os dirigentes superiores, e em consonância com os objetivos que integram o Plano Estratégico e o QUAR, os objetivos operacionais das suas unidades orgânicas. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução de todos os objetivos foi efetuado em conjunto, tendo-se procedido a ajustamentos quando necessário.

Todos os trabalhadores participam no processo de autoavaliação da organização, através dos respetivos dirigentes e também com a autoavaliação individual que cada um faz, no âmbito do SIADAP 2 e 3.

2.5. Apreciação dos utilizadores

A auscultação da apreciação por parte dos utilizadores dos serviços, através da elaboração de inquéritos de satisfação, é um contributo importante na autoavaliação de uma organização.

Tendo em vista a avaliação do grau de satisfação dos serviços prestados, os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da PGR promovem, junto dos utilizadores externos e dos colaboradores, os inquéritos que se afiguram mais pertinentes no âmbito da sua atuação.

Inquérito de satisfação - Utilizadores do Serviço de Apostila

Uma das competências da Procuradora-Geral da República é a emissão de apostilas e a sua verificação.

O Serviço de Apostilas insere-se na Secção de Expediente Geral e Arquivo (SEGA), na dependência da Unidade de Administração e Processos (UAP) e está integrado na Direção de Serviços de Apoio Administrativo (DSAA).

Tendo como objetivo a aferição do nível de satisfação dos utentes do Serviço visando a melhoria contínua do serviço prestado, foi elaborado e divulgado um inquérito de satisfação cuja finalidade consistia na auscultação das opiniões, preocupações e sugestões dos utilizadores daquele serviço.

O inquérito foi disponibilizado aos utentes, para preenchimento, em formato de papel no local de atendimento.

O universo estatístico é constituído por todos os utentes do Serviço de Apostilas, correspondendo a amostra aos 55 utilizadores que decidiram responder ao inquérito de satisfação.

Através da disponibilização do inquérito, foram submetidos à avaliação dos utentes cinco parâmetros de avaliação, compostos por diversas variáveis e avaliados na escala de 1 (Sem opinião) a 5 (Muito satisfeito), estando ainda reservado um campo para observações.

Consta, em anexo ao presente relatório, o modelo de questionário de satisfação disponibilizado aos utilizadores do Serviço de Apostila.

A avaliação dos inquéritos apresentados permite concluir que o grau de satisfação dos utentes do serviço se situa entre “satisfeito” e “muito satisfeito” - 4,5 pontos na escala de

1 a 5.

Inquérito de Satisfação - Utilizadores da Biblioteca da PGR

O Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República foi disponibilizado para preenchimento, entre 2 e 10 de dezembro, através da Internet. Foi garantido o completo anonimato dos utilizadores que quiseram prestar o seu contributo.

Foram obtidas 116 respostas válidas.

No primeiro grupo de questões que integraram o questionário de satisfação, pretendeu-se conhecer o perfil dos utilizadores da Biblioteca. Num segundo grupo de questões, procurou-se obter a apreciação qualitativa dos utilizadores sobre os serviços ali prestados, utilizando para o efeito perguntas fechadas, com uma escala de satisfação entre 1 (Muito Insatisfeito) e 5 (Muito satisfeito).

99% dos utilizadores da Biblioteca avaliaram com 4 ou 5 a qualidade global dos serviços prestados. A pontuação ponderada corresponde a 4,72 (Muito Bom), a mais elevada desde que são realizados inquéritos de satisfação.

Consta em anexo ao presente documento, o modelo de questionário de satisfação disponibilizado aos utilizadores da Biblioteca da PGR.



3. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

3.1. Direção de Serviços de Apoio Administrativo

3.1.1. Unidade de Administração Geral (UAG)

Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2019	Resultados Obtidos
OEI, OEII, OEIII	Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos.	Taxa de execução orçamental (Orçamento de Funcionamento).	78%	98%
		Taxa de reembolso de projetos.	80%	80%
OEI, OEII, OEIII	Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores.	Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	85%
OEI, OEII, OEIII		Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	70%	72%



Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional UO	Indicador	Meta 2019	Resultados Obtidos
OE I,II,III	Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos.	Taxa de execução orçamental (Orçamento de Funcionamento).	80%	98%
		Taxa de reembolso de projetos.	80%	80%
OE I,II,III	Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores.	Taxa de execução do plano de formação.	80%	85%
		Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao número de trabalhadores.	70%	72%
OE III	Melhorar a eficiência operacional dos serviços.	Taxa de execução do QUAR da UAG.	80%	80%
		Prazo para a apresentação do Relatório do Balanço Social de 2019.	30/04/2019	26/04/2019
		Prazo para a apresentação do Relatório de Formação de 2019.	30/06/2019	30/06/2019
		Prazo para a apresentação do Relatório do SIADAP 3, referente ao biénio 2017/2019.	30/06/2019	28/06/2019
		Prazo para a submissão apresentação da Conta de Gerência, de 2018.	30/04/2019	30/04/2019
OE II	Assegurar a operacionalização atempada dos atos a que se refere o nº 2 do artigo 16 da LOE/2019.	Percentagem de trabalhadores com processamento de valorizações remuneratórias no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação do desempenho.	90%	99%



Atividades da UAG

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Planeamento e gestão do orçamento.	SC	Execução do orçamento de funcionamento com uma taxa de execução de 98%, num total 16.585.678€. O orçamento de investimento foi executado em 41%, num total de 826.205€.
Execução orçamental.	SC	Foram efetuados 3.288 pagamentos perfazendo um total de 17.411.883€. Emitiram-se 40 RAPs, 15 RNAPs e cobrada receita num total de 2.319.172€.
Elaboração da conta de gerência.	SC	Tarefa executada e submetida ao TC nos termos da Lei nº 98/97, de 26 de agosto.
Elaboração de reportes orçamentais internos e externos.	SC	Foram efetuados 72 reportes dirigidos a DGO, SIGO, IGF e Tribunal de Contas.
Elaboração de reportes tributários.	SC	Efetuaram-se 13 reportes (DMR).
Tratamento de receita.	SC	Foram identificados e classificados 5334 registos de tesouraria.
Apoio administrativo às deslocações.	SC	79 processos de viagens
Acompanhamento das despesas no âmbito da cooperação.	SC	Efetuado o reporte à DGPI.
Acompanhamento dos projetos comunitários.	SC	Assegurado o acompanhamento da execução, preparação de pedidos de reembolso e organização de processos de 9 projetos (AEC, SIC-MP, ETHOS, EXEC, Evidence2 e, +SIM, SECLINKPLUS, PT-Evidence; ROAR).
Contratação de bens e serviços.	SPESG	Elaborados 438 processos de contratação, sendo 158 de aquisição de bens e 280 de aquisição de serviços.
Fornecimento de bens e serviços.	SPESG	Foram satisfeitas 503 requisições de material.
Gestão das existências.	SPESG	Efetuadas 4 contagens de existências de armazém (uma por trimestre).



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Conservação e segurança das instalações.	SPESG	A segurança das instalações é garantida por empresa de segurança privada. O serviço é assegurado 24h/dia no Palácio Palmela e no DCIAP e das 8h00 às 20h00 no edifício da Rua de Vale do Pereiro, n.º 2. No Palácio Palmela, das 08h às 20h, a segurança é reforçada por um agente da PSP. No decorrer do ano, foram realizadas as seguintes obras: <ul style="list-style-type: none">• Conservação: Salas, corredores e Wc's do 1.º, 2.º e 3.º pisos do Palácio Palmela.• Restauro: Corredor do 1.º andar do Palácio Palmela.
Manutenção do parque automóvel.	SPESG	O parque de viaturas da PGR é composto por 14 viaturas com uma média de idades de 10 anos. Na sua gestão foram gastos 11.600,89€.
Cadastro e inventário dos bens móveis e viaturas.	SPESG	Todos os bens móveis e viaturas estão inventariados e registados na plataforma GeRFIP. No ano de 2019 foram inventariados 493 bens e efetuadas as respetivas amortizações.
Disponibilização de títulos de transporte públicos a magistrados e a funcionários de justiça.	SPESG	Foram realizados 1.272 carregamentos de passes, correspondentes a 147 utilizadores. Foram emitidas 65 requisições, processados 41 reembolsos e processados 12 mapas de viagens efetuadas na CP. A despesa em transportes totalizou, no ano de 2019, o valor de 114.580,12€.
Apoio logístico ao gabinete da Conselheira Procuradora-Geral-República.	SPESG	Todos os pedidos de apoio logístico (pedidos de material e de serviços) foram satisfeitos.
Gestão dos contratos.	SPESG/SC	Procedimentos logísticos - foram assinados 32 contratos novos. Contratos Plurianuais - No final do ano estavam em vigor 20 contratos plurianuais. Procedimentos financeiros - mantêm-se 4 contratos de arrendamento.
Reporte de aquisição de bens e serviços.	SPESG/SC	Tarefa executada.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Recrutamento de recursos humanos.	RH/SP	Foram publicitados e concluídos 4 procedimentos em regime de mobilidade. Iniciaram-se 3 procedimentos concursais que se encontram a decorrer.
Elaboração do Balanço Social.	RH/SP	Foi elaborado o Balanço Social de 2019, e publicado o Relatório na página da Intranet e no Portal do Ministério Público.
Processamento de vencimentos e outros abonos e elaboração do mapa mensal de execução.	SP	Foram efetuados 3.311 processamentos de vencimentos e outros abonos do pessoal em funções na PGR. Elaboração de 12 mapas para controlo de gestão.
Execução de procedimentos referentes à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social.	SP	Inscrições, alterações, contagens de tempo e pedidos de aposentação e reforma num total de 43.
Execução de procedimentos referentes à ADSE.	SP	Inscrições, alterações, revalidação de cartões e remessa de documentos para comparticipação, num total 195.
Procedimentos relativos a férias faltas e licenças.	SP	Foram efetuados 2.720 registos de férias, faltas e licenças dos colaboradores da PGR.
Elaboração do mapa de pessoal previsto no artigo 29.º da Lei n. 35/2014, de 20 junho.	RH/SP	Foi elaborado e aprovado o mapa anual de pessoal previsto no artigo 29.º da Lei n. 35/2014, de 20 junho que acompanhou a proposta de orçamento para 2020.
Planeamento, execução e gestão do plano de formação.	RH/SP	O plano de formação foi executado de acordo com o levantamento das necessidades dos trabalhadores. Foram realizadas 35 ações de formação. A taxa de execução do Plano foi de 85%. Foi elaborado relatório da formação, de 2019, e enviado ao INA.
Execução do SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.	RH/SP	O apuramento dos dados e o respetivo carregamento trimestral, no portal da DGAEP, foi assegurado dentro dos prazos instituídos.
Plano de redução de trabalhadores na Administração Central do Estado e de acompanhamento e controlo da respetiva execução (RCM nº 22/2012).	RH/SP	O reporte trimestral de controlo de efetivos foi comunicado ao IGFEJ, IP nos prazos determinados.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Planeamento, execução e gestão do SIADAP III.	RH/SP	Todas as atividades relativas ao Sistema de Avaliação do desempenho, do biénio de 2017/2018, foram realizadas de acordo com os prazos legais: Preparação e acompanhamento das reuniões do CCA. Foi elaborado um ficheiro dos trabalhadores abrangidos, para verificação do n.º de pontos adquiridos desde a última alteração de posição remuneratória. Preparação da avaliação do desempenho para o biénio 2019/2020. Elaboração de relatório com os dados consolidados e envio à DGAEP. Elaboração relatório final e publicitação na página da intranet.
Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.	RH	No que respeita à Medicina no Trabalho, só 7% dos trabalhadores foram convocados, uma vez que a empresa prestadora dos serviços de SST não apresentou mais agendamentos, apesar da insistência dos nossos serviços. relativamente à Segurança no Trabalho, foram realizadas avaliações de risco aos locais de trabalho, mas não foi apresentado pela empresa, nenhum relatório. A nosso pedido foram realizadas duas reuniões com a empresa, para avaliar a fraca execução do projeto. Foram feitas várias insistências por correio eletrónico a solicitar o cumprimento do contrato. O assunto foi reportado por e-mail à UCMJ, por 2 vezes, e não obtivemos resposta.
Reporte mensal de Encargos com as valorizações remuneratórias Ponto XII, n.º 137ª 140 Circular série A n.º 1391 da DGO.	RH	Ação realizada até ao dia 10 de cada mês.
Controlo e Monitorização do processo e descongelamento de carreiras, progressões e promoções	RH	Foram reportados à DGO e IGFEJ 12 reportes.



Projetos da UAG

		Código	P1 DSAA-UAG
Designação do projeto	Diagnóstico, construção de perfis de competência dos postos de trabalho dos SATA.		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo.		
Descrição	Realização do diagnóstico de competências pessoais e organizacionais dos SATA.		
Objetivos e resultados a obter	Relatório com a caracterização das competências dos postos de trabalho e identificação dos perfis necessários.		
Duração	Início: 01.11.2016	Fim: 30.6.2019	
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
4ª Fase – Validação e apresentação dos perfis de competências.		DSAA/UAG	Foi apresentado relatório no dia 1 de julho.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação das técnicas superiores Fátima Figueiredo e Eduarda Elvas.			



		Código	P2 DSAA-UAG
Designação do projeto	Projetos comunitários.		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo		
Descrição	Acompanhamento administrativo e financeiro da submissão e da execução dos projetos comunitários.		
Objetivos e resultados a obter	Aprovação das candidaturas e boa execução administrativa e financeira dos projetos aprovados.		
Duração	Início: 01.01.2016	Fim: 31.12.2020	
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Execução dos projetos.		DSAA/UAG	AEC – 31% SIC-MP – 44% Evidence – 18%.
Reprogramação dos projetos.		DSAA/UAG	SIC-MP – 1 reprogramação SecLinkPlus – 1 reprogramação AEC – 1 reprogramação Evidence2e-Codex – 1 reprogramação.
Inscrição orçamental.		DSAA/UAG	Reforço da capacidade de Interconexão e segurança do SIC-MP. - Simplificação Interação e Modernização do Relacionamento com o Cidadão Através da transformação Digital; - Interoperabilidade no Tratamento e Apresentação da Prova.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação de dois técnicos superiores, Hélia Alves e Rosa Simões; dos coordenadores técnicos e assistentes técnicos das secções de contabilidade e património, expediente geral e arquivo.			



		Código	P3 DSAA-UAG
Designação do projeto	Beneficiação e conservação do edifício sede da PGR.		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo.		
Descrição	Obras de beneficiação e de conservação do edifício sede da PGR.		
Objetivos e resultados a obter	Melhoria das condições do edifício sede da PGR.		
Duração	Início: 01.01.2019	Fim: 31.12.2019	
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Levantamento das necessidades.		DSAA/UAG	Feito (Obras de conservação nos 1º, 2º e 3º pisos do Palácio Palmela).
Elaboração de informação para abertura do procedimento.		DSAA/UAG	Cumprido na totalidade.
Lançamento de procedimentos aquisitivos.		DSAA/UAG	Cumprido na totalidade.
Adjudicação dos procedimentos.		DSAA/UAG	Cumprido na totalidade.
Acompanhamento de execução.		DSAA/UAG	Cumprido na totalidade.
Finalização do trabalho.		DSAA/UAG	Cumprido na totalidade.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação da técnica superior Gabriela Cardoso e dos coordenadores técnicos Luís Graça e Paula Trony.			



		Código	P4 DSAA-UAG		
Designação do projeto	Segurança e Saúde no Trabalho (SST).				
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo.				
Descrição	Promoção de saúde no trabalho e controlo de riscos associados às componentes de trabalho.				
Objetivos e resultados a obter	Prestação de serviços de medicina no trabalho; Auditoria técnica, elaboração do plano de emergência interno e implementação de medidas de segurança.				
Duração	Início: 01.01.2016 Fim: 31.05.2021				
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos			
Apresentação de propostas das medidas de prevenção a aplicar.	DSAA/UAG e DPOI	Não realizado, por razões não imputáveis aos serviços da PGR.			
Constituição de equipas de segurança.	DSAA/UAG	Não realizado, por razões não imputáveis aos serviços da PGR.			
Realização de simulacros.	DSAA/UAG	Não realizado, por razões não imputáveis aos serviços da PGR.			
Formação dos trabalhadores.	DSAA/UAG	Não realizado, por razões não imputáveis aos serviços da PGR.			
Revisão da sinalética de segurança do Palácio de Palmela.	DSAA/UAG	Não realizado, por razões não imputáveis aos serviços da PGR.			
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto					
Afetação das técnicas superiores Fátima Figueiredo e Eduarda Elvas e do coordenador técnico da seção de economato, património e serviços gerais, Luis Graça.					

Nota: no que respeita à Medicina no Trabalho, só 7% dos trabalhadores foram convocados, uma vez que a empresa prestadora dos serviços de SST não apresentou mais agendamentos, apesar da insistência dos nossos serviços.

Relativamente à Segurança no Trabalho, foram realizadas avaliações de risco aos locais de trabalho, mas não foi apresentado pela empresa nenhum relatório.

A nosso pedido foram realizadas 2 reuniões com a empresa, para avaliar a fraca execução do projeto.

Foram feitas várias insistências, por correio eletrónico, a solicitar o cumprimento do contrato.

O assunto foi reportado por e-mail à UCMJ, por 2 vezes, mas não obtivemos resposta.



3.1.2. Unidade de Administração e Processos (UAP)

Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado em 31.12.2019
OEIII	Promover a coesão interna da PGR através do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.	Grau de cumprimento das medidas definidas no Plano.	100%	100%
OEIII	Garantir a satisfação dos utilizadores da UAP.	Percentagem de utilizadores que avaliam os serviços prestados pela UAP com 3 ou 5 (escala de 1 a 5)	80%	100%

Atividades da UAP

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico e administrativo ao Conselho Superior e Serviços de Inspeção do MP.	SACSMP	Apoio assegurado dentro dos prazos estabelecidos
Gestão da base de dados, atualização do registo biográfico e disciplinar dos magistrados do MP.	SACSMP	Atividade assegurada diariamente
Elaboração do relatório anual da PGR. a)	Elsa Costa Eduarda Elvas V. Mendonça	Relatório síntese elaborado.
Apoio técnico e administrativo na preparação dos movimentos e elaboração das listas de antiguidade dos magistrados do MP. b)	SACSMP	Atividade cumprida integralmente, dentro dos prazos previstos.
Procedimentos administrativos nos processos judiciais com intervenção da PGR.	SIP	Procedimentos cumpridos dentro dos prazos legais.
Receção, distribuição, expedição, arquivo e conservação de correspondência e exposições.	SEGA	Verificados alguns atrasos no tratamento do expediente.
Processamento do expediente relativo ao Serviço de Apostilas e exposições.	SEGA	Atividade assegurada diariamente dentro dos prazos legais.
Lançamento do inquérito anual de avaliação da satisfação dos utilizadores do Serviço de Apostilas.	F. Ramos	Foram disponibilizados inquéritos de satisfação aos utentes do serviço de apostilas.

a) e b) Atividade partilhada com a DPOI.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Procedimentos administrativos respeitantes às relações institucionais do MP.	SEGA SACSMP	Atividade realizada integralmente.
Apoio administrativo aos vogais do Conselho Consultivo.	SACC	Apoio prestado integralmente.
Processamento do expediente relativo ao Conselho Consultivo, elaboração das tabelas das sessões, registo e publicação dos pareceres.	SACC	Atividade desenvolvida, dentro dos prazos regulamentares.

Projeto da UAP

Código P1 DSAA - UAP		
Designação do projeto	Implementação do proGest	
Responsabilidade	Seção de Expediente Geral e Arquivo Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação	
Descrição	Implementação, monitorização e aperfeiçoamento do novo programa informático de gestão de processos (proGest) da Procuradoria-Geral da República.	
Objetivos e resultados a obter	Realização de testes práticos para avaliação e aperfeiçoamento técnico do proGest. Aplicação do proGest, verificação do seu funcionamento e apresentação de sugestões sobre as melhorias a introduzir para otimização do programa.	
Duração	Início: 01.01.2019 Fim: 31.12.2019	
Ações desenvolvidas		
Responsável		Resultados obtidos
Monitorização do funcionamento do programa.		UAP
Avaliação prática do projeto.		UAP
Apresentação de sugestões.		UAP
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		



3.2. Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)

Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2019	Resultado
OE I e III	Maximizar o nível de atividade dos SATA.	Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Quadros Públicos concluídos no prazo definido.	80%	100%
OE III	Maximizar o nível de atividade dos SATA.	Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	100%

Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OEI	Assegurar a elaboração dos documentos a cargo da DAJ no prazo determinado.	% de documentos elaborados no prazo definido.	80%	100%
OEI	Garantir padrões elevados de qualidade e operacionalidade do apoio jurídico prestado.	Nível de qualidade do apoio, de acordo com critérios acordados com a chefia medido numa escala de 1 a 5.	3	3
OEI	Rentabilizar a prestação do apoio jurídico solicitado.	% de tarefas concluídas por trabalhador. a)	80%	100%



Atividades da DAJ

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico-jurídico no âmbito das áreas funcionais comuns integradas nas competências dos SATA (recursos humanos, financeiros e patrimoniais), e nas áreas específicas do Ministério Público, consubstanciado no apoio jurídico à tomada de decisão, no aconselhamento jurídico, na elaboração de estudos, pareceres, informações jurídicas ou documentos de outra natureza, na integração de júris, na participação em grupos de trabalho e/ou reuniões.	Adélia Pinheiro Leonor Romão José Figueiredo Maria J. Rodrigues Susana Pires	437 registos na base de dados da DAJ. O apoio técnico-jurídico foi prestado em diversas áreas, destacando-se: Apreciação e propostas de decisão sobre matérias relacionadas com as áreas de gestão de recursos, financeiros e patrimoniais (Recrutamento de pessoal; Mobilidade intercarreiras e intercategorias; Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; Situações de pré-reforma; Acidentes em serviço e doenças profissionais; Realização de estágios profissionais; Acompanhamento dos processos de avaliação do desempenho dos trabalhadores (SIADAP 3); Apreciação de reclamações e recursos; Reposição de remunerações indevidamente pagas; Pedidos de reposição, por compensação, da remuneração; Horário de funcionamento dos SATA da PGR).
Apoio técnico-jurídico no âmbito das áreas funcionais comuns integradas nas competências dos SATA (recursos humanos, financeiros e patrimoniais), e nas áreas específicas do Ministério Público, consubstanciado no apoio jurídico à tomada de decisão, no aconselhamento jurídico, na elaboração de estudos, pareceres, informações jurídicas ou documentos de outra natureza, na integração de júris, na participação em grupos de trabalho e/ou reuniões.	Adélia Pinheiro Leonor Romão José Figueiredo Maria J. Rodrigues Susana Pires	Apreciação e propostas de decisão sobre reclamações formuladas no livro "amarelo"; Apreciação e propostas de decisão sobre outras áreas específicas: <ul style="list-style-type: none">▪ Possibilidade de delegação de competências no coordenador do NAT;▪ Criação de nova área de especialização na área informática (criação de Laboratório Forense);▪ Alteração do texto do acordo de colaboração mútua entre a PGR e ACD-PGR;▪ Adenda ao CITFP e retificação de aviso para publicação em DR;▪ Apoio jurídico em matéria de organização judiciária e estatuto dos magistrados do MP;▪ Apreciação e preparação de atos legislativos, designadamente dos diplomas a que se refere o n.º 4 do artigo 15º do EMP;▪ Interpretação e aplicação de normas do RAFFE;▪ Elaboração de relatório de atividades e preenchimento de ficha autoavaliação 2017 e 2018;▪ Informação sobre o direito a atribuição de casa de função e de subsídio de compensação a magistrado.▪ Anotações ao Estatuto do Ministério Público;▪ Análise do pedido de autorização de uso de viatura própria feito por magistrado;▪ Horário de funcionamento dos SATA da PGR.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico-jurídico ao Conselho Superior do Ministério Público e a cada um dos seus membros.	Adélia Pinheiro Leonor Romão Maria J. Rodrigues Susana Pires	61 anteprojetos de acórdãos registados na base de dados da Divisão.
Apoio técnico-jurídico ao Regime de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos cargos Públicos (área de competência específica da PGR).	Adélia Pinheiro Leonor Romão José Figueiredo	561 declarações analisadas e sequência; 5 informações; 6 notas informativas; 69 atos normativos anotados na Base Titulares; 1290 operações realizadas na Base Titulares; 578 processos no Progest; 2119 trâmites no Progest; 281 declarações de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos depositadas por iniciativa do titular; 157 declarações de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos depositadas na sequência de solicitação ao titular; 45 pedidos de esclarecimentos complementares; 26 pedidos de autorização de acumulação; 4 juízos de incompatibilidade legal formulados; 271 processos novos; 440 entradas de documentos; 596 saídas de expediente. Proposta de remoção de conteúdos referentes ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de altos cargos públicos do Portal do Ministério Público (1.ª e 2.ª partes); Participação em reunião no Tribunal Constitucional para coordenação de procedimentos decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 527/2019 de 31 de julho.



3.3. Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo (NACC)

Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OEIII	Garantir padrões elevados de qualidade e operacionalidade do apoio jurídico prestado.	Nível de qualidade e utilidade do apoio, de acordo com critérios acordados com a chefia medido numa escala de 1 a 5.	3	3

Atividades do NACC

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico-jurídico ao Conselho Consultivo e a cada um dos seus membros, designadamente na elaboração de documentos-síntese, na prestação de informações jurídicas e no acompanhamento dos processos para decisão no Conselho Consultivo.	Susana Pires Maria J. Rodrigues	Foi prestada assessoria jurídica, tendo sido elaboradas 15 informações jurídicas: ▪ Processos 1.ª espécie: 10; ▪ Processos urgentes: 4; ▪ DFA: 1. Foram elaboradas e inseridas na respetiva base de dados 17 análises jurídicas. Foram elaborados 17 documentos síntese e/ou notas informativas. Entre estes 17, foram entregues elementos relativos às diferentes espécies de parecer: ▪ Normais: 10; ▪ Urgentes: 4; ▪ Outros: 3. Realizaram-se 19 análises jurídicas. Todo o trabalho de assessoria, realizado pelo NACC, foi executado nos prazos estabelecidos e concluído a 100%.



3.4. Divisão de Documentação e Informação (DDI)

Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OEIII	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 ou 5 (Escala de 1 a 5).	80%	99,2 %

Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80 %	99,2 %
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (Base de dados AtoM).	15 %	16,2 %



Atividades da DDI

Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Assegurar a prestação de serviços aos leitores da Biblioteca da PGR e garantir o funcionamento da sala de leitura.	Teresa Cordeiro Isabel Louro M. Lurdes Mendes	Número de leitores atendidos: 5 015. Número de volumes emprestados: 18 743.
Efetuar o controlo dos empréstimos.	M. Lurdes Mendes Isabel Louro	Ação realizada. Número de volumes devolvidos: 19 009.
Assegurar a arrumação dos depósitos da Biblioteca da PGR.	Teresa Cordeiro Isabel Louro M. Lurdes Mendes	Ação realizada.
Proceder à digitalização de espécies bibliográficas.	Teresa Cordeiro Isabel Louro M. Lurdes Mendes	Número de documentos digitalizadas: 1 618.
Realizar o registo dos novos leitores.	Teresa Cordeiro Isabel Louro	Número de novos leitores registados: 572.
Proceder ao registo, catalogação e classificação de 2.ª fase de monografias.	Cristina Brigas	Registo de monografias: 1 347. Catalogação de monografias: 1 148. Catalogação de analíticos de monografias: 1 557. Classificação de monografias, 2.ª fase: 1 320.
Proceder à catalogação de publicações periódicas.	Sandra Silva Ana Lima	Catalogação de analíticos de publicações periódicas: 4 339.
Proceder ao tratamento bibliográfico (indexação/classificação) de monografias e publicações periódicas.	Sandra Silva Ana Lima	Indexação de monografias: 928. Indexação de analíticos de monografias: 2 230. Indexação de analíticos de PPs: 4 384. Classificação de monografias, 1.ª fase: 957.
Garantir a publicação na Internet do fundo documental da biblioteca.	João Gonçalves	Novos registos bibliográficos publicados: 7 183.
Assegurar o controlo das publicações recebidas a título de depósito legal.	Cristina Brigas	Ação realizada. Foram recebidas 568 monografias através do depósito legal.
Assegurar a produção e difusão externa de boletins bibliográficos de monografias e publicações periódicas.	João Gonçalves Isabel Louro	Difundidos 12 boletins de monografias e 6 boletins de publicações periódicas.
Realizar os procedimentos necessários à aquisição de monografias e à assinatura de publicações periódicas e efetuar o controlo da sua receção.	João Gonçalves	Foram adquiridas 371 monografias e assegurada a assinatura de 61 títulos de publicações periódicas; Foram recebidas 277 monografias a título de oferta.
Tratar as propostas de aquisição de monografias e publicações periódicas.	João Gonçalves	Ação realizada.



Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Conservar e inventariar a documentação pertencente ao arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Ação realizada.
Alimentar a base de dados do arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Acrescentadas 2 007 novas descrições arquivísticas à base de dados.
Proceder à digitalização de documentos selecionados do arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Digitalizados 273 documentos.
Dar apoio aos investigadores externos no acesso aos fundos pertencentes ao arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Ação realizada.
Proceder ao restauro de documentos do arquivo histórico ou de espécies bibliográficas.	Isabel Carneiro Isabel Louro	Ação realizada.

Projetos da DDI

		Código	P1 DDI		
Designação do projeto	Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca.				
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação.				
Descrição	Realização de um inquérito de satisfação online aos utilizadores da biblioteca.				
Objetivos e resultados a obter	Conhecer a opinião sobre os serviços que presta, tendo em vista a sua melhoria contínua.				
Duração	Início: novembro de 2019 Fim: dezembro de 2019				
	Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos		
Elaboração do questionário.	António V. de Carvalho	Questionário elaborado em novembro de 2019.			
Submissão do questionário online.	António V. de Carvalho João Gonçalves	O questionário esteve disponível online entre 2 e 10 de dezembro de 2019.			
Compilação dos questionários respondidos.	António V. de Carvalho	Ação realizada.			
Elaboração de relatório final.	António V. de Carvalho	O relatório foi submetido a apreciação superior em 30 de dezembro de 2019.			
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto					



		Código	P2 DDI		
Designação do projeto	Sistema de gestão do catálogo da Biblioteca da PGR.				
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação.				
Descrição	Participação no projeto “Biblioteca Online da Justiça”, patrocinado pelo Ministério da Justiça, visando a criação de um catálogo bibliográfico coletivo de bibliotecas da área da justiça (Koha).				
Objetivos e resultados a obter	Garantir o acesso online ao catálogo da biblioteca através de um novo sistema de gestão do seu acervo. Otimizar o sistema de gestão de empréstimos.				
Duração	Início: abril de 2019 Fim: dezembro de 2019				
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos			
Conteúdo do catálogo e registos de autoridade.	DDI	Não realizada.			
Migração dos dados Lotus Notes → Koha.	DDI	Realizado um primeiro teste de migração dos dados do Lotus Notes para campos e subcampos Unimarc.			
Parametrização do sistema de gestão de empréstimos.	DDI	Não realizada.			
Transferência do “Cardex” (ficheiro de publicações periódicas) para o sistema Koha.	DDI	Disponibilizados os dados do Cardex em utilização na Biblioteca da PGR para futura conversão em formato Unimarc.			
Transferência da base de dados de leitores.	DDI	Não realizada.			
Justificação da não conclusão do projeto					
A concretização deste projeto estava dependente de recursos (financeiros e tecnológicos) a mobilizar pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. Não obstante os trabalhos terem sido retomados, após um longo período sem qualquer atividade, no final do primeiro semestre de 2019, na realidade pouco se avançou na restante parte do ano, não obstante a colaboração que continuou a ser prestada pela PGR.					



		Código	P3 DDI		
Designação do projeto	Candidatura ao Portal Português de Arquivos.				
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação.				
Descrição	Apresentar a candidatura do Arquivo Histórico do Ministério Público (AHMP) ao Portal Português de Arquivos.				
Objetivos e resultados a obter	Garantir melhor conhecimento por parte dos investigadores e do público em geral, da documentação pertencente ao AHMP.				
Duração	Início: maio de 2019	Fim: setembro de 2019			
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos			
Realização de contatos com a DGLAB.	DDI	O pedido de adesão ao Portal Português de Arquivos foi formalmente submetido em maio de 2019.			
Ajustamentos técnicos necessários à inclusão dos registos da base de dados do AHMP no Portal Português de Arquivos.	DDI/DPOI	No decurso do segundo semestre de 2019 foi instalada uma nova versão do programa que gere a base de dados do Arquivo Histórico (AtoM), tendo sido parametrizada para assegurar a ligação ao Portal. Comunicação feita à DGLAB em 4 de outubro de 2019.			
Conclusão do projeto.	DDI				
Justificação da não conclusão do projeto					
Aguarda-se ainda pela validação técnica da ligação ao Portal.					



		Código	P4 DDI
Designação do projeto	Adaptação gráfica e atualização do sítio internet do Arquivo Histórico do Ministério Público (AHMP).		
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação.		
Descrição	Alterar a identidade gráfica do sítio do AHMP alinhando-o com a identidade gráfica da PGR/MP; atualizar o sistema AtoM que gera a base de dados do AHMP.		
Objetivos e resultados a obter	Melhor alinhamento com a identidade gráfica da PGR/MP; melhor performance da base de dados do AHMP.		
Duração	Início: abril de 2019 Fim: dezembro de 2019		
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Realização dos procedimentos concursais necessários à concretização do projeto.	DDI/DPOI	Ação realizada.	
Parametrização e instalação da nova versão AtoM.	DDI/DPOI	Ação realizada.	
Colocação online da nova versão do sítio internet do AHMP.	DDI/DPOI	A nova versão do sítio internet do Arquivo Histórico foi colocada online em 6 de dezembro de 2019.	

		Código	P5 DDI
Designação do projeto	Reorganização do acervo da Biblioteca.		
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação.		
Descrição	Eliminar do catálogo da Biblioteca exemplares repetidos, oferecendo-os a Bibliotecas congéneres (Biblioteca da PGR de Cabo Verde).		
Objetivos e resultados a obter	Racionalizar o acervo da Biblioteca; aumentar o espaço disponível nos depósitos.		
Duração	Início: janeiro de 2019 Fim: dezembro de 2019		
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Escolha das obras a descatalogar.	DDI	Foram selecionados 147 títulos de monografias e 4 títulos de publicações periódicas para oferta à PGR de Cabo Verde.	
Alterações no catálogo e no livro de registos.	DDI	Ação realizada.	
Contactos com a Biblioteca da PGR de Cabo Verde.	DDI	Ação realizada.	
Transporte das obras.	DDI	O transporte das obras foi efetuado em outubro de 2019.	



3.5. Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI)

Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OE III	Maximizar o nível de atividade dos SATA.	Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	8	10
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 3, 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	75%	84,49%

Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OE II	Agilizar e simplificar processos e procedimentos.	Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados apresentada nos termos da Organização do Sistema Judiciário, antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	8	10
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 4 ou 5 (Escala de 1 a 5).	75%	84,49%
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Percentagem de utilizadores internos que avaliam a Intranet com 4 ou 5 (Escala de 1 a 5).	75%	77,2%
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Percentagem de utilizadores internos que avaliam os serviços de integração e suporte tecnológico com 4 ou 5 (1 a 5).	75%	79,87%



Atividades da DPOI

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Manutenção da comunicação institucional da PGR.	Sara Marques	Atividade assegurada.
Colaboração na preparação do Relatório de Atividades dos Serviços do Ministério Público e de outros relatórios institucionais.	Sara Marques	Atividade realizada. Foi assegurada a construção dos mapas estatísticos, a análise gráfica e a paginação de documentos.
Promoção institucional por meio de merchandising.	Sara Marques	Tendo por base as diversas solicitações do Gabinete da Senhora PGR, foram estudadas e apresentadas várias aplicações e realizadas as provas necessárias, nos diversos suportes físicos (PENs, agendas, sacos de papel, etc), para posterior produção.
Aplicação da identidade gráfica do MP em estacionário, em suportes digitais e em sinalética arquitetónica.	Sara Marques	Foi adaptado às novas normas o diverso estacionário e os modelos digitais de documentos e criados novos modelos de impressos, envelopes, etc.
Apóio na manutenção do inventário dos equipamentos informáticos da PGR.	Carolina Honrado Luis Antunes	Atividade assegurada. Em termos de inventário, foram elaborados mapas de controlo e autos de abate de material obsoleto e avariado.
Desenvolvimento aplicacional e sistemas de Informação.	Cândida Ferreira Fernanda Martins Rui Alão Teresa Rodrigues	Foi assegurado o desenvolvimento de novas aplicações bem como a criação de melhorias nas aplicações existentes, dotando-as de maior resiliência e segurança, tendo por base a sua migração para ambiente web based.
Criação, desenvolvimento, administração e manutenção de Portais e sítios na Intranet e Internet.	Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho José L. Cristóvão Paula Sintra Reis Rui Alão Sara Marques Teresa Rodrigues	Foi garantida a manutenção dos sítios Web existentes e efetuadas as necessárias atualizações/alterações, tendo sempre por base o uso da framework Drupal.
Criação, desenvolvimento, administração e manutenção de bases de dados (incluindo backup's).	Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Rui Alão	Criadas novas bases de dados internas baseadas em ambiente web. Garantiu-se a administração e a manutenção das diversas bases de dados da PGR.
Gestão e otimização da rede interna de comunicações voz e dados.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Atualizações no reencaminhamento automático de chamadas para a rede interna do MJ (rede VoIP do MJ); Alteração de permissões nos telefones.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Definição e implementação de governance do centro de dados dos serviços da PGR, nomeadamente a sua racionalização, organização e gestão, procurando as melhores soluções técnicas que garantam a segurança dos sistemas de informação.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Atualização das matrizes de responsabilidade. Implementação de novas regras relativas à consolidação da infraestrutura de servidores de forma a assegurar maior eficiência no uso dos recursos.
Gestão da segurança dos sistemas de informação (Firewall; Reverse Proxy; Antivírus; Filtragem do correio eletrónico e navegação na Internet).	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Realizadas as operações de manutenção programadas com paragens inferiores a 1 hora. Atualizações de firmware e software nos equipamentos.
Gestão do sistema de videovigilância dos serviços da PGR.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Atividade assegurada.
Assegurar o suporte tecnológico aos utilizadores.	Carlos Ferreira Carolina Honrado Hélio Jones Pedro Patrício	Foi garantido o apoio a todas as solicitações. Atividade realizada. Faz parte da atividade permanente da DPOI, nomeadamente da área de integração e suporte tecnológico (apoio ao utilizador).
Assegurar o apoio a trabalhos provenientes dos diversos serviços.	Cândida Ferreira Carolina Honrado Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Rui Alão Sara Marques Teresa Rodrigues	Foi garantido o apoio a todas as solicitações. Atividade realizada. Faz parte da atividade permanente da DPOI.
Formação nos diversos sistemas de informação e portais.	Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Rui Alão Teresa Rodrigues	Atividade assegurada. Foram ministradas diversas ações de formação com vista à utilização eficaz dos diversos sistemas de informação da PGR.
Produção de documentação relativa ao código da aplicação SIMP, com recurso a aplicação Open Source – Doxygen (Ferramenta para geração de documentação e referências de códigos).	Rui Alão	Levantamento e documentação da arquitetura, código fonte, bases de dados, frameworks, etc, referentes à aplicação SIMP, com vista à futura passagem de know how às novas equipas técnicas.
Migração de Back-end PROGEST (código SQL/PHP), cujo objetivo será a implementação da extensão do PHP através de MySQL, a qual permite aproveitar os recursos avançados do Mysql.	Rui Alão	Aumento da segurança da aplicação Progest reduzindo a possibilidade de exploração dos vetores de ataque relacionados com as fragilidades identificadas com recurso a injecções de SQL e outras.
Testes de validação de software e de qualidade.	Cândida Ferreira Carolina Honrado Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Rui Alão Teresa Rodrigues	Realizados testes ao software desenvolvido com vista à deteção precoce de anomalias nas aplicações e à sua devida correção.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Assegurar e gerir o sistema de marcação online das apostilas bem como a formação de utilizadores e desenvolvimentos adicionais.	Teresa Rodrigues	Atividade assegurada. Realizadas as parametrizações necessárias para satisfazer as necessidades apresentadas pelo serviço e as validações de marcações, sempre que necessário.
Migração de equipamentos para garantir a evolução e atualização tecnológica.	Carlos Ferreira Carolina Honrado Hélio Jones Pedro Patrício Luis Antunes	Aquisição de diversos equipamentos informáticos, nomeadamente computadores de secretária, monitores e equipamentos multifuncionais e respetiva migração dos utilizadores para estes novos equipamentos.
Implementar, atualizar, manter e gerir a política de "backups" da informação armazenada e relativa aos diversos serviços da PGR.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Otimizado o funcionamento da robótica para as 2 cabeças LTO5 do sistema de backup e implementadas novas políticas de armazenamento e retenção dos backups.
Manutenção e gestão do sistema de VoIP e FoIP.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Realizadas as operações de manutenção programadas com paragens inferiores a 1 hora.
Manter, gerir e assegurar o atendimento permanente aos requerimentos eletrónicos para a recolha de informação necessária ao movimento e formação de magistrados do Ministério Público.	Cândida Ferreira Carolina Honrado Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis	Foram introduzidas as novas especificações do CSMP e criados os novos requerimentos para RECOFE decorrentes das mesmas.
Migração dos servidores Windows 2008, para o Windows 2012.	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Realizada a atualização tecnológica aos servidores com sistemas operativos Server 2008.
Assegurar e gerir o atendimento permanente ao Sistema de Informação do Ministério Público e ao ProGest.	Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Rui Alão Teresa Rodrigues	Todas as solicitações (pedidos de autorização e chamadas telefónicas), foram satisfeitas. Novas releases e funcionalidades implementadas.
Assegurar o apoio na realização de operações de data mining e de investigação informática forense.	Bruno Severino Manuel Delgado Antonio Campos	Assegurado o apoio na parametrização dos sistemas de indexação e consulta bem como a realização de cópias e clones das buscas realizadas. Apoio na realização de indexações. Realização de backups de índices e de prova processada.
Assegurar o apoio na realização de operações de cópia forense de prova e de captura de informação de repositórios entregues ao cuidado do Laboratório de Informática Forense.	Bruno Severino Manuel Delgado Antonio Campos	Realização de clonagem de suportes e captura de informação de dispositivos.
Configurar e disponibilizar aos investigadores as ferramentas forenses necessárias ao trabalho de investigação.	Bruno Severino Manuel Delgado Antonio Campos	Apoio na realização de indexações. Realização de backups de índices e de prova processada.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Administração dos sistemas do centro de dados afeto ao Laboratório (sistemas e redes).	Manuel Delgado Antonio Campos	Gestão das plataformas de virtualização existentes, gestão da AD, gestão de backups, atualização tecnológica das ferramentas, gestão de partilhas e permissões NTFS, disponibilização de VMs para os investigadores, parametrização de ferramentas forenses.
Manutenção e gestão do serviço de correio eletrónico (Exchange, MailMarshall).	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Atividade assegurada. Realizados os trabalhos de gestão e manutenção do exchange sendo sempre que necessário, inseridos, alterados ou desativados utilizadores ou contas. Realizadas as afinações e atualizações necessárias ao sistema de filtro de spam.
Manutenção e gestão das políticas de segurança dos serviços da PGR (Firewall, Proxy e Reverse Proxy).	Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Manutenção e criação de ACLs tendo por base os requisitos funcionais dos serviços da PGR.



Projetos da DPOI

		Código	P1 DPOI
Designação do projeto	Adaptação e aplicação da imagem gráfica do MP.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Adaptar as várias versões do logotipo a todas as estruturas do MP em termos nacionais, nomeadamente as extensões de 1.º e 2.º nível.		
Objetivos e resultados a obter	Alargamento da aplicação da imagem gráfica a todas as estruturas do MP em termos nacionais.		
Duração	Início: 01.01.2019 Fim: 31.12.2019		
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Adaptação das várias versões do logótipo do MP às estruturas da PGR e do MP.		Sara Marques	Concluído parcialmente. Foi parada a adequação da imagem gráfica por decorrência da aprovação do novo Estatuto do MP.
Adaptação da imagem gráfica aos modelos impressos (cartas, papel para ofícios, etc.) e digitais (assinaturas de email, modelos de documentos, etc.) existentes nas estruturas internas da PGR.		Sara Marques	Concluído parcialmente. Foi parada a adequação da imagem gráfica por decorrência da aprovação do novo Estatuto do MP.
Conceção de manual digital, com as aplicações impressas e digitais da identidade gráfica do MP.		Sara Marques	Concluído parcialmente. Foi parada a adequação da imagem gráfica por decorrência da aprovação do novo Estatuto do MP.
Apóios e recursos necessários à elaboração do projeto			



	Código	P2 DPOI
Designação do projeto	Atualização de Sistema Operativo – Computadores de secretaria do DCIAP.	
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.	
Descrição	Migração dos computadores do DCIAP para o novo sistema operativo Windows 10 bem como a substituição, nos computadores com processadores Intel i5 ou superior, dos discos HDD por discos SSD.	
Objetivos e resultados a obter	Adequação dos postos de trabalho ao novo sistema operativo, garantindo um incremento da segurança e do acesso às novas funcionalidades disponibilizadas por este sistema operativo, sendo a substituição do hardware destinada ao aumento da performance e, consequentemente, da vida útil dos computadores.	
Duração	Início: 01.01.2019	Fim: 31.12.2019
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Levantamento das necessidades de hardware.	Luis Antunes Helio Veiga Pedro Patricio Carlos Ferreira	Identificação do material a adquirir e dos recursos a alocar.
Desenho e planeamento dos trabalhos.	Luis Antunes Helio Veiga Pedro Patricio Carlos Ferreira	Definição de cronograma dos trabalhos de forma a causar o menor impacto possível no funcionamento dos diversos serviços.
Trabalhos de instalação dos discos rígidos, instalação do novo sistema operativo e migração dos conteúdos dos utilizadores.	Luis Antunes Helio Veiga Pedro Patricio Carlos Ferreira	Melhoria do desempenho do computador e da rapidez de execução das operações solicitadas.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		



		Código	P3 DPOI		
Designação do projeto	Nova infraestrutura de servidores e de storage do centro de dados de recuperação de desastres.				
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.				
Descrição	Instalação da nova infraestrutura de servidores blade e de storage para suporte à aplicação de Atendimento Eletrónico ao Cidadão (AEC) no Disaster Recovery.				
Objetivos e resultados a obter	Instalação da capacidade de processamento e de armazenamento requerida para suportar o projeto AEC no centro de dados de recuperação de desastres, de acordo com a arquitetura desenhada pela empresa que se encontra a proceder ao desenvolvimento da aplicação.				
Duração	Início: 01.01.2019	Fim: 31.12.2019			
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos		
Levantamento de necessidades e planeamento dos trabalhos.	José Luis Cristóvão	Definidos os parâmetros de hardware da nova solução em termos de capacidade de processamento e armazenamento bem como de conectividades das infraestruturas de redes e de segurança.			
Instalação e migração dos sistemas.	Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Instalação, configuração e colocação em funcionamento dos equipamentos.			
Testes de funcionamento.	Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Testes de conectividade entre os equipamentos bem como com o software de sincronização dos sistemas.			
Entrada em funcionamento.	Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Disponibilização de um centro de recuperação de desastres, redundante ao DC existente, com todas as valências em termos de segurança de informação que a existência de uma infraestrutura deste tipo garante.			
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto					



		Código	P4 DPOI
Designação do projeto	Reforço da rede Wi-Fi “guest” nos serviços da PGR.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Reforço do sinal de propagação da rede Wi-Fi “guest”.		
Objetivos e resultados a obter	Disponibilizar uma melhor cobertura da rede Wi-Fi para acesso à Internet pelos elementos externos à PGR, aquando da sua participação em reuniões de trabalho ou eventos.		
Duração	Início: 01.01.2019		Fim: 31.12.2019
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Levantamento dos requisitos técnicos.		Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Definidos os parâmetros da nova solução bem como os parâmetros de hardware.
Desenho da solução técnica a implementar.		Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Elaboração de mapas e diagramas na fase de projeto com vista à previsão dos trabalhos necessários na infraestrutura de rede (VLANs IPs, ligações com os sistemas de VMs, etc).
Instalação dos sistemas.		Carlos Ferreira Luis Antunes José Luis Cristóvão Pedro Patrício Miguel Sousa	Instalação, configuração e colocação em funcionamento dos diversos equipamentos (APs) e aplicação centralizada de controlo das APs.
Entrada em funcionamento.		Luis Antunes José Luis Cristóvão Miguel Sousa	Entrada em funcionamento do novo sistema, disponibilizando para uso por entidades externas que se desloquem à PGR de uma rede Wi-Fi do tipo “guest”.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			



	Código	P5 DPOI
Designação do projeto	Criação de uma nova base de dados jurídico-documental (PGD de Lisboa).	
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.	
Descrição	Criar uma base de dados que permita a indexação e consulta da informação jurídica consolidada, análoga à existente, com os necessários mecanismos de segurança e controlo de acesso e com perfeita integração no Portal do MP.	
Objetivos e resultados a obter	Interface mais atual e com maior usabilidade e registos mais fiáveis e fáceis de consultar.	
Duração	Início: 01.01.2019	Fim: 30.06.2020
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Análise de requisitos.	Cândida F. Fernanda M. Pedro R. Rui Alão	Não realizado.
Análise funcional e de base de dados.	Cândida F. Fernanda M. Pedro R. Rui Alão	Não realizado.
Desenvolvimento de protótipo.	Rui Alão Fernanda M.	Não realizado.
Desenvolvimento da aplicação.	Rui Alão Fernanda M.	Não realizado.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		

Nota: Na impossibilidade de realização de todos os projetos previstos, foi necessário fazer uma reavaliação de prioridades tendo sido o presente projeto considerado, pelo GCSI, não prioritário.



		Código	P6 DPOI
Designação do projeto		Atualização e adequação à imagem gráfica do MP do site do arquivo histórico da PGR.	
Responsabilidade		Divisão de Planeamento, Organização e Informática.	
Descrição		Efetuar a adequação das microestruturas dentro do site, de forma a tornar coerentes os elementos gráficos com aquilo que está definido no caderno de normas, atualizar sistema core do ICA ATOM bem como a necessária migração das bases de dados constantes neste site.	
Objetivos e resultados a obter		Imagen institucional coerente, conteúdos mais fáceis de pesquisar e bases de dados reconstruídas de acordo com as atuais melhores práticas, com melhorias substanciais na resistências a ataques.	
Duração		Início: 01.01.2019	Fim: 31.12.2019
Análise de requisitos.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Pedro Rodrigues Sara Marques	Definidos os parâmetros da página - da estrutura funcional, dos conteúdos, imagens, etc.
Análise funcional e de base de dados.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Pedro Rodrigues	Definição de requisitos funcionais, de base de dados e de workflow.
Desenvolvimento de protótipo.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Sara Marques	Desenvolvimento aplicacional de uma versão prototipada para validação da análise funcional.
Desenvolvimento da aplicação.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis Sara Marques	Desenvolvimento aplicacional.
Teste de funcionamento.		Graça Pinho Paula Sintra Reis	Migração dos registo da base de dados do arquivo histórico atual e de permissões entre os sistemas. Bateria de testes de integridade e carga.
Correção de inconformidades.		Cândida Ferreira Fernanda Martins	Correção de inconformidades e bugs detetados na bateria de testes realizados.
Entrada em funcionamento.		Luis Antunes Jose L. Cristovão	Microestruturas coerentes com os elementos gráficos definidos no caderno de normas.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			



		Código	P7 DPOI
Designação do projeto	Movimento de magistrados.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Análise, desenvolvimento e implementação do algoritmo para a colocação de magistrados do MP.		
Objetivos e resultados a obter	Automatização da colocação de magistrados de acordo com o Estatuto do Ministério Público e deliberações do CSMP.		
Duração	Início: 01.05.2019		Fim: 31.12.2019
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Análise e levantamento funcional.		Barradas Leitão Cândida Ferreira Fernanda Martins	Fase de análise e levantamento funcional do algoritmo para a colocação de magistrados do MP de acordo com os requisitos definidos pelo CSMP.
Desenvolvimento e testes.		Cândida Ferreira Ema Gil Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis	Testes de aceitação ao algoritmo.
Implementação.		Cândida Ferreira Fernanda Martins	Implementação do código do algoritmo de colocação de magistrados.
Instalação do software.		Cândida Ferreira Fernanda Martins	Atividade realizada.
Apoio aos utilizadores.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Graça Pinho Paula Sintra Reis	Foi prestado todo o apoio solicitado aos utilizadores.
Executar o algoritmo.		Barradas Leitão Cândida Ferreira David Aguilar Fernanda Martins	Execução do algoritmo sobre os dados introduzidos de acordo com as opções colocadas em sede dos requerimentos e com as condições de colocação definidas pelo CSMP.
Divulgação das listas provisórias.		Cândida Ferreira Fernanda Martins	Apresentação das colocações.
Analise das reclamações apresentadas.		Barradas Leitão Cândida Ferreira David Aguilar Fernanda Martins	Recebidas e analisadas as reclamações.
Nova execução do algoritmo.		Barradas Leitão Cândida Ferreira David Aguilar Fernanda Martins	Nova execução do algoritmo com as questões (alvo de provimento) apresentadas na fase de reclamações.
Disponibilização das listas finais aprovadas pelo CSMP.		Cândida Ferreira Fernanda Martins	Lista aprovada na sessão plenária do CSMP.



		Código	P8 DPOI
Designação do projeto	Criação do Portal da Intranet.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Criação da nova página da Intranet.		
Objetivos e resultados a obter	Adequar os conteúdos da intranet à nova imagem institucional do MP, facilitando a sua pesquisa e interação com os mesmos, bem como a sua redefinição de navegação e menus.		
Duração	Início: 01.01.2019 Fim: 31.12.2019		
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Estudo e criação das estruturas e páginas do Portal.		Eduarda Elvas Cândida Ferreira Pedro Rodrigues Sara Marques Teresa Rodrigues	Não realizado.
Criação da infraestrutura de servidores de suporte para alojamento do portal.		Luis Antunes José Luis Cristóvão	Não realizado.
Desenho funcional das navegações.		Eduarda Elvas Cândida Ferreira Sara Marques Teresa Rodrigues	Não realizado.
Desenho das componentes gráficas.		Sara Marques	Não realizado.
Inserção de conteúdos.		Cândida Ferreira Graça Pinho Paula Sintra Reis Teresa Rodrigues	Não realizado.
Entrada em produção e disponibilização dos portais.		Luis Antunes José Luis Cristóvão	Não realizado.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			

Nota: Na impossibilidade de realização de todos os projetos previstos, foi necessário fazer uma reavaliação de prioridades tendo sido o presente projeto considerado, pelo GCSI, não prioritário.



		Código	P9 DPOI
Designação do projeto	Sistema de Apostilas Online.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Criação em ambiente web e colocação em funcionamento no portal do MP de um sistema de obtenção online de apostilas.		
Objetivos e resultados a obter	Eliminação da necessidade de deslocação presencial aos serviços e do tempo de espera por parte dos utentes na obtenção das apostilas.		
Duração	Início: 01.01.2019		Fim: 31.12.2020
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Análise de requisitos.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Fernando Ramos Pedro Rodrigues Rosa Simões Susana Pires	Identificar quais os requisitos a que a aplicação deve obedecer em termos de workflows, documentos previstos, validações de segurança, etc. Ação a decorrer.
Análise funcional e de base de dados.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Fernando Ramos Pedro Rodrigues Rosa Simões Rui Alão Sara Marques Susana Pires	Não realizado.
Desenvolvimento de protótipo.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Rui Alão Sara Marques Teresa Rodrigues	Não realizado.
Desenvolvimento da aplicação.		Cândida Ferreira Fernanda Martins Rui Alão Sara Marques Teresa Rodrigues	Não realizado.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			

Nota: Projeto objeto de reprogramação, tendo o seu início sido diferido para 1 de dezembro de 2019.



		Código	P10 DPOI
Designação do projeto	Consolidação da infraestrutura de CCTV.		
Responsabilidade	Divisão de Planeamento, Organização e Informática.		
Descrição	Integrar as camaras do DCIAP com a solução existente na PGR, adquirindo o licenciamento do software NUUO para as 20 camaras do DCIAP e proceder à sua migração e configuração nos sistemas existentes.		
Objetivos e resultados a obter	Consolidação das filmagens num único repositório, eliminação de contratos de manutenção com o servidor e storage existentes no DCIAP e acesso centralizado a todas as camaras.		
Duração	Início: 01.01.2019		Fim: 31.12.2019
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Levantamento de necessidades e planeamento dos trabalhos.		José L. Cristóvão Miguel Sousa Luis Antunes	Definidos os parâmetros de hardware da nova solução em termos de velocidade de portas de uplink e de distribuição, bem como a identificação das necessidades em termos de redundância.
Instalação dos sistemas.		Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Instalação, configuração e colocação em funcionamento dos equipamentos e criação de ligação iSCSI entre a NAS e o servidor. Criação de VLAN dedicada ao sistema.
Testes de funcionamento.		Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Testes de conectividade entre as camaras de CCTV, o servidor e a NAS.
Entrada em funcionamento.		Luis Antunes José L. Cristóvão Miguel Sousa	Disponibilização de maiores velocidades de rede ao nível do vídeo de CCTV, consolidação das filmagens num único repositório e acesso centralizado a todas as camaras.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			



		Código	P11 DPOI
Designação	Atendimento Eletrónico ao Cidadão - AEC		
Responsabilidade	Marco Matias		
Descrição	Criação de um sistema de informação, através de balcões eletrónicos, que permita que os cidadãos possam, a partir de casa e a qualquer hora, bastando para o efeito um acesso à Internet, realizar a apresentação de requerimentos e de outras peças processuais ao Ministério Público (Medida 31 do PJMP).		
Objetivos e resultados a obter	<p>Com o AEC todos os cidadãos passarão a poder interagir com o Ministério Público a qualquer hora e de qualquer local sem necessidade de deslocação física aos tribunais. Por outro lado, permitirá ao Ministério Público interagir com o cidadão sem recurso a comunicações em papel, com todas as poupanças de recursos humanos e físicos que tal implica.</p> <p>Pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Acesso do cidadão, em qualquer lugar e a qualquer hora, a informação;▪ Possibilidade de apresentação de requerimentos e denúncias recebidas automaticamente pelas aplicações de suporte da atividade do Ministério Público;▪ Consulta a elementos do processo;▪ Celeridade e desburocratização dos processos da competência do MP;▪ Celeridade na apreciação e satisfação das solicitações dos cidadãos e das empresas;▪ Eliminação dos suportes tradicionais (papel, pastas, processos manuais).		
Duração	Início: 01.04.2017 Fim: 31.07.2019		
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Desenvolvimento aplicacional.		Equipa de projeto	Desenvolvimento da aplicação, nos diversos módulos, bem como as necessárias ligações de interoperabilidade com os sistemas que têm de comunicar com esta aplicação (SIMP e Central de distribuição do SIC-MP).
Testes de funcionamento e pré-produção.		Equipa de projeto	Bateria de testes de funcionalidade, integridade e carga. Detecção de inconformidades e ciclos interativos de correção.
Entrada em funcionamento.		Equipa de projeto	A fase de entrada em funcionamento encontra-se a decorrer.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Disponibilização de sala equipada para instalar os colaboradores da entidade vencedora do concurso limitado por prévia qualificação, para prestação de serviços de informática. Alocação de magistrados e funcionários do MP à equipa funcional do projeto. Os recursos financeiros necessários para execução do projeto encontram-se acautelados, pelo cofinanciamento do projeto, através do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) e por verbas da PGR.			



3.6. Cooperação Judiciária Internacional (CJI)

Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2019	Resultado
OEI e OEIII	Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores.	Número de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	2	3

Atividades da CJI

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
InSTRUÇÃO de processos de cooperação judiciária internacional em matéria penal.	CJI	Processos organizados, instruídos e cumpridos no prazo máximo de 5 dias. Foi garantido o seu acompanhamento permanente.
Tratamento estatístico de Decisões Europeias de Investigação.	CJI	Foi assegurado o tratamento estatístico dos mandados de detenção. A base foi substituída pelo proGest.
Atualização das bases de dados estatísticos de Decisões Europeias de Investigação.	CJI	Bases atualizadas, sempre que necessário, atualmente em sede do proGest.



Projeto da CJI

		Código	P1 CJI
Designação do projeto	Formação na área da Cooperação Judiciária Internacional		
Responsabilidade	Cooperação Judiciária Internacional		
Descrição	Conceção de um modelo de formação dirigido a magistrados do MP.		
Objetivos e resultados a obter	Completar a formação dada pelo CEJ, visando uma aplicação eminentemente prática dos conceitos adquiridos.		
Duração	Início: 01.01.2019	Fim: 31.12.2019	
Ações desenvolvidas		Responsável	Resultados obtidos
Elaboração do modelo.		Joana Ferreira	Modelo definido.
Identificação dos formandos e dos formadores.		Joana Ferreira	Tarefa realizada.
Organização da documentação e dos conteúdos.		Joana Ferreira	Tarefa realizada nos prazos definidos.
Realização da 1ª ação de formação.		Joana Ferreira	A ação de formação foi ministrada em Maio, de 2019.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Colaboração da DPOI e da Secção de Economato.			



3.7. Setor de Traduções

Atividades do Sector de Traduções

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Traduções.	Setor de traduções	Foram satisfeitos 95 pedidos de tradução de textos.
Retroversões.	Setor de traduções	Foram satisfeitos 337 pedidos de retroversão de textos.
Interpretações.	Setor de traduções	A interpretação de textos foi assegurada, tendo sido dada resposta a 1 pedido.
Colaboração no VIII Encontro de Tradutores da Administração Pública.	Joana Ferreira	O VIII Encontro de Tradutores da Administração Pública realizou-se em 6.5.2019, tendo sido prestado todo o apoio necessário.



3.8. Atividades e projetos transversais

3.8.1. Setor de Planeamento

Atividades do Sector de Planeamento

Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Elaboração do Plano Estratégico dos SATA da PGR, 2019-2021 e acompanhamento da sua implementação.	Beatriz Leal	Não foram alterados fundamentos (estratégia definida, missão, visão e valores) e objetivos estratégicos. O enfoque incidiu na adaptação, em razão da atual conjuntura, do diagnóstico estratégico e dos três níveis de análise que lhe dão suporte – Stakeholders, PEST e SWOT. Plano Estratégico 2019-2021 aprovado, pelo Secretário da PGR, em 3 de março de 2019.
Avaliação anual do Plano Estratégico dos SATA da PGR, 2016-2018, para inclusão no Relatório de Atividades, de 2018 – Resultados alcançados em 31.12.2018.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior em 2.5.2019.
Avaliação anual do QUAR 2018, para inclusão no Relatório de Atividades do mesmo ano – Resultados alcançados em 31.12.2018.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior em 16.5.2019.
Preparação do Relatório Anual de Atividades, de 2018.	Beatriz Leal	<ul style="list-style-type: none">▪ Pedido de contributos, aos responsáveis, em 8 de fevereiro, de 2019.▪ Último documento recebido, no setor de Planeamento, em 24.6.2019.▪ Projeto do Relatório Anual de Atividades, relativo a 2018, concluído e aprovado em 7.6.2019.
Elaboração do QUAR, de 2019.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior e a homologação, pela Conselheira Procuradora-Geral da República, em 21.2.2019.
Elaboração do QUAR, de 2020.	Beatriz Leal	QUAR 2020 submetido a apreciação e aprovação superior, em 14.10.2019.
Elaboração do Plano Anual de Atividades, de 2019, de acordo com o modelo adotado para o Plano Estratégico implementado nos Serviços de Apoio.	Beatriz Leal	<ul style="list-style-type: none">▪ Pedido de contributos, aos responsáveis, em 9 de Abril, de 2019.▪ Último documento recebido, no setor de Planeamento, em 26.6.2019.▪ Projeto do Plano de Atividades, relativo a 2019, concluído e submetido a aprovação superior em 5.7.2019.
Elaboração do Plano Anual de Atividades, de 2020, de acordo com o modelo adotado para o Plano Estratégico implementado nos Serviços de Apoio.	Beatriz Leal	<ul style="list-style-type: none">▪ Documento submetido a apreciação e aprovação superior, em 14.10.2019.



Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Realização do Relatório anual de acompanhamento da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de 2018.	Beatriz Leal	Relatório anual de acompanhamento da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, relativo a 2018, submetido a aprovação superior, em 27.5.2019. Documento enviado ao Tribunal de Contas, em 28.5.2019.
Monitorização do Plano Estratégico, do QUAR e do Plano de Atividades.	Beatriz Leal	Em 2019, considerou-se prioritária a antecipação da conclusão de diversos documentos de gestão pelo que, a monitorização não foi realizada.



3.9. Recursos humanos, financeiros e tecnológicos

3.9.1. Recursos humanos

Os SATA dispunham, no final do ano de 2019, de 109 trabalhadores. Quando comparado com os dois anos anteriores, registou-se um acréscimo de 1 e 5 trabalhadores (2017 – 108 trabalhadores; 2018 – 104 trabalhadores).

Evolução dos trabalhadores por carreiras 2017/2019

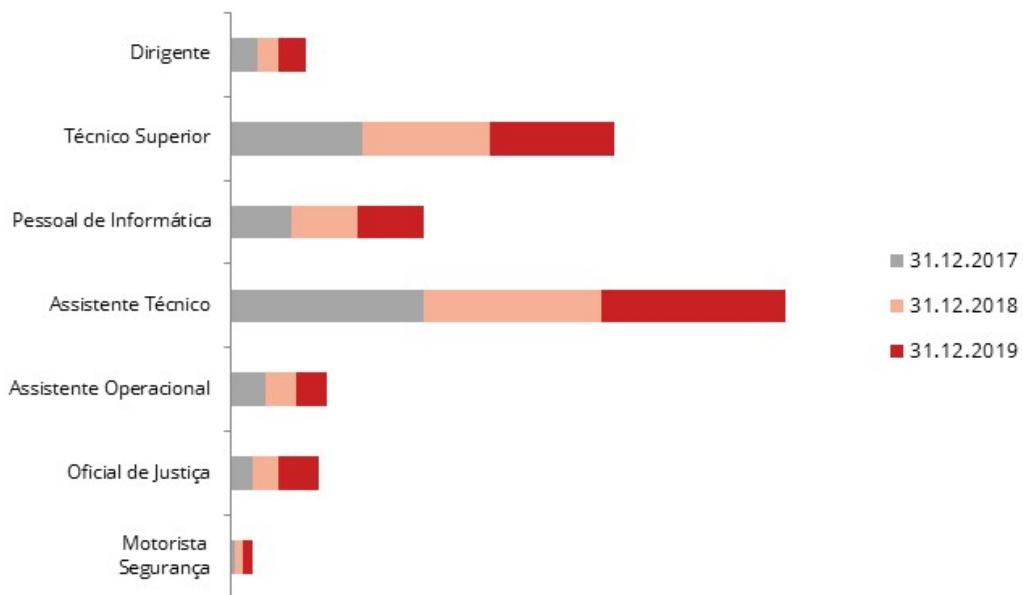
Distribuição de efectivos								
Grupo Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficial de Justiça	Motorista Segurança	TOTAL
31.12.2017	6	30	14	44	8	5	1	108
31.12.2018	5	29	15	40	7	6	2	104
31.12.2019	6	28	15	42	7	9	2	109

A análise por carreiras apresentada no quadro supra, permite constatar que as de maior tecnicidade (técnica superior, informática, oficial de justiça) representam cerca de 48% do total de trabalhadores. A comparação destes valores com os obtidos nos dois anos precedentes (48% – 2018 e 45% – 2017), permite aferir que houve um investimento no reforço da componente técnica, com o objetivo de fazer face à crescente complexidade dos serviços prestados.

Em termos de representatividade individual das carreiras continua a ser a de assistente técnico (39%) a mais expressiva, seguida da carreira técnica superior (27%).



Evolução dos trabalhadores por carreiras



A distribuição de trabalhadores por áreas funcionais evidencia que a Unidade de Administração Geral (24 trabalhadores), a Unidade de Administração e Processos (25 trabalhadores) e a Divisão de Planeamento, Organização e Informática (17 trabalhadores) concentram 61% do total de trabalhadores.

Distribuição dos trabalhadores por áreas funcionais

Unidade Orgânica Departamento Setor	Gabinete do Secretário	Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo	Unidade de Administração Geral (DSAA-UAG)	Unidade de Administração e Processos (DSAA-UAP)	Divisão de Apoio Jurídico	Divisão de Documentação e Informação	Divisão de Planeamento, Organização e Informática	Cooperação Judiciária Internacional	Traduções	Apoio ao Gabinete da PGR	Serviços de Apoio da PGR
Cargos/Carreiras	N.º de pessoas em funções nos SATA, em 31 de dezembro de 2019.										
Dirigente	2			1	1	1					6
Técnico Superior	2	3	5	1	2	6	1	3	3	2	28
Especialista Informática							6				6
Técnico de Informática							9				9
Assistente Técnico	2	1	16	11		3		6		3	42
Assistente Operacional			3	3						1	7
Oficial de Justiça				9							9
Motorista/Segurança									2		2
TOTAL	6	4	24	25	3	10	17	9	3	8	109



3.9.2. Recursos financeiros

3.9.2.1. Ótica Orçamental

3.9.2.1.1. Receita

A receita cobrada ascendeu, no ano de 2019, a 19.248.6251 euros, correspondendo a um grau de execução, face ao orçamento corrigido, de 88%.

Merecem especial destaque as elevadas taxas de execução de “receitas gerais” (91%), de “transferências de receita própria afeta a projetos cofinanciados” (52%) e de “receitas próprias” (116%) prevenientes essencialmente dos serviços de “Apostillas”.

A receita cobrada de fundos comunitários, no ano de 2019, cifrou-se em 573.859 euros (FF 211, FF 282 e FF 288), sendo que o grau de execução (37%) ficou àquem do grau de execução da receita global. Este resultado é explicado pelo facto de, no final do ano, ainda estarem a decorrer procedimentos aquisitivos, nomeadamente nos projetos com maior impacto orçamental e financeiro – “Reforço da capacidade de interconexão e segurança do SIC-MP (*SealinkPlus*)” e “Simplificação interação e modernização do relacionamento com o cidadão através da transformação digital (+ Sim)” – e do reembolso ser efetuado à posteriori.

Orçamento de Receita 2019

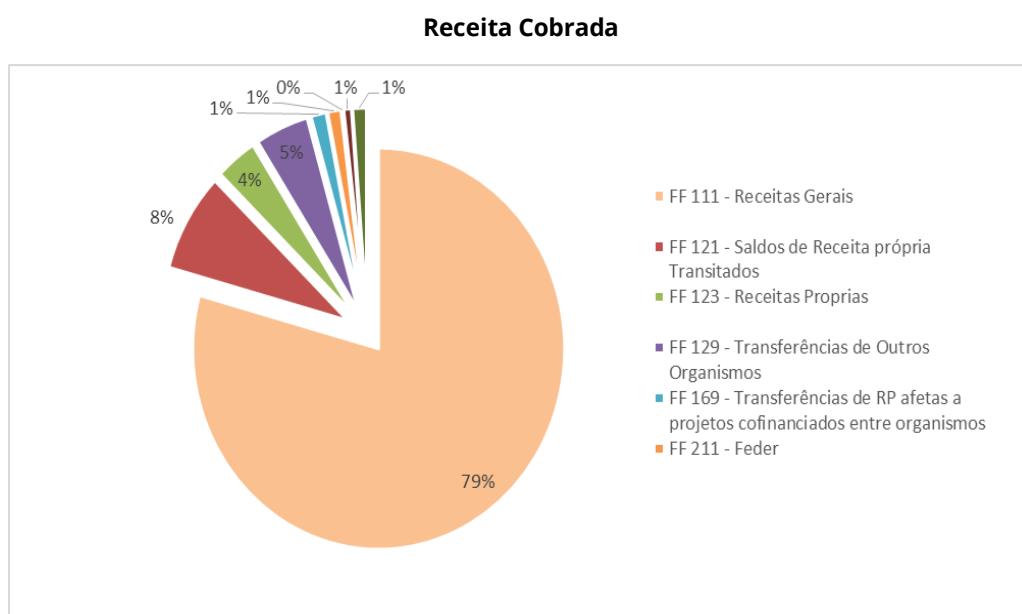
Euros

Origem	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais	Orçamento Corrigido	Receita cobrada	Peso	Grau %
FF 111 - Receitas Gerais	16 255 784 €	468 000 €	16 723 784 €	15 259 732 €	79,3%	91%
FF 121 - Saldos de Receita própria Transitados	0 €	1 543 642 €	1 543 642 €	1 543 642 €	8,0%	100%
FF 123 - Receitas Proprias	400 000 €	200 000 €	600 000 €	698 056 €	3,6%	116%
FF 129 - Transferências de Outros Organismos	1 012 234 €	0 €	1 012 234 €	892 386 €	4,6%	88%
FF 169 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	487 766 €	0 €	487 766 €	255 077 €	1,3%	52%
FF 211 - Feder	485 734 €	0 €	485 734 €	217 880 €	1,1%	45%
FF 168 - Saldos de RP Afetas a projetos cofinanciados	0 €	25 874 €	25 874 €	25 874 €	0,1%	100%
FF 288 - Saldos de Fundos Europeus	0 €	126 079 €	126 079 €	126 079 €	0,7%	100%
FF 282 - Outros Fundos Europeus	935 415 €	0 €	935 415 €	229 900 €	1,2%	25%
Total	19 576 933 €	2 363 595 €	21 940 528 €	19 248 625 €	100%	88%

¹ Montante ligeiramente superior ao do ano de 2018 (19.233.723 euros).



Tendo em consideração a origem da receita, verifica-se que a sua maioria (79,3%) respeita a “receitas gerais”, seguindo-se as “transferências de outros organismos” – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) – com 6%, as “transferências de fundos de projetos cofinanciados” (2,3%), a integração de saldos transitados (8,0%) e as “receitas próprias” com 3,6%. Estes valores evidenciam o esforço que se tem vindo a efetuar no sentido de diversificação das fontes de financiamento.



Em termos comparativos, considerando os últimos quatro anos (2016-2019), a receita cobrada tem vindo a crescer a uma taxa média de 6,6% /ano.

Comparando o ano de 2019 com o ano de 2018, constata-se que a receita cobrada cresceu apenas 0,13%, embora com arquiteturas diferentes. A receita referente ao ano de 2019 face ao ano de 2018, ao nível do orçamento de funcionamento, creceu 1.055.014 euros (6%) e decresceu 1.030.032 euros (55%) no orçamento de investimento.



Evolução da receita cobrada

Euros

financiamento	2016	2017	2018	2019
FF-111 - Receitas Gerais	14 105 422	13 101 043	14 996 468	15 259 732
FF-121 - Saldos transitados	83 036	180 559	1 069 648	1 543 642
FF-123 - Receitas Próprias	425 909	578 754	617 694	698 056
FF-129 - Transferências	1 256 941	2 877 363	654 991	892 386
Total Funcionamento	15 871 308	16 737 719	17 338 802	18 393 816
Comparticipação Nacional	946	23 754	664 927	255 076
Saldos transitados-Comparticipação Nacional	0	0	9 626	25 874
Comparticipação Comunitária	2 837	54 462	1 191 349	447 780
Saldos transitados-Comparticipação Comunitária	0	0	19 029	126 079
Investimento (Projetos)	3 783	78 216	1 884 931	854 809
Total	15 875 091	16 815 935	19 223 733	19 248 625

3.9.2.1.2. Despesa

A despesa paga, no conjunto dos orçamentos de funcionamento e de investimento, ascendeu a 17.441.8842 euros, correspondendo a um grau de execução global, face ao orçamento corrigido, de 85,5%.

Analizando separadamente os orçamentos de funcionamento e de investimento constata-se que o grau de execução do primeiro elevou-se a cerca de 90,5%, enquanto que o grau de execução do orçamento de investimento cifrou em 40,6%.

Regista-se o elevado grau de execução do orçamento de funcionamento, superior ao registado no ano anterior (89%). Já o orçamento de investimento registou uma redução do grau de execução, face ao ano anterior (78%), justificado pelo facto de os principais projetos – “Reforço da capacidade de interconexão e segurança do SIC-MP (SecklinkPlus)” e “Simplificação interação e modernização do relacionamento com o cidadão através da transformação digital (+ Sim)” – ainda se encontrarem na fase de lançamento de procedimentos e consequentemente sem pagamentos efetuados.

² No ano de 2018, o valor da despesa foi de 17.528.139 euros, superior em 86.255 euros à despesa de 2019.



Orçamento de Despesa 2019

Euros

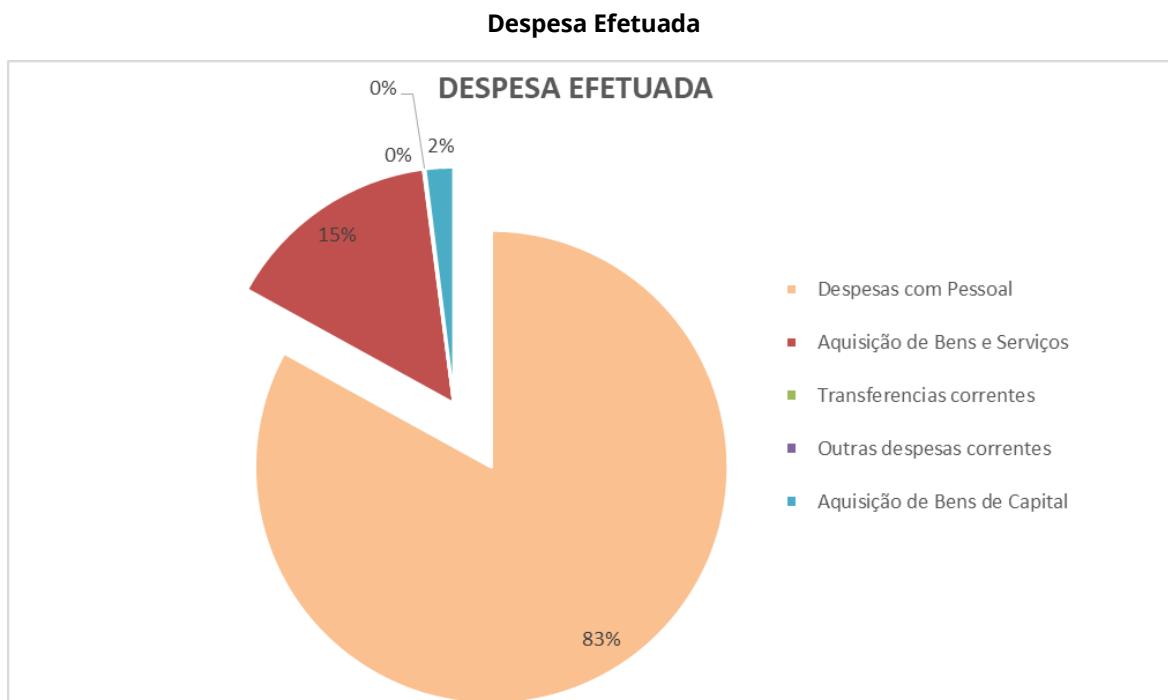
Descrição	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Despesa Efetuada	taxa exec
FF 111 - Receitas Gerais	16 255 784 €	16 723 784 €	15 259 732 €	91,2%
Despesas com Pessoal	13 958 535 €	14 426 535 €	13 767 036 €	95,4%
Aquisição de Bens e Serviços	2 285 249 €	2 285 249 €	1 486 747 €	65,1%
Outras despesas correntes	12 000 €	12 000 €	5 949 €	49,6%
FF 123 - Receitas Proprias	400 000 €	600 000 €	493 341 €	82,2%
Aquisição de Bens e Serviços	214 000 €	549 000 €	452 488 €	82,4%
Transferencias correntes	6 000 €	7 200 €	7 200 €	100,0%
Outras despesas correntes	10 000 €	10 000 €	0 €	0,0%
Aquisição de Bens de Capital	170 000 €	33 800 €	33 653 €	99,6%
FF 129 - Transferências de Outros Organismos	1 012 234 €	1 012 234 €	832 606 €	82,3%
Aquisição de Bens Serviços	394 216 €	607 454 €	537 023 €	88%
Outras despesas correntes	0 €	2 619 €	2 619 €	100,0%
Aquisição de Bens de Capital	618 018 €	402 161 €	292 964 €	72,8%
Total Orçamento de funcionamento	17 668 018 €	18 336 018 €	16 585 679 €	90,5%
FF 169 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	487 766 €	487 766 €	252 363 €	51,7%
Aquisição de Bens Serviços	352 780 €	343 980 €	209 666 €	61,0%
Aquisição de Bens de Capital	134 986 €	143 786 €	42 697 €	29,7%
FF 211 - Feder	485 734 €	485 734 €	217 880 €	44,9%
Aquisição de Bens Serviços	357 553 €	357 553 €	93 615 €	26,2%
Aquisição de Bens de Capital	128 181 €	128 181 €	124 265 €	96,9%
FF 282 - Outros Fundos Europeus	935 415 €	935 415 €	229 900 €	24,6%
Aquisição de Bens Serviços	637 665 €	637 665 €	229 900 €	36,1%
Aquisição de Bens de Capital	297 750 €	297 750 €	0 €	0,0%
FF 288 - Saldos de Fundos Europeus	0 €	126 062 €	126 062 €	100,0%
Aquisição de Bens Serviços	0 €	126 062 €	126 062 €	100,0%
Total Orçamento de investimento	1 908 915 €	2 034 977 €	826 205 €	40,6%
Total funcionamento e investimento	19 576 933 €	20 370 995 €	17 411 884 €	85,5%

Uma abordagem de desagregação da despesa, por agrupamentos económicos, e no que respeita ao orçamento de funcionamento, permite verificar que os encargos com o pessoal foram responsáveis pela quase a totalidade da despesa do orçamento (83%), seguindo-se as aquisições de bens e serviços, (15%) e por fim, as aquisição de bens de capital (2%). Quanto ao orçamento de investimento a execução foi de 80% na aquisição de bens e serviço e 20% na aquisição de bens de capital.

Uma análise da despesa por fontes de financiamento permite constatar que as "receitas gerais" suportaram a totalidade das despesas com o pessoal; as "transferências de outros organismos" sustentaram basicamente as aquisição de bens e serviços; as "receitas



próprias" as despesas com bens de capital e aquisição de bens e serviços. Os fundos europeus destinaram-se essencialmente à cobertura de despesas com bens e serviços e bens de capital.



Em termos evolutivos, tendo por base o período compreendido entre 2016 e 2019, registou-se um incremento médio, de despesa paga, de 3,5%, influenciada pela execução do orçamento de investimento (projetos cofinanciados) nos anos de 2018 e de 2019. Embora a despesa, no ano de 2019, tenha sido inferior à registada no ano de 2018, face aos anos de 2016 e de 2017, foi bastante superior.

A despesa referente ao orçamento de funcionamento evidenciou uma taxa média de crescimento de cerca de 1,8%, revelando um grande esforço de contenção de despesa e de focalização no que é mais relevante para a atividade.



Evolução da despesa

Euros

Agrupamentos de Despesa	Execução 2016	Execução 2017	execução 2018	execução 2019
01 - Despesas com Pessoal	12 941 597	13 101 043	13 187 801	13 767 036
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 232 955	2 284 412	2 333 701	2 476 259
04 - Transferencias correntes	257 236	6 500	6 000	7 200
06 - Outras despesas correntes	9 536	14 046	6 150	8 568
07 - Aquisição de Bens de Capital	249 424	262 070	261 508	326 616
Soma Funcionamento	15 690 748	15 668 071	15 795 160	16 585 679
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3 783	49 561	692 229	659 243
07 - Aquisição de Bens de Capital	0		1 040 750	166 962
Soma Investimento	3 783	49 561	1 732 979	826 205
Total	15 694 531 €	15 717 632 €	17 528 139 €	17 411 884 €

Comparando os anos de 2019 e de 2018, constata-se que a despesa reduziu-se em 116.255 euros, influenciada, ao nível do orçamento de funcionamento pelo incremento de despesas com o pessoal e, ao nível do orçamento de investimento pelo decréscimo da execução dos projetos.

No ano de 2019, os projetos de investimento com maior impacto orçamental e financeiro³, ainda se encontravam na fase de lançamento de procedimentos, ao invés do sucedido, em 2018, em que os maiores projetos já se encontravam numa fase de execução adiantada (AEC e SIC-MP) e consequentemente com elevados valores de pagamentos.

Em 2018, dois dos principais projetos da PGR, pelo seu simbolismo e montante em causa, o Laboratório Forense e o *Ethos* – criminalidade Económica Financeira e Corrupção – chegaram ao seu fim, sendo que os montantes pagos, ascenderam a 749.255,66 euros e a 164.051,08 euros, respetivamente.

³ “Reforço da capacidade de interconexão e segurança do SIC-MP (*SealinkPlus*)” e “Simplificação interação e modernização do relacionamento com o cidadão através da transformação digital (+ Sim)”



Em 2019, outros três projetos emblemáticos – “Atendimento Eletrónico ao Cidadão”, “SIC-MP” e “Evidence2 e-Codex” – também chegaram ao seu fim, tendo o valor pago sido, respetivamente de 699.294,59 euros, 955.389,50 euros e 28.237,73 euros.

Para os anos de 2020 e 2021 estão a decorrer outros projetos, de interesse estratégico, com especial destaque para o “SecklinkPlus” e “+Sim”.

A PGR, reconhecendo as dificuldades orçamentais existentes, mas tendo a noção de que é importante continuar a investir para melhorar a sua operacionalidade tem vindo apostar em a projetos com financiamentos comunitários, como fonte de receitas.

Entre os anos de 2017 e de 2019, a PGR contratualizou vários projetos de investimento, num total 4.974.481,35 euros, cofinanciados por fundos europeus, tendo pago 2.608.744,19 euros.

Projetos com financiamento comunitário 2019

Euros

Designação	Início	Fim	Montante candidatura Aprovada	Financiamento		Montante Pago 2017 a 2019		
				Nac. %	Comun. %	Total	Nac.	Comun.
Atendimento Eletrónico ao Cidadão (AEC)	01/04/2017	30/03/2019	881 158,37 €	43%	57%	699 294,59 €	294 417,28 €	404 877,31 €
SIC-MP	01/01/2017	30/11/2019	999 462,00 €	25%	75%	955 389,50 €	286 081,95 €	669 307,55 €
Laboratório Forense	06/12/2016	21/06/2018	676 198,97 €	20%	80%	749 255,66 €	283 751,59 €	465 504,07 €
Ethos-Criminalidade Económica Financeira e Corrupção	01/09/2016	30/09/2018	213 000,00 €	25%	75%	164 051,08 €	46 776,67 €	117 274,41 €
EXEC	01/02/2018	31/01/2020	155 348,01 €	20%	80%	40 753,87 €	4 142,70 €	36 611,17 €
Evidence2e-Codex	15/02/2018	15/11/2019	27 984,00 €	21%	79%			
PT-evidence	15/11/2019	12/11/2021	474 674,00 €	25%	75%			
Secklinkplus	16/09/2019	30/09/2020	546 656,00 €	25%	75%			
+sim	01/06/2019	31/05/2021	1 000 000,00 €	43%	57%			
Total			4 974 481,35 €			2 608 744,70	915 170,19	1 693 574,51

O saldo orçamental, referente ao ano de 2019, a transitar para a gerência seguinte elevou-se a 1.836.742,29 euros.



3.9.2.2. Ótica patrimonial

3.9.2.2.1. Balanço

Em termos de ativo a realidade espelhada encontra-se vertida no quadro que seguidamente se apresenta.

Balanço Ativo

Euros

RUBRICAS	2019	2018
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1 738 570,27	1 486 525,83
Ativos intangíveis	1 480 434,56	1 236 634,96
Ativo não corrente	3 219 004,83	2 723 160,79
Ativo corrente		
Inventários	69 923,76	62 919,41
Outras contas a receber	4 579 955,97	4 112 144,63
Caixa e depósitos	143 233,61	121 254,44
Ativo corrente	4 793 113,34	4 296 318,48
Total do Ativo	8 012 118,17	7 019 479,27

O montante do ativo líquido situou-se nos 8.012.118,17 euros, 14% acima do registado no ano anterior. Este aumento deveu-se, por uma lado ao incremento das contas de ativos não correntes, designadamente das rubricas de “Ativos fixos tangíveis” e “Ativos intangíveis” (40% do ativo) e, por outro lado, das contas de ativos correntes ao nível da rubrica de “outras contas a receber” (57% do ativo), revelando, não obstante as restrições orçamentais, um investimento significativo nos meios afetos à organização, tendo em vista a melhoria dos serviços.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, as aquisições mais significativas foram efetuadas, no desenvolvimento de sistemas de informação do Ministério Público (AEC e SIC-MP) e no melhoramento do equipamento informático (bastidores, computadores, software, unidade de disco).



Em "Outras contas a receber" estão refletidos os montantes referentes aos saldos de gerência (1.836.742,29 euros), bem como o montante ainda a receber de projetos cofinanciados já contratualizados (1.159.369,00 euros), e acréscimos de rendimentos (1.725.550,25 euros) para fazer face ao pagamento de férias e subsídio de férias, da responsabilidade do Estado para com a PGR, estando contabilizados em igual montante em acréscimos de gastos.

Os inventários cresceram 7.004,35 euros face a igual período do ano anterior – sendo que as compras ascenderam 76.389,94 euros.

As disponibilidades (contas no tesouro e depósitos em instituições financeiras) correspondem a saldos orçamentais na posse do serviço, sendo que 122.486,59 euros são oriundos de transferências comunitárias, 20.413,06 euros da conta de apostilas e 333,96 da conta de fundo de maneio.

Em termos de Património líquido e Passivo, a realidade encontra-se espelhada no Quadro seguidamente apresentado.

Balanço Património líquido e Passivo

Euros

BALANÇO	2019	2018
PATRIMÓNIO LIQUIDO		
Património/Capital	1 896 168,02	1 896 168,02
Resultados transitados	1 445 588,03	511 615,25
Outras variações no património líquido	1 273 314,31	627 479,82
Resultado líquido do período	509 545,47	945 213,18
Total do Património Líquido	5 124 615,83	3 980 476,27
PASSIVO		
Fornecedores	2 583,09	14 852,13
Estado e outros entes públicos		6,15
Fornecedores de investimento	0,00	81 801,45
Outras contas a pagar	2 884 919,25	2 537 631,50
Diferimentos	0,00	404 711,77
	2 887 502,34	3 039 003,00
Total do Património Líquido e Passivo	8 012 118,17	7 019 479,27



O património líquido ascendeu a 5.124.615,83 euros, registando, face ao ano anterior, um crescimento de 29%, passando de 3.980.476,27 euros para 5.124.615,83 euros. Este incremento encontra explicação na incorporação dos resultados do ano anterior, ajustado pela transição de alteração de política contabilística (POC-P para SNC-AP), no montante de 11.240,20 euros; nas “outras variações no património líquido”, onde estão refletidos os subsídios relacionados com ativos, mais especificamente com o financiamento de projetos comunitário e no resultado líquido do exercício do ano corrente, no montante de 509.545,27 euros.

Nas rubricas do passivo regista-se a redução das rubricas de fornecedores e de fornecedores de investimento, evidenciando um esforço de cumprimento das obrigações e de não transição de compromissos para o ano seguinte.

No que respeita à rubrica “Outras contas a pagar” estão contabilizados os montantes para fazer face aos encargos com o pagamento de férias e de subsídio de férias (1.725.550,25 euros) e o reconhecimento do valor dos projetos cofinanciados já contratualizados e ainda por receber (1.159.369,00 euros).

3.9.2.2.2. Demonstração dos Resultados

Rendimentos

No ano de 2019, os rendimentos elevaram-se a 17.548.731,10 euros. Comparado com o ano anterior registou-se um crescimento de 596.966,24 euros (4%) fruto dos incrementos de receita própria (13%), de trabalhos para a própria empresa e de outros rendimentos e ganhos.

A receita própria ascendeu a 698.055,59 euros, correspondendo a um aumento de 13% face ao ano anterior. Este aumento justifica-se essencialmente pelo acréscimo do número de “apostillas” efetuadas.



Trabalhos para a propria entidade - Ativos Intangiveis resulta do financiamento comunitário do projeto de desenvolvimento de software no âmbito do AEC-Atendimento Eletronico ao Cidadão, que entrou em produção no final de 2019 (151.580,41 euros) e que contou com trabalhadores da PGR.

Outros rendimentos e ganhos resultaram de transferências para ativo/investimentos e do reconhecimento dos proveitos com os subsídios ao ativo/investimento apurados com base nas amortizações do exercício de bens financiados com subsídios comunitários (187.995,51euros); de Regularizações de reposições não Abatidas ao Pagamento (9.606,41 euros) e de ganhos em inventários (6.548,67 euros).

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP	SNC-AP
	31/12/2019	31/12/2018
Impostos, contribuições e taxas	698 055,59	617 694,46
Vendas		
Prestações de serviços e concessões		
Transferências e subsidios correntes obtidos	16 494 944,51	16 250 516,98
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade	151 580,41	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-55 790,78	-58 842,78
Fornecimentos e serviços externos	-2 302 825,40	-2 425 396,61
Gastos com o pessoal	-13 904 913,78	-13 088 485,02
Transferências e subsidios concedidos	-7 200,00	-6 000,00
Prestações sociais		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	204 150,59	83 553,42
Outros gastos e perdas	-50 228,80	-6 581,81
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	1 227 772,34	1 366 458,64
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-718 196,34	-421 245,46
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	509 576,00	945 213,18
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-30,73	
Resultado antes de impostos	509 545,27	945 213,18
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	509 545,27	945 213,18



Gastos

Os gastos totalizaram 17.039.185,83 euros, correspondendo a um acréscimo de 1.032.634,15 euros face ao ano transato.

A explicação, tem razões diferentes. Desde logo, e com sinal positivo, um aumento nos gastos com pessoal (816 428,76 euros) e no incremento das amortizações do exercício (296.950,88 euros) e, com sinal negativo, uma diminuição no fornecimento e Serviços Externos (-122.571,21 euros).

O aumento de despesas com o pessoal resultou, em grande medida, do: i) aumento do número de magistrados, funcionários e trabalhadores que passaram a exercer funções na PGR; ii) incremento de encargos resultantes da alteração do limite remuneratório a que os magistrados, com a entrada em vigor do Estatuto do Ministério Público, passaram a estar sujeitos (artigo 284.^º4); iii) efeito ascendente da reposição integral, a partir de dezembro passado, do descongelamento de carreiras iniciado, em 2018, e dos acréscimos remuneratórios ocorridos em 2019, que no período homólogo registavam apenas 50% do seu impacto.

O acréscimo das amortizações do exercício decorreu do forte investimento em ativos fixos tangíveis e em ativos intangíveis e ainda da passagem de imobilizado em curso, registado no ano anterior, a imobilizado em produção.

Na rubrica “outros gastos” estão registados os pagamentos de taxas (21.392,35 euros), perdas em inventário (20.143,48 euros), abate de imobilizado não totalmente amortizado (8.337,68 euros) e as reposições não abatidas a pagamentos (355.28 euros).

⁴ Para efeitos previstos no presente Estatuto podem ser percebidas remunerações ilíquidas superiores ao limite previsto no artigo 3.^º da Lei n.^º 102/88, de 25 de agosto, desde que não ultrapassem noventa por cento do montante equivalente ao somatório do vencimento e abono mensal para despesas de representação do Presidente da República.



Resultado do Exercício

O resultado líquido do exercício ascendeu a um montante de 509.545,27 euros, influenciado pela melhoria do desempenho da atividade operacional principalmente ao nível da resposta dos diversos departamentos.

Nota: os dados apresentados neste capítulo, relativos aos recursos humanos e financeiros, foram facultados pela Unidade de Administração Geral e integram o Relatório de Gestão, de 2019, que é parte integrante dos documentos em anexo ao Relatório de Atividades, de 2019.

3.9.3. Recursos tecnológicos

A Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI) assegura a manutenção de um centro de dados autónomo composto pelos seguintes equipamentos:

- Servidores físicos de montagem em rack num total de 4 e um blade center com 14 servidores instalados;
- Sistema de virtualização (VMWare) suportado por 4 servidores físicos e 92 servidores virtuais;
- Equipamentos com 2 níveis de firewall, sendo ambos os níveis suportados por sistemas ligados em fail over cluster;
- Equipamentos Appliance com a função de reverse proxy e WAF;
- Central telefónica digital (VOIP) com Gateway de voz (dois equipamentos em redundância);
- Sistema de videovigilância das instalações da PGR, três edifícios com um total de 38 equipamentos;
- Sistema de “Storage” com capacidade de armazenamento instalada de 600 TB, distribuídos entre discos de performance distintas (SSD e NL -SAS) consoante a função a que se destinam;
- Sistema de backup-to-disk e backup-to-tape com diferentes níveis de retenção;
- Sistema autónomo/proprietário de correio eletrónico da PGR;
- Manutenção de uma rede informática que liga, por fibra ótica, os 4 edifícios da PGR, composta essencialmente por 30 equipamentos de ativos de rede, 400 postos de trabalho com computador pessoal, 190 computadores pessoais portáteis e mais de 40 equipamentos multifuncionais e de impressão.

Assegura igualmente a manutenção dos recursos tecnológicos disponibilizados no Laboratório de Informática Forense, composto pelos seguintes equipamentos:

- Blade center com 8 servidores instalados;



- Sistema de virtualização para VDI's (VMWare Horizon) suportado por 3 servidores físicos;
- Sistema de virtualização (Hyper-V) suportado por 2 servidores físicos;
- Sistema de “Storage” com capacidade de armazenamento instalada de 240 TB, distribuídos entre discos de performance distintas (SSD e NL -SAS) consoante a função a que se destinam;
- Sistema backup-to-tape com diferentes níveis de retenção;
- Manutenção da rede informática que fornece serviços aos utilizadores do LIF.



3.10. Instalações

A Procuradoria-Geral da República desenvolve a sua atividade em 4 edifícios, situados em Lisboa, com a seguinte localização:

O Palácio Palmela, sito na Rua da Escola Politécnica, onde estão instalados a Procuradora-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Gabinete do Procurador-Geral da República, o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Secretário da Procuradoria-Geral da República, os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo e o Gabinete de Imprensa.

Junto ao Palácio, na Rua do Salitre, funciona a Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI).

As instalações do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) estão localizadas na Rua Gomes Freire.

No edifício da Rua do Vale de Pereiro estão instalados o Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC), o Núcleo de Assessoria Técnica (NAT), os setores de Cooperação Judiciária Internacional (CJI) e Traduções, o Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação (GCSI), a Divisão de Apoio Jurídico (DAJ), a Biblioteca da PGR, os Gabinetes Cibercrime e de Acompanhamento de Projetos e os Serviços de Apostila.



4. AVALIAÇÃO FINAL

O relatório de atividades que ora se apresenta tem como finalidade transmitir, de forma clara e objetiva, o que de mais importante se fez ao longo de 2019.

Entre a sétima e a décima primeira página do presente documento, é evidenciada a avaliação dos objetivos incluídos no Plano Estratégico.

Com a implementação do Plano Estratégico 2016-2018, os objetivos estratégicos dos SATA, de carácter plurianual, foram, pela primeira vez, operacionalizados com recurso a metas quantitativas.

Analizando o QUAR de 2019 constata-se que o desempenho é considerado “Bom” com uma taxa de concretização global de objetivos de 120%. Todos os objetivos foram atingidos ou superados.

Por apresentarem uma percentagem superior de concretização, face à ponderação atribuída a cada objetivo e ainda à respetiva dimensão, foram considerados objetivos mais relevantes os que seguidamente se indicam:

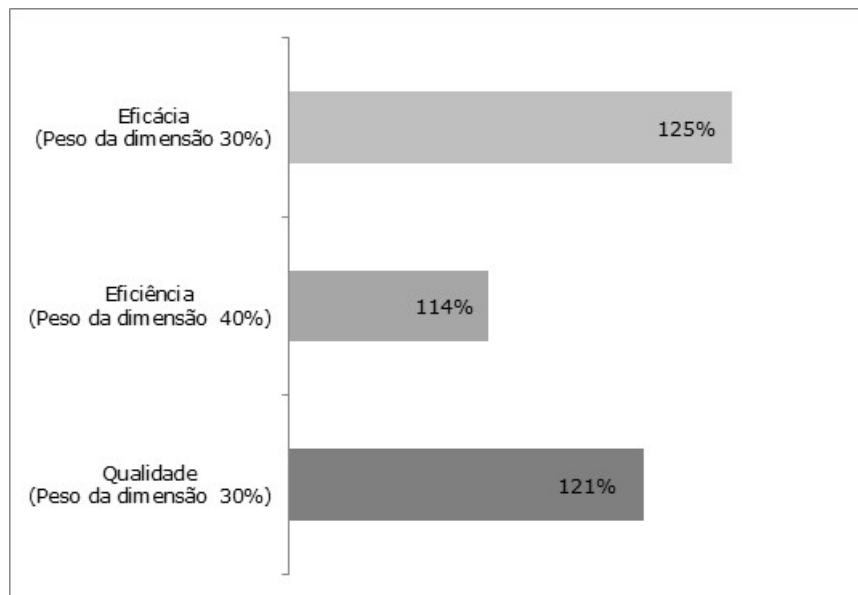
- Objetivo operacional 1 – “Maximizar o nível de atividade dos SATA”;
- Objetivo operacional 5 – “Melhorar a qualidade dos serviços prestados”;
- Objetivo operacional 2 – “Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos”.

Assim, como resultado da presente autoavaliação, propõe-se, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, a menção qualitativa de **Desempenho Bom** a atribuir aos SATA no ano de 2019.



Avaliação do Desempenho dos SATA da PGR				
Resultados Agregados				
Dimensão	Peso/Resultado de cada dimensão na avaliação final	Contribuição de cada dimensão	Avaliação final dos SATA	
Eficácia	Peso da dimensão	30%	Desempenho Bom 120%	Atingiu todos os objectivos superando alguns.
	Resultado da	125%		
Eficiência	Peso da dimensão	40%	46%	Atingiu todos os objectivos superando alguns.
	Resultado da	114%		
Qualidade	Peso da dimensão	30%	36%	Atingiu todos os objectivos superando alguns.
	Resultado da	121%		

Taxa de realização – Dimensões/Parâmetros de avaliação





5. ACRONÍMIA

MP	Ministério Público
PGR	Procuradoria-Geral da República
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
CC	Conselho Consultivo
SATA	Serviços de Apoio Técnico e Administrativo
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
GDDC	Gabinete de Documentação e Direito Comparado
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica
COESI	Conselho de Orientação Estratégica dos Sistemas de Informação
GCSI	Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação
GC	Gabinete Cibercrime
GIDC	Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos
TCA's	Tribunais Centrais Administrativos
TAF's	Tribunais Administrativos e Fiscais
DSAA	Direção de Serviços de Apoio Administrativo
UAP	Unidade de Administração e Processos
DAJ	Divisão de Apoio Jurídico
NACC	Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo
DDI	Divisão de Documentação e Informação
DPOI	Divisão de Planeamento, Organização e Informática
SEGA	Seção de Expediente Geral e Arquivo
SACC	Seção de Apoio ao Conselho Consultivo
SACSMMP	Seção de Apoio ao Conselho Superior do MP
SC	Seção de Contabilidade
SP	Seção de Pessoal
SPESG	Seção de Património, Economato e Serviços Gerais
RH	Recursos Humanos
UE	União Europeia
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
AT	Autoridade Tributária
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
IGFEJ, IP	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP
SIADAP	Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
DGO	Direção-Geral do Orçamento
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
GeRFiP	Gestão de Recursos Financeiros Partilhada



GEADAP	Gestão Integrada da Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SRH	Sistema de Recursos Humanos
LOE	Lei do Orçamento de Estado
CGA	Caixa Geral de Aposentações
SS	Segurança Social
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE, I.P.)
UCMJ	Unidade de Compras do Ministério da Justiça
CCA	Conselho Coordenador de Avaliação
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CP	Caminhos de Ferro Portugueses
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
EMP	Estatuto do Ministério Público
RAFE	Regime da Administração Financeira do Estado
PEST	Políticos, Económicos, Sociais e Tecnológicos (grupos de fatores da análise PEST).
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities ,Threats.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ANEXOS

QUAR de 2019



QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2019

Procuradoria-Geral da República Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

MISSÃO: Assegurar o apoio técnico e administrativo, bem como o apoio geral aos órgãos e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou dela diretamente dependem, nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, da organização e sistemas de informação e da documentação

VISÃO: Pretende-se ser um Serviço que, reconhecidamente, potencia o cumprimento da missão da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)

OE 1 Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

OE 2 Agilizar e simplificar processos e procedimentos

OE 3 Melhorar a qualidade dos serviços prestados

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OP)

EFICÁCIA Ponderação 30%

OP1 Maximizar o nível de atividade dos SATA

Ponderação 100%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 1.1 Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos concluídos no prazo definido.	80%	80%	100%	50%				
INDICADOR 1.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	80%	100%	50%				

EFICIÊNCIA Ponderação 40%

OP2 Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos

Ponderação 40%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 2.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	78%	78%	98%	50%				
INDICADOR 2.2 Taxa de reembolso dos projetos.	80%	80%	100%	50%				

OP3 Assegurar a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16.º da LOE 2019 Ponderação 30%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 3.1 Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho.	N.A.	90%	100%	100%				

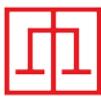
OP4 Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores Ponderação 30%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	80%	100%	40%				
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	60%	70%	75%	30%				
INDICADOR 4.3 Número de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	2	2	3	30%				

QUALIDADE Ponderação 30%

OP5 Melhorar a qualidade dos serviços prestados Ponderação 100%

Indicadores	Meta 2018	Meta 2019	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 3, 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	75%	75%	94%	30%				
INDICADOR 5.2 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 5.3 Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	8	8	10	40%				



QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2019

Procuradoria-Geral da República
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

Meios disponíveis

Recursos Humanos

Carreiras	N.º de trabalhadores	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	2	8	16		
Dirigentes - Direção intermédia	3	5	15		
Técnico Superior	29	4	116		
Informática	16	4	64		
Coordenador Técnico	6	3	18		
Assistente Técnico	35	2	70		
Assistente Operacional	7	2	14		
Oficial de Justiça	6	3	18		
Outros	2	3	6		
Total	106	34	337		

Orçamento (Euros)	Início	Corrigido	Realizado	Desvio
Funcionamento	17 668 018	16 756 280		
PIDDAC	1 908 915	1 908 915		
Total	19 576 933	18 665 195		

Indicadores	Fontes de Verificação
INDICADOR 1.1 Percentagem de processos de Fiscalização de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Altos Cargos Públicos concluídos no prazo definido.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 1.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.2 Taxa de reembolso dos projetos.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.1 Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	Plano de Formação, de 2019. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	Relatório de Formação, de 2019. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.3 Número de ações de formação de magistrados realizadas anualmente, em matéria de cooperação judiciária internacional.	Preparação e divulgação das ações de formação. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores que avaliam o Portal do Ministério Público com 3, 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores do Portal do Ministério Público.
INDICADOR 5.2 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Biblioteca.
INDICADOR 5.3 Proposta (anteprojeto) do movimento de magistrados, antes do prazo definido por deliberação do CSMP (em dias).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).

Inquérito de satisfação aos utilizadores do Serviço de Apostila



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO AOS UTILIZADORES DO SERVIÇO DE APOSTILAS

Instruções de resposta ao questionário:

A procura de melhoria contínua, com vista a uma cada vez melhor prestação de serviços públicos, é o principal compromisso estabelecido pelos serviços de Apoio Técnico e Administrativo da PGR.

Por conseguinte, a sua opinião é fundamental para que possamos oferecer um atendimento cada vez mais eficaz.

Não há respostas certas ou erradas, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza voluntária, confidencial e anónima.

A sua opinião é muito importante para prestarmos um serviço de qualidade.

1 – Dados pessoais do utente

- Idade anos

- Sexo F/M

- Habilidades

- Profissão

- Utilizador: habitual ocasional

Preencha, sempre que possível, de 1 a 5.

1 Sem opinião **2** Muito insatisfeito/a **3** Insatisfeito/a **4** Satisfeito/a **5** Muito satisfeito/a

2 – Instalação do serviço

- Conforto

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

- Acessibilidade

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Horário de atendimento

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

3 – Qualidade do serviço

- Formulário (clareza)

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Informações e esclarecimentos prestados

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Prazo de satisfação do pedido

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Formas de pagamento da apostila

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Custo da apostila

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

4 – Avaliação do trabalhador

- Competência

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Correção

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Isenção

<input type="checkbox"/>				
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

5 – Avaliação global

- Avaliação global

A row of five empty orange square boxes, likely for rating a scale from 1 to 5.

6 – Sugestões

Terminou o preenchimento deste questionário.

Obrigado pela colaboração.

Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da PGR



Perguntas Respostas 116

Biblioteca da Procuradoria-Geral da República - Inquérito de Satisfação

A Biblioteca da Procuradoria-Geral da República gostaria de conhecer a opinião dos seus leitores sobre os serviços que presta. Esse conhecimento é indispensável para a introdução de melhorias e para a prestação de um serviço de qualidade.

Agradecemos desde já o tempo que queira reservar ao preenchimento deste inquérito de satisfação.

É garantido o anonimato dos dados recolhidos.

Título da imagem



Leitor *



Interno (PGR, GDDC, DCIAP ou NAT)

Externo

Género *

Feminino

Masculino

Idade *

< 25 anos

25 a 40 anos

40 a 55 anos

> 55 anos

Nacionalidade *

Portuguesa

Brasileira

Outra opção...

Residência *

Lisboa (cidade)

Lisboa (área metropolitana)

- Em Portugal, mas não em Lisboa
- Fora de Portugal

Habilidades académicas *

(Último grau concluído)

- 12.º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Atividade profissional *

(escolha a mais relevante)

- Magistrado
- Advogado
- Docente universitário / Investigador
- Funcionário da A.P.
- Estudante
- Outra opção...

Exerce funções numa biblioteca ou centro de documentação?



Sim



Não

Finalidade da utilização da biblioteca

(escolha a mais relevante)

Investigação / Trabalho académico

Atividade profissional

Empréstimo inter-bibliotecário

Outra opção...

Há quantos anos é utilizador da biblioteca?

Há menos de 1 ano

Entre 1 ano e 5 anos

Há mais de 5 anos

Utiliza habitualmente outras bibliotecas jurídicas?

Sim

Não

A biblioteca da PGR e as outras bibliotecas jurídicas

Utilizo apenas a biblioteca da PGR

Utilizo preferencialmente a biblioteca da PGR

Utilizo preferencialmente outras bibliotecas

Com que frequência utilizou a biblioteca da PGR no último ano?

Não utilizei a biblioteca da PGR no último ano

Apenas uma vez

> 1 < 5

> 5

Porque razão utiliza a biblioteca da PGR?

(selecione todas as aplicáveis)

Boa localização

Sistema de empréstimos

Conteúdo do catálogo

Serviços prestados

Outra opção...

O que procura, preferencialmente, na biblioteca da PGR?

(selecione todas as aplicáveis)

Edições estrangeiras

- Edições portuguesas
- Publicações periódicas
- Monografias
- Outra opção...

Além de obras e publicações em português, tem preferência por obras e
(selecione todas as aplicáveis)

- Inglês
- Francês
- Espanhol
- Italiano
- Alemão
- Outra opção...

Preencheu o inquérito de satisfação de 2018?

- Sim
- Não
- Não me recordo

Grau de satisfação

Descrição (opcional)

Grau de satisfação - sala de leitura

(avalie a funcionalidade e o conforto da sala de leitura)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Grau de satisfação - acervo bibliográfico

(avalie a qualidade e extensão do acervo bibliográfico da biblioteca)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Grau de satisfação - base de dados do catálogo

(avalie a facilidade de utilização da base de dados da biblioteca, tal como disponibilizada na internet)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Grau de satisfação - empréstimo de obras

(avalie a funcionalidade do sistema de requisição e de empréstimo de obras)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Grau de satisfação - qualidade do atendimento

(avalie a qualidade do trabalho dos colaboradores da biblioteca e o nível de atendimento)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Grau de satisfação - qualidade global do serviço

(avalie a qualidade global do serviço prestado pela biblioteca)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito

Muito satisfeito

Comentários e sugestões

Descrição (opcional)

Dê-nos a conhecer os seus comentários ou sugestões, para que possamos melhorar a qualidade dos serviços prestados

Texto de resposta longa

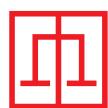
.....

Balanço Social de 2019



BALANÇO SOCIAL | 2019

Procuradoria-Geral da República
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

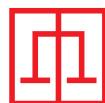


**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

BALANÇO SOCIAL | 2019

Procuradoria-Geral da República
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Procuradoria-Geral da República
Rua da Escola Politécnica, 140
1269-269 Lisboa
Tel. +351 213 921 900
correiopgr@pgr.pt
www.ministeriopublico.pt

Título | Balanço Social 2019

Edição | Procuradoria-Geral da República

Secretário da PGR | Carlos Adérito Teixeira

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	5
ÍNDICE DE QUADROS	5
SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
1. NOTA INTRODUTÓRIA	9
2. CARACTERIZAÇÃO DO ORGANISMO	11
2.1. Estrutura	11
2.2. Competência	13
3. ENQUADRAMENTO LEGAL	15
4. RECURSOS HUMANOS	17
4.1. Mapas de pessoal e modalidades de vinculação	17
4.2. Trabalhadores segundo o grupo/cargo/carreira	19
4.3. Trabalhadores segundo o género	21
4.4. Estrutura etária	22
4.5. Estrutura de antiguidade	24
4.6. Estrutura habilitacional	25
4.7. Trabalhadores portadores de deficiência	27
4.8. Admissão e regresso de trabalhadores	27
4.9. Saída de trabalhadores	28
4.10. Mudança de situação profissional	30
4.11. Duração e organização do horário de trabalho	31
4.12. Trabalho suplementar	33
4.13. Absentismo	34
4.14. Greve	36
5. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E ENCARGOS COM PESSOAL	37
5.1. Estrutura remuneratória	37
5.2. Encargos com pessoal	39
6. HIGIENE E SEGURANÇA	42
6.1. Acidentes de trabalho	42

6.2.	Encargos com atividades de segurança e saúde no trabalho	42
6.3.	Promoção em matéria de segurança e saúde no trabalho	43
7.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	44
7.1.	Formação realizada (interna e externa)	44
7.2.	Carga horária e tempo despendido em formação	46
7.3.	Encargos com a formação.....	49
8.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA.....	50
8.1.	Relações profissionais.....	50
8.2.	Disciplina.....	50
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	ANEXOS	53
	Quadro de indicadores.....	55
	Quadros da DGAEP adaptados.....	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo	18
Gráfico 2 – Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira	19
Gráfico 3 – Evolução do número de efetivos por género nos últimos três anos	21
Gráfico 4 – Número de efetivos por grupo/cargo/carreira segundo o género.....	22
Gráfico 5 – Número de efetivos segundo o escalão etário e género	24
Gráfico 6 – Número de efetivos segundo a antiguidade e género.....	25
Gráfico 7 – Percentagem de efetivos segundo o nível de habilitações.....	26
Gráfico 8 – Número de efetivos segundo o nível de habilitações e género	27
Gráfico 9 – Mudança de situação dos trabalhadores, por categoria	30
Gráfico 10 – Modalidades de horário de trabalho.....	32
Gráfico 11 – Trabalho suplementar por grupo/cargo/carreira	33
Gráfico 12 – Número de horas de trabalho suplementar nos últimos três anos	34
Gráfico 13 – Número de dias de ausência por tipo de falta	35
Gráfico 14 – Evolução do absentismo nos últimos três anos.....	36
Gráfico 15 – Evolução da remuneração base e suplementos remuneratórios nos últimos três anos	39
Gráfico 16 – Encargos com pessoal	39
Gráfico 17 – Evolução dos encargos com pessoal nos últimos três anos	41
Gráfico 18 – Evolução dos acidentes em serviço e de dias de baixa nos últimos três anos .	42
Gráfico 19 – Evolução do número de ações de formação nos últimos três anos	45
Gráfico 20 – Número de participações em formação segundo a duração horária.....	47
Gráfico 21 – Número de participantes e de participações por cargo/grupo/carreira	48
Gráfico 22 – Número de horas despendidas em formação por cargo/grupo/carreira	49

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Número de efetivos por mapa de pessoal.....	17
Quadro 2 – Evolução das modalidades de vínculo nos últimos três anos	18
Quadro 3 – Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho e género... <td>28</td>	28
Quadro 4 – Saídas de trabalhadores segundo o motivo e género.....	29
Quadro 5 – Estrutura remuneratória segundo escalão e género	37

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
DCIAP	DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL
DGAEP	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO
DPOI	DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
DSAA	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
EMP	ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
GCSI	GABINETE DE COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
GDDC	GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO
GERFIP	GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
LTFP	LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
MAI	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
MC	MINISTÉRIO DA CULTURA
MJ	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
NAT	NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA
PGR	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PJ	POLÍCIA JUDICIÁRIA
PSP	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RCTFP	REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
SATA	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
SEF	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
SIADAP	SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SIMP	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SRH	SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS
STA	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
STJ	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TC	TRIBUNAL DE CONTAS
UAG	UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social constitui, a par do Plano Estratégico, do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

O Balanço Social de 2019 da Procuradoria-Geral da República (PGR) congrega os dados dos Órgãos e Serviços da PGR ou dela diretamente dependentes; Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP); Núcleo de Assessoria Técnica (NAT); Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC) e Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA).

Este relatório foi elaborado com base nos dados¹, referentes aos trabalhadores em efetividades de funções na PGR, a 31 de dezembro de 2019, cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, e de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), refletidas nos quadros anexos a este relatório.

O presente documento expressa a caracterização e evolução dos recursos humanos, sintetizando em quadros e gráficos estatísticos a informação respeitante a vários indicadores, nomeadamente, número de efetivos; modalidade de vínculo; fluxo de entradas e saídas; estrutura etária; estrutura habilitacional e antiguidade na Administração Pública (AP). Demonstra ainda as remunerações e encargos com pessoal; segurança e medicina no trabalho; formação profissional e relações profissionais e disciplina.

¹ De acordo com o carregamento do Sistema de Informação da Organização de Estado (SIOE).

Os dados compilados foram apurados a partir da informação extraída dos mapas mensais de pessoal; dos mapas do plano anual de formação; do sistema de gestão de recursos humanos (SRH); do sistema de gestão de recursos financeiros (GeRFiP) e do sistema de registo biométrico.

A análise dos resultados obtidos, ao permitir uma visão integrada da gestão dos recursos humanos da PGR, constitui um fator de apoio na tomada de decisão superior.

Lisboa, 30 de julho de 2020

O Secretário Adjunto da Procuradoria-Geral da República

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "R. N. D. F.", followed by a horizontal line.

(Rui Nuno Almeida Dias Fernandes)

2. CARACTERIZAÇÃO DO ORGANISMO

2.1. Estrutura²

A Procuradoria-Geral da República é o órgão de cúpula do Ministério Público e compreende:

- a) O Procurador-Geral da República (presidente);
- b) O Conselho Superior do Ministério Público;
- c) O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República;
- d) Os Auditores Jurídicos;
- e) Os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo.

Na sua dependência funcionam os seguintes departamentos:

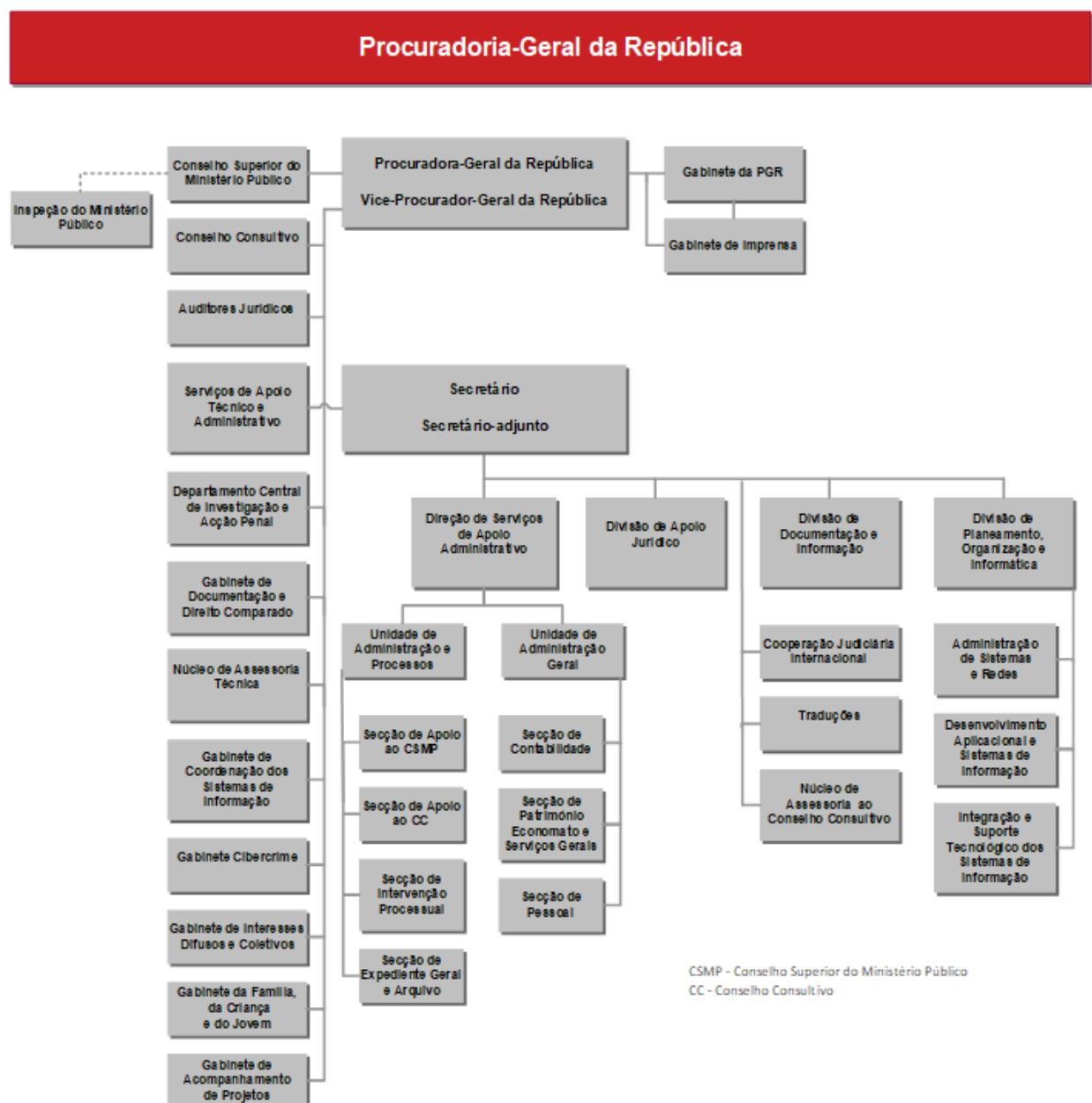
- Departamento Central de Investigação e Ação Penal/DCIAP;
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado/GDDC;
- Núcleo de Assessoria Técnica/NAT;
- Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação/GCSI;
- Gabinete Cibercrime;
- Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos;
- Gabinete da Família, da Criança e do Jovem;
- Gabinete de Acompanhamento de Projetos.

A organização, o quadro, e o regime de pessoal do GDDC e do NAT são definidos em diplomas próprios³.

² Artigo 220.º/1/2 da CRP; artigos 9.º/1/2/3/4, 11.º, 12.º/1/a) do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, vigente em 2019);

³ GDDC – DL n.º 388/80, de 22 de Setembro;
NAT – Lei n.º 1/97, de 16 de Janeiro, e Portaria n.º 607/99, de 09 de agosto

A estrutura orgânica da PGR é a seguinte:



CSMP - Conselho Superior do Ministério Público
 CC - Conselho Consultivo

2.2. Competência⁴

Compete à Procuradoria-Geral da República:

- a) Promover a defesa da legalidade democrática;
- b) Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a ação disciplinar e praticar, em geral, todos os atos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados do Ministério Público, com exceção do Procurador-Geral da República;
- c) Dirigir, coordenar e fiscalizar a atividade do Ministério Público e emitir as diretrivas, ordens e instruções a que deve obedecer a atuação dos magistrados do Ministério Público no exercício das respetivas funções;
- d) Pronunciar-se sobre a legalidade dos contratos em que o Estado seja interessado, quando o seu parecer for exigido por lei ou solicitado pelo Governo;
- e) Emitir parecer nos casos de consulta previstos na lei e a solicitação do Presidente da Assembleia da República ou do Governo;
- f) Propor ao Ministro da Justiça providências legislativas com vista à eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciárias;
- g) Informar, por intermédio do Ministro da Justiça, a Assembleia da República e o Governo acerca de quaisquer obscuridades, deficiências ou contradições dos textos legais;
- h) Fiscalizar superiormente a atividade processual dos órgãos de polícia criminal;
- i) Exercer as demais funções conferidas por lei.

⁴ Artigo 10.º do EMP (Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, vigente em 2019).

É ainda autoridade central nos domínios da “cooperação judiciária internacional em matéria penal”, de “apostila” e também entidade fiscalizadora do “regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos”, estando aí sedeada a Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

Ministério Público

Estatuto do Ministério Público – Lei 47/86, de 15 de outubro (1^a versão).⁵

Procuradoria-Geral da República

Orgânica dos serviços de apoio da PGR – Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto.

Regulamento interno da PGR – Regulamento n.º 1/2002, publicado no DR, 2.^a Série, n.º 50 de 28 de fevereiro de 2002, alterado e republicado pelo Regulamento n.º 917/2015 no DR, 2.^a Série, n.º 254 de 30 de dezembro.⁶

Regulamento interno de funcionamento, atendimento e do horário de Trabalho – Despacho n.º 6677/2011, de 28 de abril, publicado no DR, 2.^a Série, n.º 82, de 28 de abril e alterado pelo Despacho do Secretário da PGR de 6 de março de 2019.

Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)

Criação do DCIAP – Artigo 46º da Lei n.º 47/86 de 15 de outubro;

Instalação dos serviços – Portaria 386-B/99 de 25 de maio

Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC)

Criação do GDDC – Decreto-Lei n.º 388/80 de 22 de setembro

Gabinete de Acompanhamento de Projetos (GAP)

Criação do GAP – Despacho da Procuradora-Geral da República de 14-11-2018

⁵ Lei vigente em 2019

⁶ Regulamento vigente em 2019

Gabinete Cibercrime

Criação do Gabinete – Despacho do Procurador-Geral da República de 7-12-2011

Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação (GCSI)

Criação do GCSI – Despacho da Procuradora-Geral da República de 2-4-2013

Núcleo de Assessoria Técnica (NAT)

Criação do NAT – Lei n.º 1/97 de 16 de janeiro

Gabinete da Família, da Criança e do Jovem

Criação do Gabinete – Ordem de Serviço da Procuradora-Geral da República n.º 6/2017 de 8-11-2017

Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos

Criação do Gabinete – Ordem de Serviço n.º 2/2014 de 20 de janeiro da Procuradora-Geral da República

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. Mapas de pessoal e modalidades de vinculação

O mapa de pessoal da Procuradoria-Geral da República (PGR) a vigorar durante o ano de 2019, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), previa a existência de 355 lugares.

Em 31 de dezembro de 2019, o número de efetivos era de 288, distribuídos da seguinte forma:

Serviços	N.º de efetivos
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA)	102
Órgãos da PGR e na sua dependência	64
Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)	98
Núcleo de Assessoria Técnica (NAT)	17
Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC)	7
Total	288

Quadro 1 – Número de efetivos por mapa de pessoal

Das modalidades de vínculos existentes, é a “comissão de serviço no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)” que tem maior expressão com 104 trabalhadores, a que corresponde 36,11%, seguindo-se, o “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”, com 95 trabalhadores, o equivalente a 32,98% dos efetivos e o regime de “nomeação definitiva”, com 88 elementos que correspondendo a 30.55% do efetivo da PGR.

Na modalidade “cargo político/mandato” insere-se o cargo de Procurador-Geral da República.

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos efetivos, segundo a modalidade de vinculação.

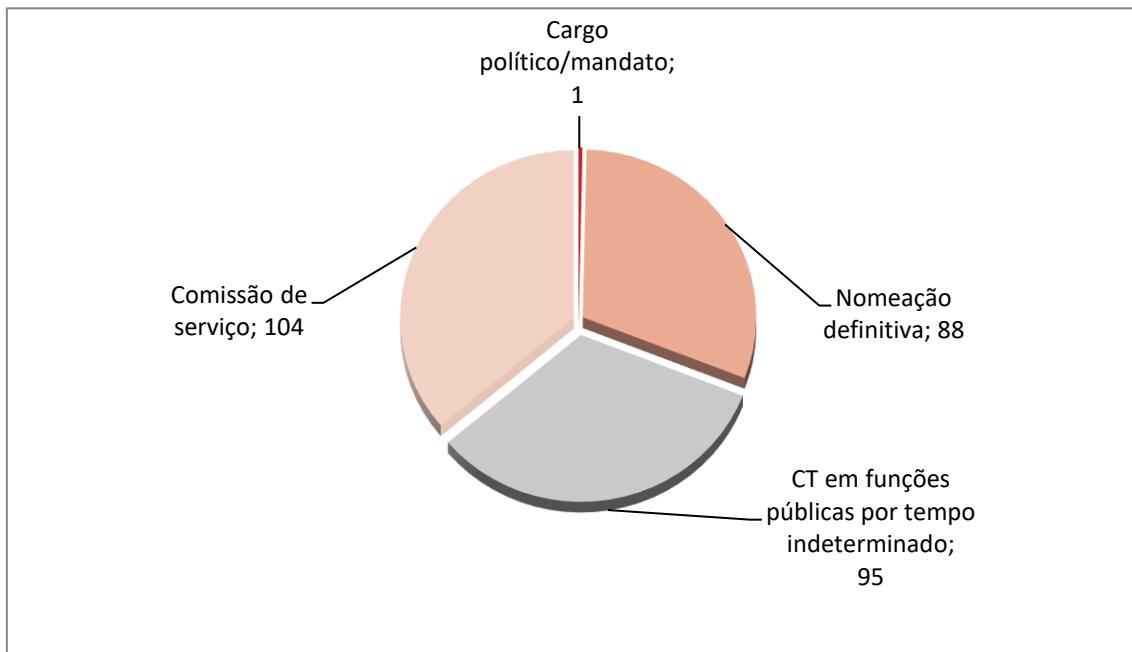


Gráfico 1 – Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo

No quadro 2, observa-se a evolução do número de efetivos ao longo dos últimos três anos, segundo a modalidade de vinculação e o género.

Modalidade de vínculo	2017			2018			2019		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Cargo/mandato	...	1	1	...	1	1	...	1	1
Nomeação definitiva	54	40	94	51	40	91	48	40	88
CT em funções públicas por tempo indeterminado	23	79	102	23	74	97	21	74	95
Comissão de serviço	45	33	78	48	34	82	63	41	104
Total	122	153	275	122	149	271	132	156	288

Quadro 2 – Evolução das modalidades de vínculo nos últimos três anos⁷

⁷ Fonte: SIOE



4.2. Trabalhadores segundo o grupo/cargo/carreira

Quando se procede à distribuição dos 288 efetivos por grupos profissionais, obtém-se os resultados do gráfico 2, expressos em valores absolutos e percentuais.

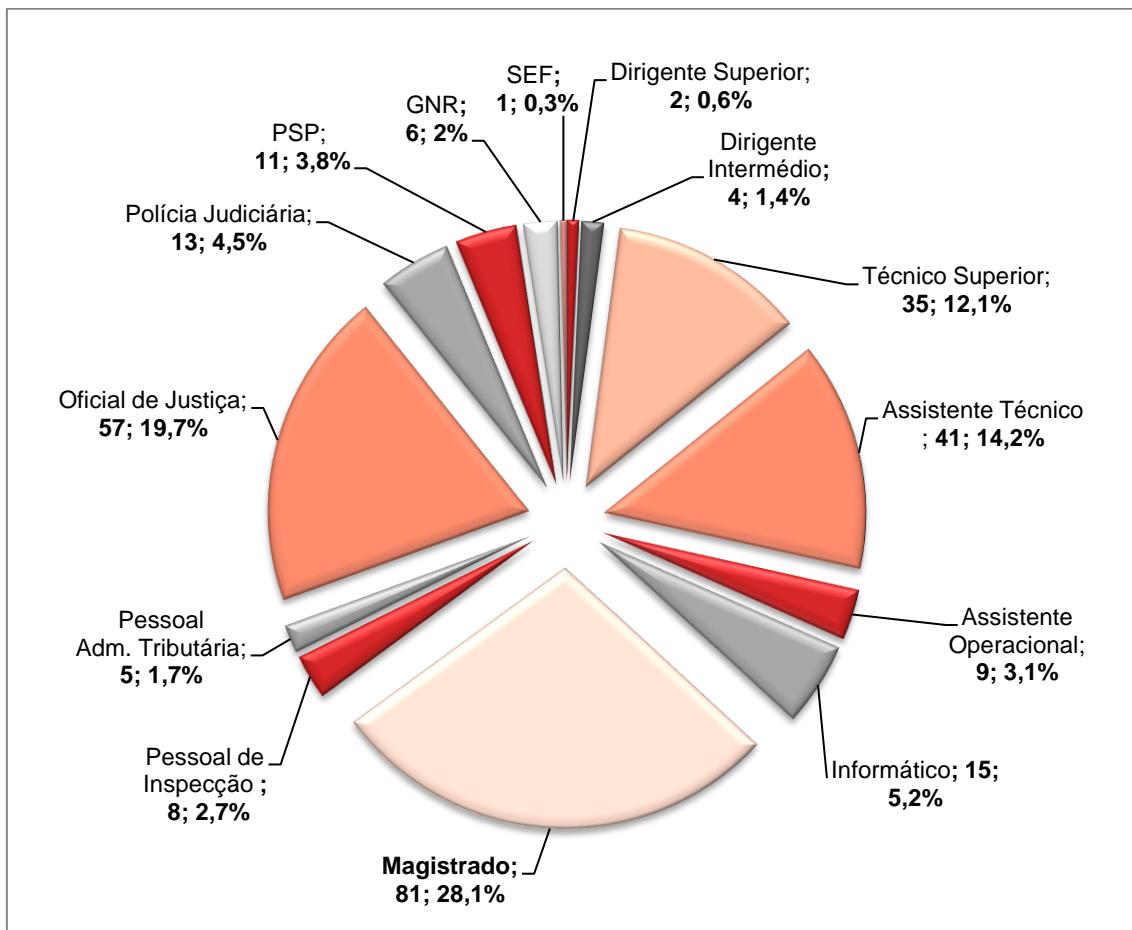


Gráfico 2 – Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira

Destaca-se o grupo dos Magistrados, com 81 elementos (28,1% dos efetivos), o que decorre, naturalmente, da natureza da missão e das competências da PGR.

Aos cargos de Direção superior e Direção intermédia correspondem 1 dirigente superior de 1º grau, um dirigente superior de 2º grau e 3 dirigentes intermédios (todos de 2º grau).

A carreira de Oficial de justiça, com 57 trabalhadores, representa 19.7% dos efetivos da PGR.

Logo a seguir, com 41 trabalhadores, a carreira de Assistente técnico regista uma percentagem de 14.24%.

A carreira de Técnico superior integra 35 trabalhadores, a que corresponde 12,15% dos postos de trabalho ocupados.

As carreiras de Informática, que agrupam 15 trabalhadores – 7 especialistas de informática e 8 técnicos de informática -, representam 5.21% do total de efetivos.

Com 9 trabalhadores, a carreira de Assistente operacional corresponde a 3.13% do total de efetivos.

No que respeita aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC):

A Polícia Judiciária (PJ) regista 13 inspetores, o que equivale a 4.51% do total dos efetivos. A Polícia de Segurança Pública (PSP) conta com 11 elementos, 2 chefes e 8 agentes (3.82%), e a Guarda Nacional Republicana (GNR) com 6 elementos, 2% dos efetivos da PGR.

Pertencem à carreira de Pessoal de Inspeção 8 inspetores (2.78%) e à carreira de Administração Tributária 5 (1.74%). Por último, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), com 1 Inspetor.

A taxa de tecnicidade que é dada pela relação entre técnicos superiores (incluindo Dirigentes, Magistrados, Pessoal de Inspeção, de Administração Tributária, do SEF e Especialistas de Informática) e o total de trabalhadores, é de 49.65%.

4.3. Trabalhadores segundo o género

Em 2019, o género feminino continua a ser o mais representado, totalizando 156 efetivos, conforme se observa no gráfico 3.

A taxa de feminização situa-se nos 54,16%, valor inferior à registada em 2018 (55,98%), e também ligeiramente inferior à registada em 2017 (54,64%).

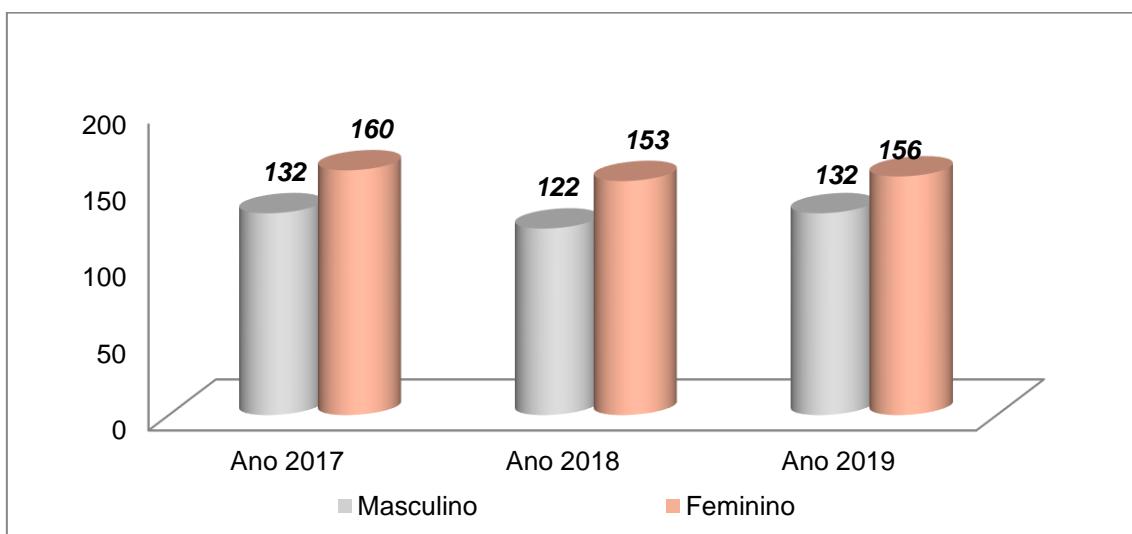


Gráfico 3 – Evolução do número de efetivos por género nos últimos três anos

A predominância do género feminino *versus* género masculino está patente sobretudo nas carreiras de Assistente técnico (36 trabalhadores do género feminino e 5 do género masculino) e de Técnico superior (29 versus 6), o que revela uma acentuada assimetria na distribuição por género nas carreiras de regime geral.

Ao invés, noutras grupos profissionais é visível a predominância masculina, nomeadamente na GNR e na PSP, cuja taxa de masculinização é, respetivamente, de 83,33% e 81,81%. Também o grupo de Pessoal de Administração Tributária apresenta uma taxa de 80%.

Nos cargos de Direção superior e Direção intermédia, a taxa de masculinização é

igualmente elevada (83.33%).

Na carreira de Magistrados constata-se uma maior representação masculina, embora pouco expressiva (51,85%).

O gráfico 4 demonstra a distribuição dos efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o género.

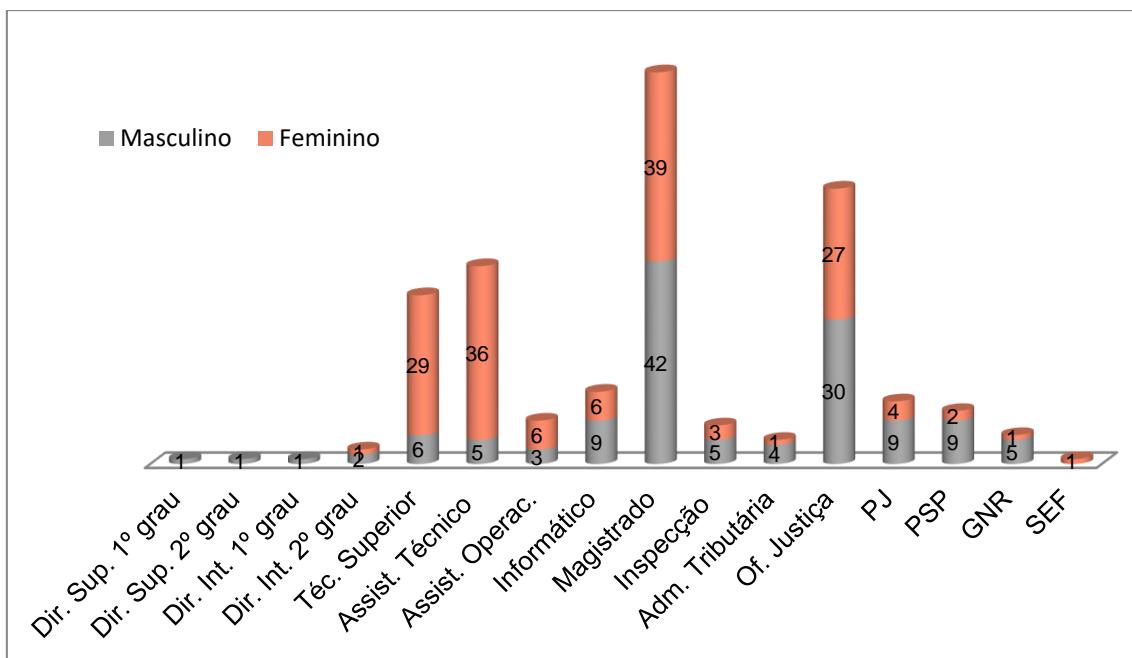


Gráfico 4 – Número de efetivos por grupo/cargo/carreira segundo o género

4.4. Estrutura etária

Em 31 de dezembro de 2019, o escalão etário com maior representação situa-se entre os 55 e os 59 anos, com 65 indivíduos, concentrando 22,56% do efetivo da PGR.

Os últimos três escalões etários são respetivamente os que se situam entre os 65-69 anos (6 – 2.08%), 35-39 anos (5 – 1,74%) e 30-34 anos (4 – 1.39%).

O escalão etário com o menor número de registo, 4 trabalhadores, situa-se entre os 30 e os 34 anos.

O nível médio etário é de 52,87 anos constatando-se assim um aumento relativamente ao ano de 2018 em que se obtivera a média de 51,71 anos.

A média de idades para os trabalhadores do género feminino é de 53,39 anos e, para os trabalhadores do género masculino, de 52,26 anos.

A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade superior a 55 anos (130) sobre o total de trabalhadores do organismo (288) é de 45,13%. Verifica-se um aumento em relação a 2018, cuja taxa se situou em 38,75%.

O leque etário, que se traduz na idade do trabalhador mais velho sobre a idade do trabalhador mais jovem é de 2,19, em que o indivíduo mais velho tem 68 anos e o mais novo 31 anos de idade.

Analizando o escalão etário por género, conforme se infere da leitura do gráfico 5, contam-se 41 mulheres com idade compreendida entre os 55 e os 59 anos, o que corresponde a 26,28% do efetivo feminino.

A representatividade masculina com maior expressão, encontra-se distribuída por dois escalões, ambos com 26 trabalhadores (19, 69%): 50-54 anos e 60-64 anos, seguida pelo escalão de 55-59 anos com 24 elementos (18,18%).

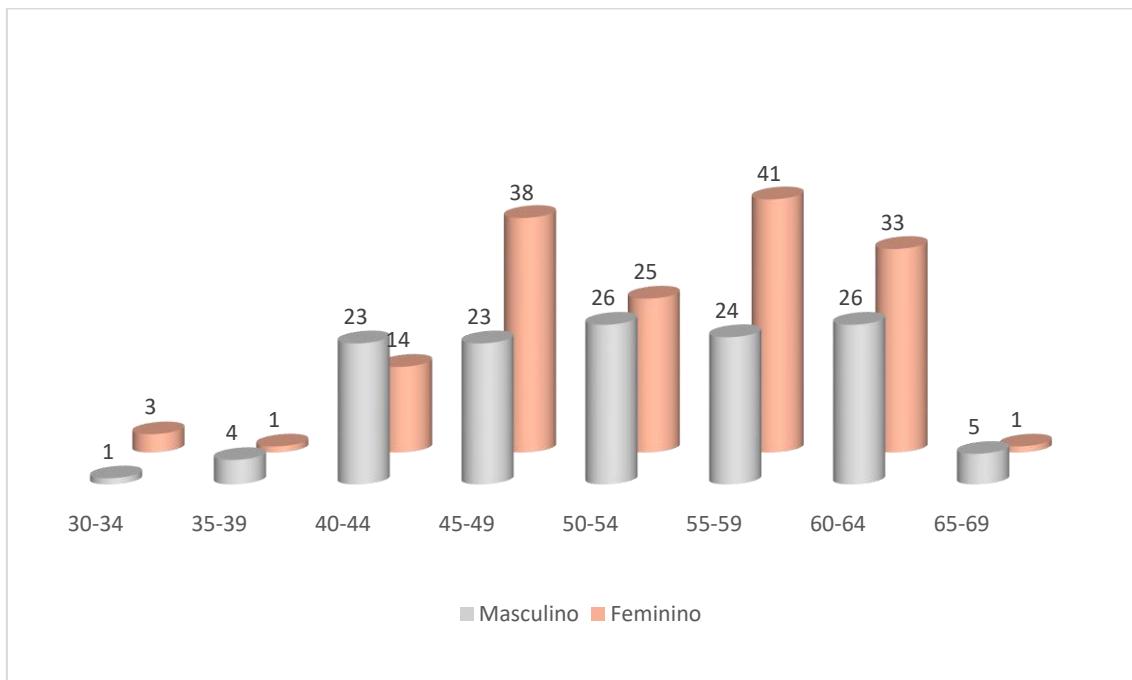


Gráfico 5 – Número de efetivos segundo o escalão etário e género

4.5. Estrutura de antiguidade

A antiguidade é calculada através do somatório do número de anos completos de prestação efetiva de serviço na Administração Pública, em 31 de dezembro de cada ano.

Na PGR, o nível médio de antiguidade é de 26,94 anos, revelando uma subida em relação ao ano 2018 (25,95 anos).

O escalão de antiguidade que abrange o maior número de trabalhadores é o compreendido entre os 20 e os 24 anos, com 65 trabalhadores, ou seja, 22.57% do total do efetivos.

Em segundo e terceiro lugar estão os escalões entre os 30 e os 34 anos com 52 trabalhadores e entre 35 a 39 anos com 51 colaboradores a que corresponde uma taxa de 18.05% e 17,71% respetivamente.

De onde se conclui que os escalões de antiguidade entre os 30 e os 39 anos agregam 35,76% dos recursos humanos da PGR. Para isso contribui o aumento da idade, do tempo de serviço, assim como as penalizações aplicadas por antecipação da aposentação. O somatório destes fatores levam a que os trabalhadores permaneçam mais tempo na vida ativa, fazendo aumentar o número de anos de antiguidade.

Procedendo à distinção por géneros, verifica-se uma grande proximidade entre o 2 e 3 maior escalão, conforme se deduz da leitura do gráfico 6.

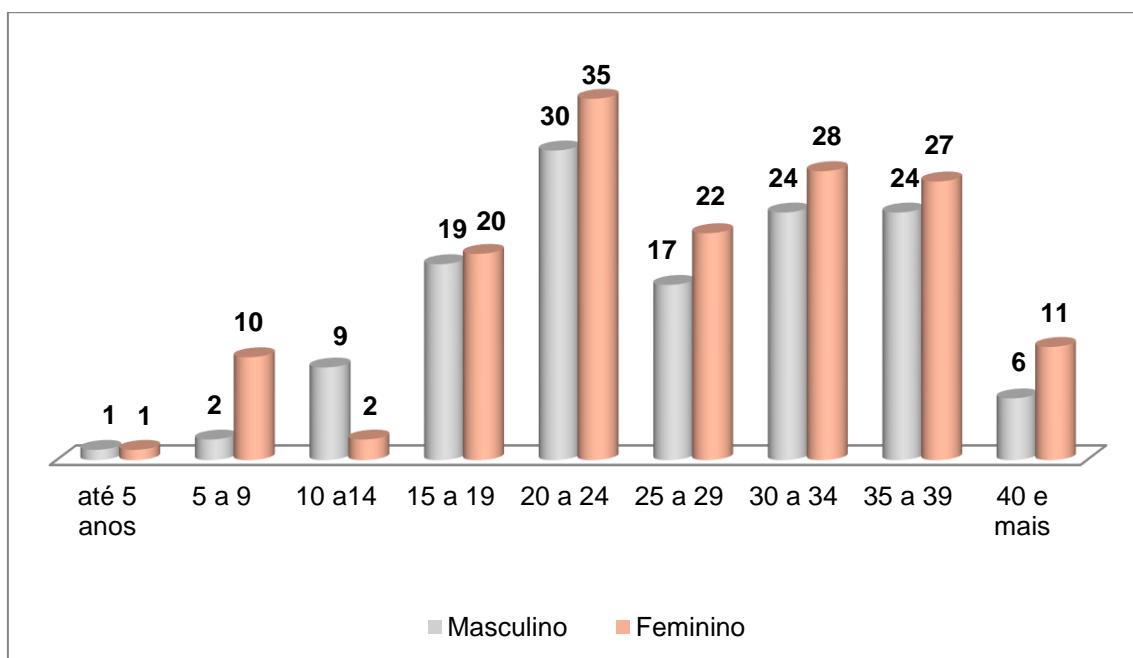


Gráfico 6 – Número de efetivos segundo a antiguidade e género

4.6. Estrutura habilitacional

Tendo em atenção a informação expressa no gráfico 7, o grau académico predominante na PGR é a licenciatura com 158 colaboradores, mais de metade do total dos efetivos (55%). 12 colaboradores detêm o mestrado, a que corresponde 4% do total, o que significa que 59% possuem habitação superior, o que é

demonstrativo do elevado nível técnico dos recursos humanos da PGR.

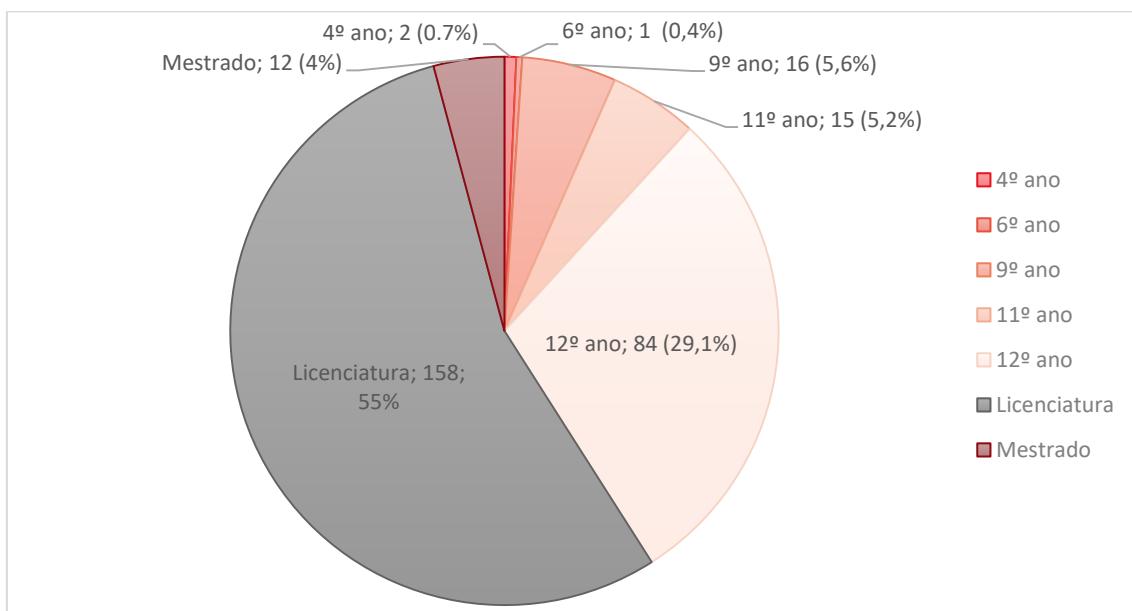


Gráfico 7 – Percentagem de efetivos segundo o nível de habilitações

Em seguida o nível médio de habilitações – 11º e 12º ano de escolaridade – totaliza 99 trabalhadores (34,37%).

O terceiro nível habilitacional é o 9º ano de escolaridade, com 16 trabalhadores, o que equivale a 5,55% dos efetivos.

Em último lugar, com pouco significado num universo de 288 indivíduos, vem o nível de habilitações dos 4 aos 6 anos de escolaridade, com 3 trabalhadores, apenas 1,04% do efetivo da PGR.

Do ponto de vista do género (gráfico 8), e sabendo que o efetivo da PGR é constituído por 156 mulheres e 132 homens, constata-se que em 2019 possuem habilitação superior (licenciatura e mestrado) 91 mulheres (58,33% do universo feminino) e 79 homens (59,84% do universo masculino).

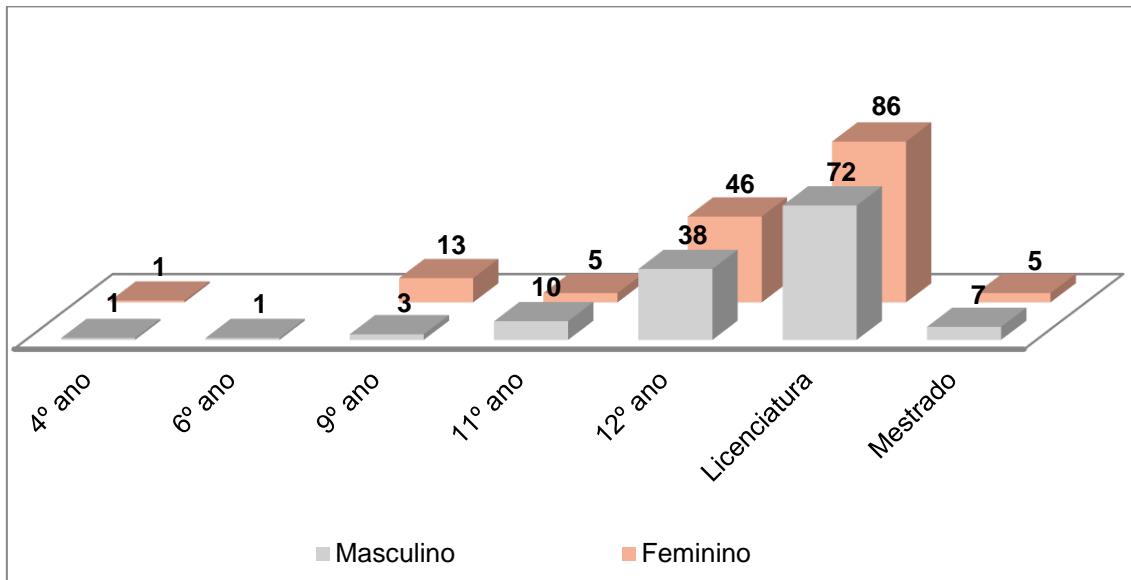


Gráfico 8 – Número de efetivos segundo o nível de habilitações e género

4.7. Trabalhadores portadores de deficiência

No ano em análise, prestavam serviço na PGR 14 trabalhadores portadores de deficiência – 10 do género feminino e 4 do género masculino – atestada por declaração de incapacidade emitida por Junta Médica. Conforme previsto no Código do IRS, e de acordo com o grau de deficiência, beneficiam de redução da taxa de retenção na fonte sobre o seu rendimento.

4.8. Admissão e regresso de trabalhadores

Em 2019, foram admitidos e / ou regressaram 48 colaboradores (25 do género masculino e 23 do género feminino), situando-se a taxa de admissão (admissões/total de efetivos) nos 16.66%.

As admissões abrangeram os grupos profissionais e as modalidades de ocupação dos postos de trabalho, conforme demonstra o quadro seguinte:

Grupo/cargo/carreira	Admissões e regressos segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género								
	Mobilidade na categoria		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior		1				1		2	2
Assistente Técnico		2			1	3	1	5	6
Informático	1				1	1	2	1	3
Magistrado			5	6	1	2	6	8	14
Oficial de Justiça			10	6			10	6	16
Policia Judiciária	3	1	1				4	1	5
Policia Segurança Pública			2				2		2
Total	4	4	18	12	3	7	25	23	48

Quadro 3 – Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho e género

No que respeita ao fluxo de entradas, o modo de ocupação do posto de trabalho é maioritariamente, a “Comissão de Serviço”, que regista 30 admissões, seguido de “Outras Situações” com 10 e na “Mobilidade na categoria” com 8 admissões.

4.9. Saída de trabalhadores

No decurso de 2019, registou-se a saída de 38 trabalhadores, o que resulta numa taxa de saída (saídas/total de efetivos) de 13,19%.

Os grupos profissionais abrangidos e os respetivos motivos de saída são os constantes do quadro seguinte:

Grupo / cargo / carreira	Saída de trabalhadores segundo o motivo e género											
	Aposentação		Mobilidade		Comissão de serviço		Outras Situações		Total		Total Geral	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente intermédio 1º grau									1	0	1	1
Técnico superior								1	0	1		1
Assistente técnico		2					1	3	1	5		6
Assistente Operacional									0	0		0
Informático			1				2	1	3	1		4
Magistrado	5	3					6	2	11	5		16
Oficial de justiça							4	2	4	2		6
Policia Judiciária							1	2	1	2		3
Policia Segurança Publica							1		1	0		1
Total	5	5	1	0	0	0	15	12	21	17	38	

Quadro 4 – Saídas de trabalhadores segundo o motivo e género

Conforme se conclui da leitura do quadro 4, a principal causa de saída foi a que está inscrita na coluna de “Outras situações” com 27 registos, e engloba situações de “Cedência de Interesse Público”, entre outras. A “aposentação”, registou 10 ocorrências.

Considerando o número de admissões/regressos *versus* o número de saídas, obtém-se uma taxa de reposição de efetivos de 126.31%.

É de sublinhar que, no presente contexto, o conceito de admissão e de saída nem sempre tem um significado literal, podendo envolver movimento interno de recursos humanos. Ou seja, tanto a alteração no modo como o trabalhador ocupa

o seu posto de trabalho, por exemplo, comissão de serviço e mobilidade, como a mudança de carreira por motivo de mobilidade intercarreiras, consolidação da mobilidade, constituem situações que são contabilizadas como entradas/saídas. Quando tal acontece, ao registo de um recurso no mapa das saídas, corresponde o seu registo no mapa das admissões.

4.10. Mudança de situação profissional

Em 2019 ocorreram 62 mudanças de situação, assim distribuídas:

- 58 mudanças por “*alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório*” de acordo com os artigos 156º, 157º e 158º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- 4 alterações por “*consolidação da mobilidade na categoria*”, de acordo com o artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nas categoria de Assistente Técnico (1 do género masculino e 3 do género feminino):

No gráfico 9 pode-se observar as mudanças de situação dos trabalhadores, por categoria.

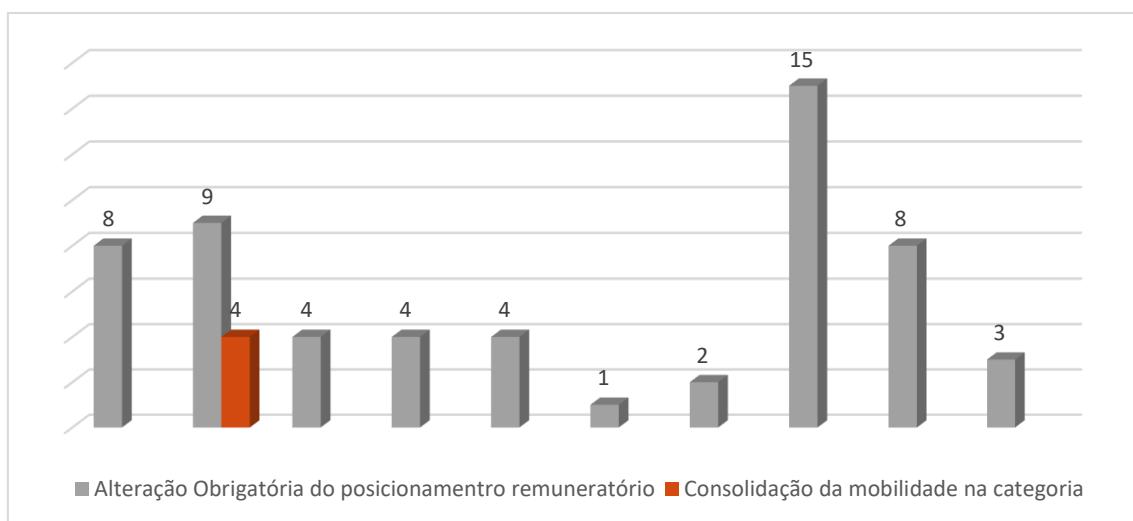


Gráfico 9 – Mudança de situação dos trabalhadores, por categoria

4.11. Duração e organização do horário de trabalho

O Regulamento do horário de trabalho da PGR (Despacho n.º 6677/2011, publicado no D.R. n.º 82, 2.ª série, de 28 de abril e alterado pelo Despacho do Secretário da Procuradoria-Geral de 6 de março de 2019) estabelece os períodos de funcionamento e de atendimento presencial, bem como o horário de trabalho dos trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, designadamente do mapa de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo e do mapa de pessoal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, nos termos do artigo 132.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que define as 35 horas de trabalho como limite máximo semanal dos períodos normais de trabalho, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a totalidade dos efetivos da PGR tem como período normal de trabalho, as 35 horas semanais.

As **modalidades de horário de trabalho** distribuíram-se da seguinte forma:

- Isenção de horário – 132 trabalhadores;
- Horário flexível – 82 trabalhadores;
- Horário rígido – 57 trabalhadores;
- Jornada contínua – 17 trabalhadores.

O gráfico 10 traduz em valores percentuais os números apresentados.

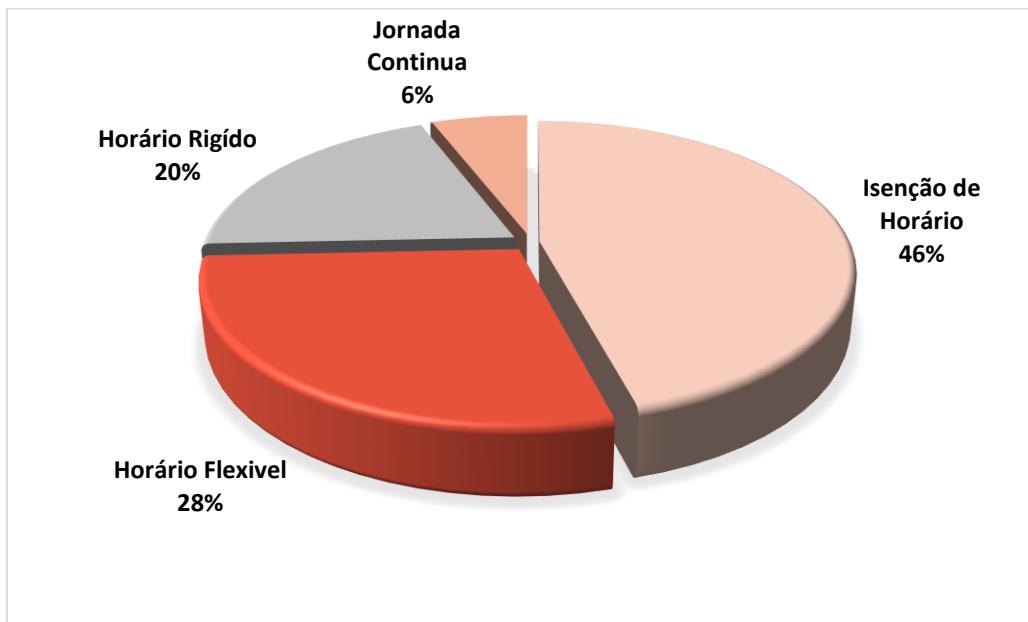


Gráfico 10 – Modalidades de horário de trabalho

4.12. Trabalho suplementar

No ano em referência, foram prestadas 4 737 horas de trabalho suplementar assim distribuídas:

– 3 683 horas de trabalho extraordinário diurno, 1 035 horas em dias de descanso semanal e 19 horas em dias feriados – distribuídas pelos seguintes grupos profissionais:

- Assistente técnico – 73 horas (2%);
- Informática – 247 horas (5%);
- Polícia de Segurança Pública – 500 horas (10%);
- Assistente operacional – 1 985 horas (42%);
- Guarda Nacional Republicana – 1 782 horas (38%);
- Policia Judiciária – 150 horas (3%).

O gráfico 11 traduz em valores percentuais o número de horas suplementares realizadas pelos diversos grupos profissionais. Constatase que 50% do trabalho suplementar foi prestado pelos elementos das forças de segurança (PSP e GNR).

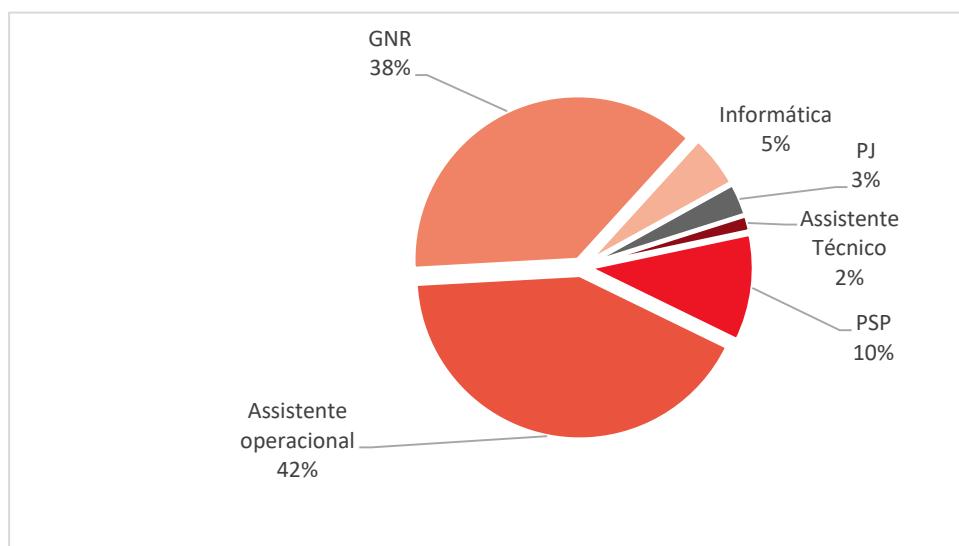


Gráfico 11 – Trabalho suplementar por grupo/cargo/carreira

Comparativamente com 2018, registaram-se mais 1143 horas de trabalho suplementares.

O gráfico 12 regista a evolução do número de horas diurnas e as realizadas em dias de descanso semanal, nos últimos três anos.

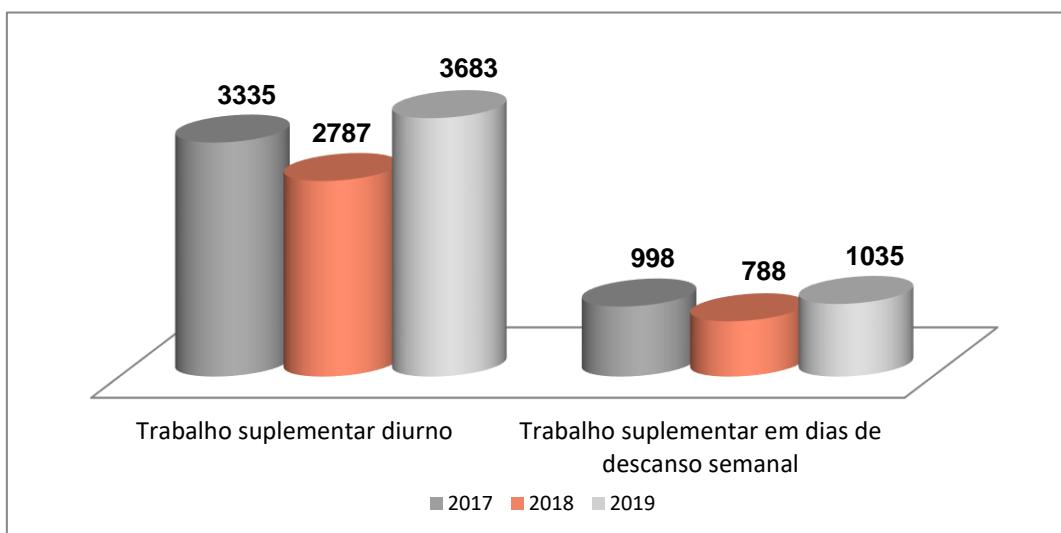


Gráfico 12 – Número de horas de trabalho suplementar nos últimos três anos

Por último, os encargos financeiros com o trabalho suplementar atingiram o montante de 52 623,74€ que representa 0,38% da totalidade dos encargos com pessoal. Em 2017 tinha-se esta despesa tinhado 47.168.28€.

4.13. Absentismo

Em 2019, o total de absentismo ascendeu a 2 243,5 dias, que corresponde a uma taxa de 3,40% apresentando um decréscimo relativamente a 2018, que se situou em 3 325,5 dias. Já em 2017 tinha-se verificado 3 317,5 dias.

No gráfico 13 observa-se o total dos dias de ausência ao trabalho, discriminados por tipo de falta.

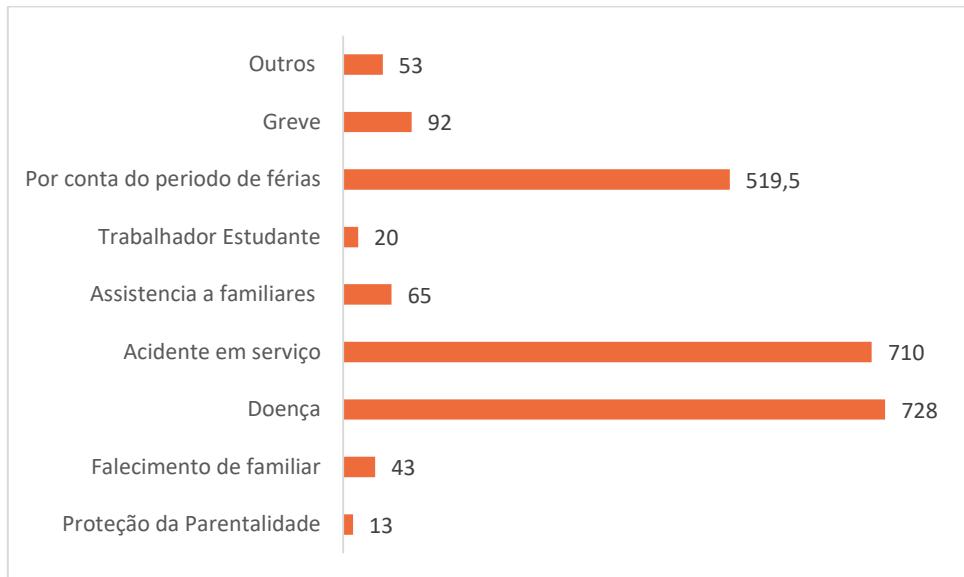


Gráfico 13 – Número de dias de ausência por tipo de falta

As faltas por doença foram de 728 dias e correspondem a 32,45% do total de faltas. Verificando-se a tendência de anos anteriores este tipo de falta continua a ser o principal fator de absentismo dos trabalhadores. No entanto o número de faltas por "Acidente em Serviço" situa-se em 710 dias, a que corresponde uma taxa de 31.65%.

Em 2019, a média de dias de ausência por trabalhador, incluindo as ausências "por conta do período de férias", foi de 7.79 dias. Em 2018 este valor tinha sido mais elevado, cerca de 12,27 dias.

A taxa de absentismo ronda os 3.09%.

O gráfico 14 reflete a evolução do número de dias de ausência ao trabalho nos três últimos anos.

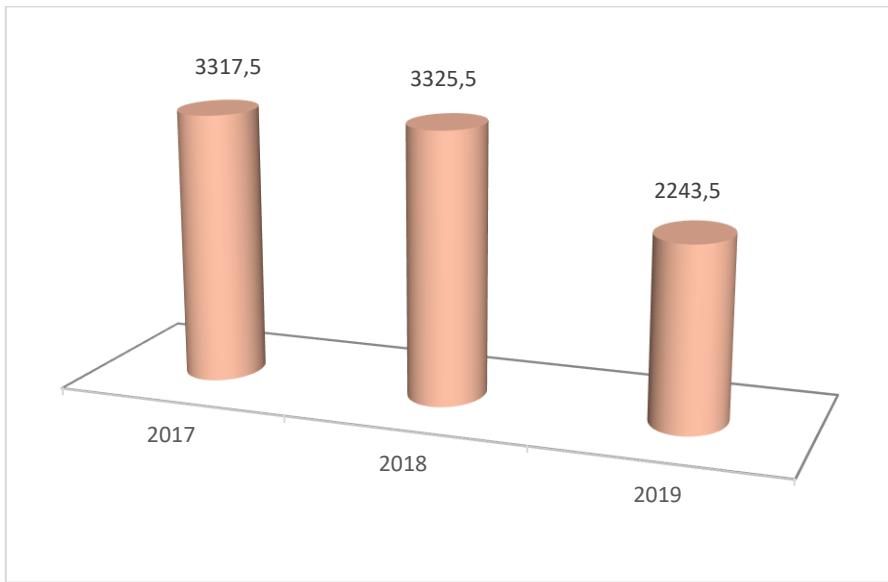


Gráfico 14 – Evolução do absentismo nos últimos três anos

4.14. Greve

Durante o ano de 2019 registou-se um total de 92 dias de ausências por greve.

5. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E ENCARGOS COM PESSOAL

5.1. Estrutura remuneratória

Tendo como período de referência o mês de dezembro, os escalões que compõem a estrutura remuneratória na PGR são os seguintes:

Género / Escalão de remuneração	Masculino	Feminino	Total
501 - 1000 €	1	12	13
1001 - 1250 €	10	21	31
1251 - 1500 €	12	16	28
1501 - 1750 €	9	11	20
1751 - 2000 €	13	18	31
2001 - 2250 €	4	13	17
2251 - 2500 €	13	6	19
2501 - 2750 €	6	6	12
2751 - 3000 €	2	1	3
3001 - 3250 €	1	2	3
3251 - 3500 €	5	3	8
3501 - 3750 €	5	2	7
3751 - 4000 €	3	3	6
4001 - 4250 €	-	1	1
4251 - 4500 €	1	-	1
4501 - 4750 €	1	1	2
4751 - 5000€	-	-	-
5001 - 5250 €	6	3	9
5251 - 5500 €	-	-	-
5501 - 5750 €	-	-	-
5751 - 6000 €	1	-	1
Mais de 6000 €	39	37	76
Total	132	156	288

Quadro 5 – Estrutura remuneratória segundo escalão e género

Para este cálculo são considerado os vencimentos mensais ilíquidos mais os

suplementos remuneratórios.

Verifica-se que, de entre os 22 escalões remuneratórios previstos ⁽⁸⁾, existem quatro que agregam 166 colaboradores (74 do género masculino e 92 do género feminino), ou seja, mais de metade dos efetivos (57,63%).

Os escalões onde se verificam um maior número de colaboradores são:

- Escalão remuneratório mais de 6.000€ – 76 (26,38%);
- Escalão remuneratório mais de 1.751€ a 2.000€ – 31 (10,76%);
- Escalão remuneratório de 1.001€ a 1.250€ – 31 (10,76%);
- Escalão remuneratório de 1.251€ a 1500€ – 28 (9,72%);

O valor da remuneração mínima auferida na PGR é de 762.08€, que corresponde a uma trabalhadora do género feminino, enquanto o vencimento mínimo auferido por um trabalhador do género masculino, é de 816.76€, ambos da carreira de Assistente operacional.

A remuneração máxima ⁽⁹⁾ do género feminino é de 8 130.96€ e a do género masculino é de 7 517.97€.

O leque salarial ilíquido (salário máximo/salário mínimo) é de 10,669.

⁽⁸⁾ De acordo com o quadro 17-A do formulário da DGAEP, que institui o Balanço Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro.

⁽⁹⁾ Inclui a remuneração mensal base ilíquida mas os suplementos regulares e/ou adicionais/referenciais remuneratórios de natureza permanente, de acordo com o quadro 17-B do formulário da DGAEP.

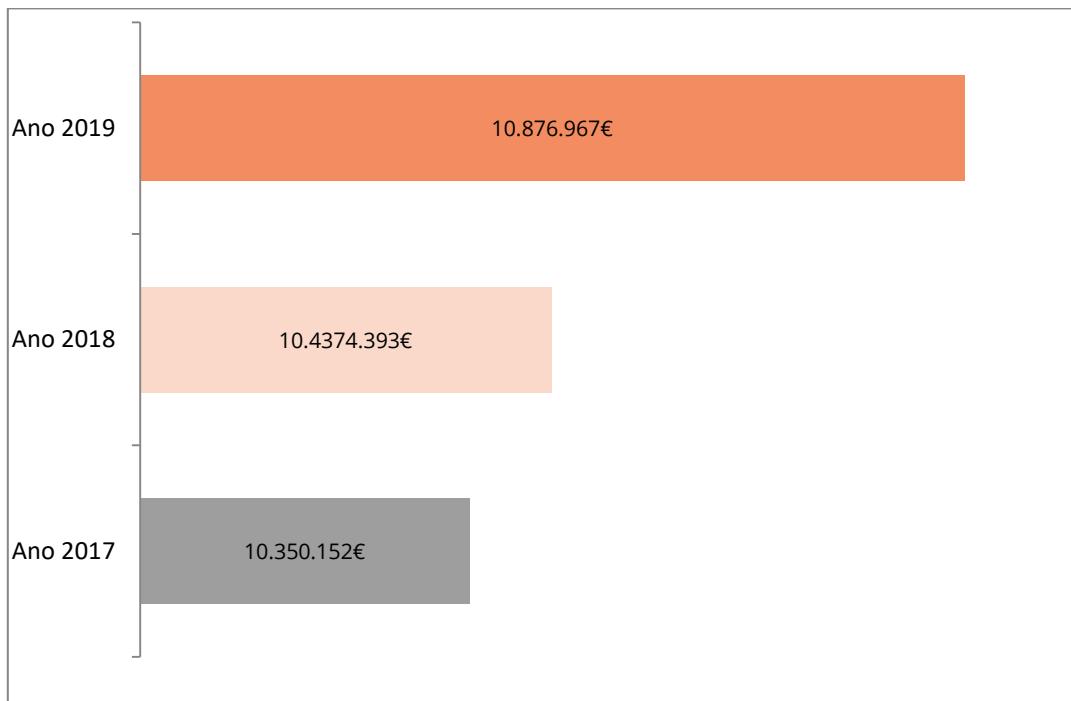


Gráfico 15 – Remuneração base e suplemento remuneratórios nos últimos três anos

5.2. Encargos com pessoal

A totalidade dos encargos com pessoal ascendeu a 13.774.235,80€.

O gráfico 16 evidencia o ónus da despesa anual dos encargos com pessoal.

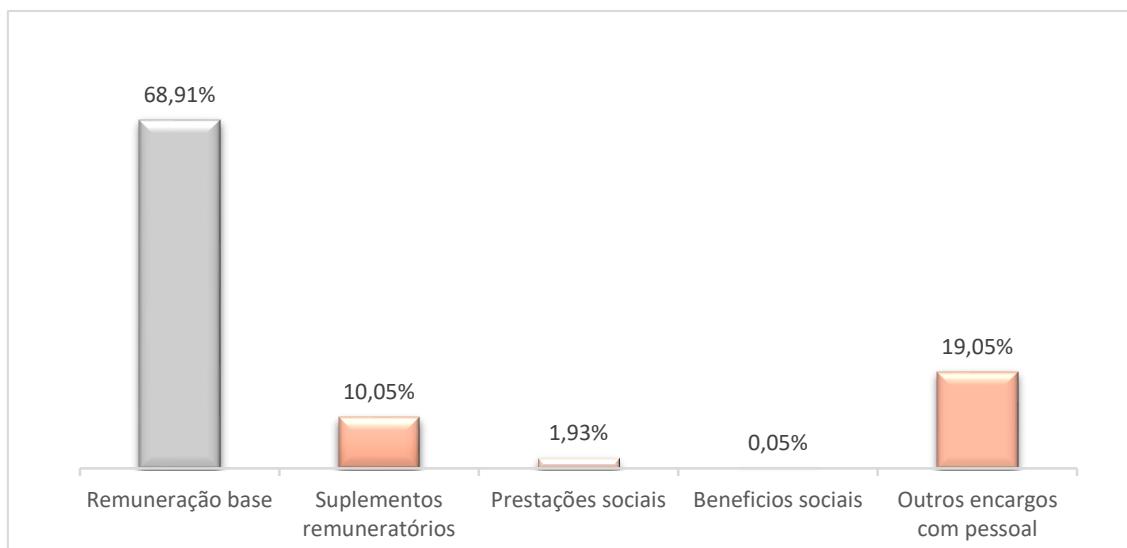


Gráfico 16 – Encargos com pessoal

A remuneração base, no valor de 9.145.633,113€ representa, 68,91% do total dos encargos com pessoal.

Os outros encargos – inclui os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social – é a segunda maior parcela da despesa e atinge o montante de 2.624.374,88€ (19,05%), revelando um aumento de 146 791,72 € relativamente a 2018 (2.477.583,16€).

Os suplementos remuneratórios, no valor de 1.384.615,81€ constituem a terceira maior parte dos encargos com pessoal (10.05%), Neste grupo, inserem-se as despesas referentes a “trabalho suplementar”; “disponibilidade permanente”; “abono para falhas”; “participação em reuniões”; “ajudas de custo”; “representação”; “secretariado” e “outros suplementos remuneratórios” (inclui o subsidio de residência).

As prestações sociais, que abrangem a “proteção à parentalidade”, o “abono de família”, o “subsídio por morte” e o “subsídio de refeição” representam a quarta maior fatia dos encargos com pessoal. Atingiram o valor de 265.693,30€, (1.93%) menos 7.132€ do que no ano de 2018 (272.825,30€).

Nos benefícios sociais enquadra-se a despesa executada com “grupos desportivos/casa do pessoal”. Esta parcela é a que tem menos relevo, registando uma despesa de 7.200,00€, mais 1.200€ do que em 2018.

Relativamente a 2018, verificou-se um aumento de 588.434,77€ nos encargos com pessoal que se deveu em parte ao descongelamento de forma faseada das alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório.



O gráfico 17 reflete a evolução dos encargos com pessoal, nos últimos três anos.



Gráfico 17 – Encargos com pessoal nos últimos três anos

6. HIGIENE E SEGURANÇA

6.1. Acidentes de trabalho

No decorrer do ano de 2019 registaram-se 10 acidentes de trabalho, envolvendo 10 trabalhadores, três do género masculino e sete do género feminino, que deram origem a 246 dias de ausência por incapacidade.

Acresce ainda 503 dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores, perfazendo um total de 749 dias.

O gráfico 18 exibe o número de acidentes ocorridos nos últimos 3 anos, bem como o número de dias de trabalho perdidos.

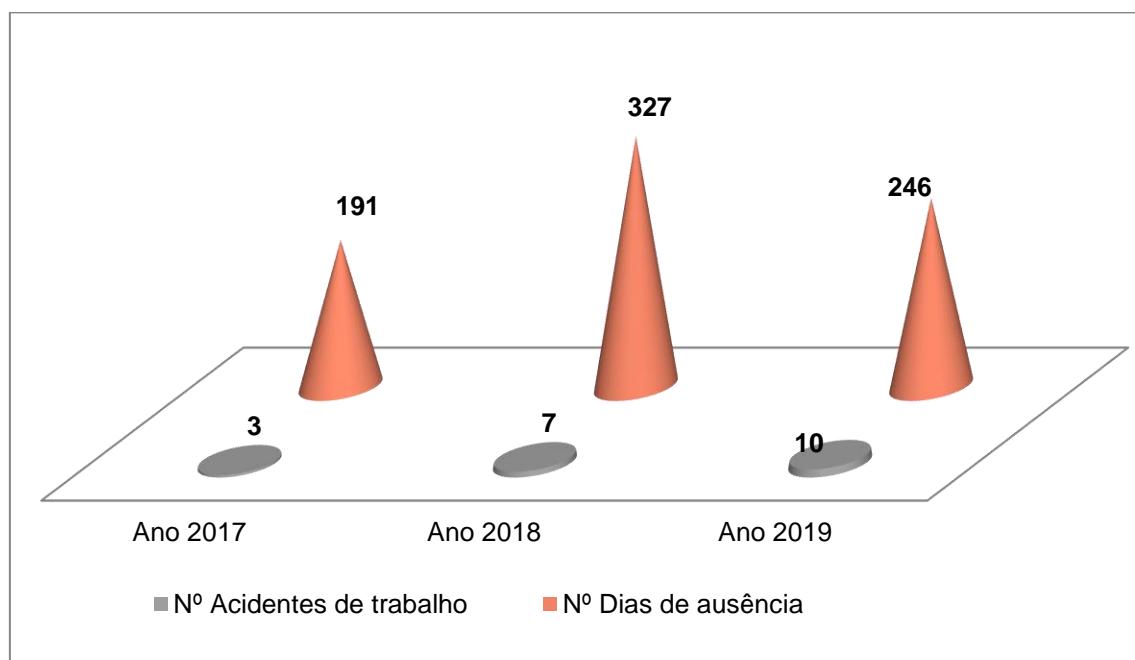


Gráfico 18 – Evolução dos acidentes em serviço e de dias de baixa nos últimos três anos

6.2. Encargos com atividades de segurança e saúde no trabalho

No ano de 2019 não se registaram encargos com os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho no que respeita a atos médicos e a medidas de implementação no

âmbito de segurança no trabalho. Esta situação deveu-se ao facto de a empresa com a qual assinamos contrato, (resultante do procedimento centralizado da Unidade de Compras do Ministério da Justiça), não ter cumprido o que estava contratualizado.

6.3. Promoção em matéria de segurança e saúde no trabalho

No entanto e visando a promoção da segurança e saúde no trabalho, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro, foram realizadas ações de informação e sensibilização divulgadas na Intranet tais como:

- Informação sobre a constituição das equipas de segurança na PGR, com a finalidade de captar a inscrição de voluntários, de acordo com as medidas de Intervenção de modo a poder dar resposta adequada aos cenários de emergência, que possam ocorrer nos edifícios da PGR;
- Foi realizada uma ação de sensibilização e informação sobre alimentação saudável, traduzida na realização de um “pequeno almoço saudável” que abrangeu todos os trabalhadores.

7. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano em estudo, à semelhança do que se vem verificando em anos anteriores, a PGR investiu na formação profissional e elaborou o Plano anual de formação, propondo-se qualificar e valorizar os seus recursos humanos, por forma a adequar o seu desempenho às necessidades dos postos de trabalho que ocupam.

O Plano anual de formação, regra geral dirigido aos trabalhadores que exercem funções nos SATA, no GDDC, e no NAT integrou, no decurso do ano trabalhadores do DCIAP

Uma parte considerável dos efetivos da PGR, principalmente o grupo profissional dos magistrados, realiza formação no quadro das suas atribuições e competências, enquanto agentes do Ministério Público.

7.1. Formação realizada

Em 2019 realizaram-se 35 ações de formação que abrangeram um total de 49 trabalhadores.

Destas ações, uma foi ministrada nas instalações da Procuradoria-Geral da República, mas contratualizada com o INA. Foi uma “formação à medida” de língua inglesa, dividida em 2 níveis e que abrangeu 18 trabalhadores.

Em 2018 houve 79 ações, 1 interna e 78 externas e em 2017 tiveram lugar 66 ações, divididas por 2 ações internas e 64 externas.

No ano em análise ficaram por realizar 27 ações de formação que estavam inicialmente previstas, uma vez que foram canceladas ou adiadas pelas entidades formadoras.

O gráfico 18 retrata a evolução do número de ações de formação realizadas nos últimos três anos.

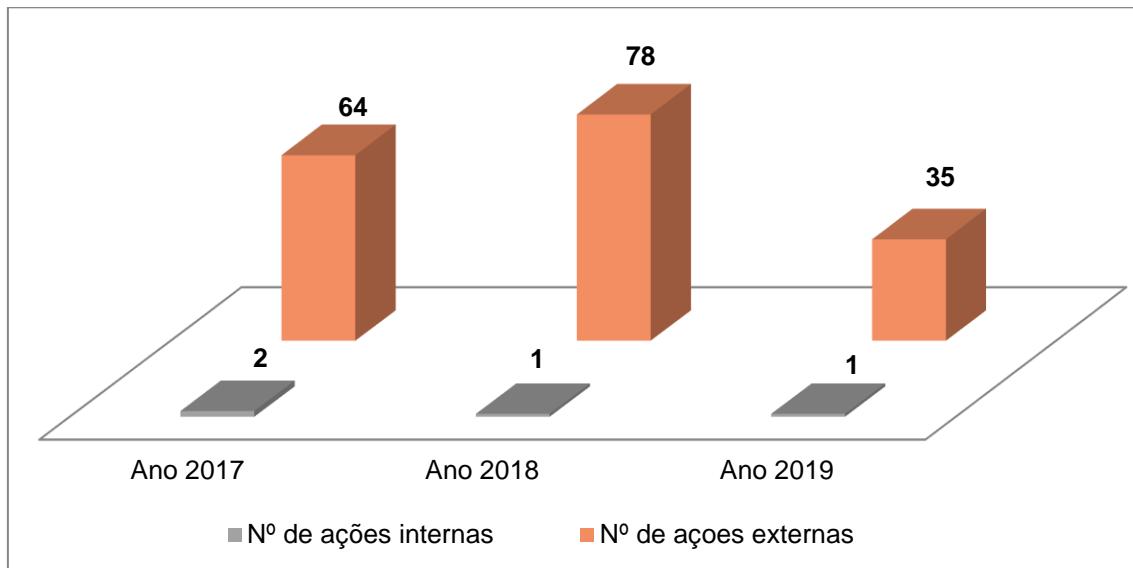


Gráfico 19 – Evolução do número de ações de formação nos últimos três anos

As ações de formação externa estiveram a cargo dos seguintes organismos e entidades formadoras:

- AMA (Agencia para a modernização Administrativa);
- APSEI (Associação Portuguesa de Segurança);
- Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD);
- Centro de Estudos Judiciários (CEJ);
- Galileu;
- IFE – Edições e Formação S.A.;
- INA-Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;
- Ondata International;
- STE – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado;
- Tribunal de Contas (TC);

A formação abrangeu as áreas de educação e formação abaixo discriminada, nos termos da Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, que aprova a atualização da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF):

- Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD);
- Ciências Sociais;
- Contabilidade e fiscalidade;
- Direito;
- Enquadramento na organização;
- Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas;
- Gestão e administração;
- Informática;
- Segurança e Saúde no Trabalho.

7.2. Carga horária e tempo despendido em formação

Observando o gráfico 20, as 76 participações em formação no ano de 2019, foram todas de curta duração ou seja, tiveram uma carga horária inferior a 30 horas.

Já em 2018, a maioria (239) foi de curta duração, com uma carga horária inferior a 30 horas. Com duração entre 30 e 59 horas registaram-se 7 participações; apenas 4 participações se inserem na duração horária compreendida entre 60 e 119 horas e 1 ação de formação de longa duração (120 horas ou mais).

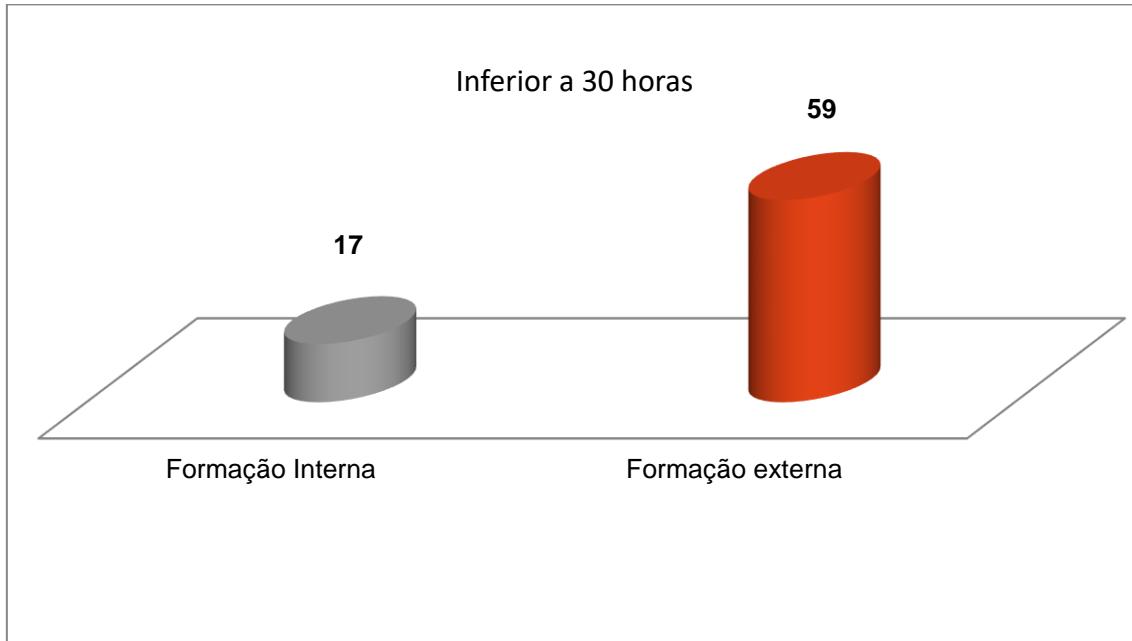


Gráfico 20 – Número de participações em formação segundo a duração horária

Em 2017, o número de participações em formação foi de 104, inferior ao ano de 2016 (268).

Como ressalta da leitura do gráfico 21, que compara número de participantes e participações com o número de efetivos, são as carreiras de técnico superior e de assistente técnico que se destacam, agrupando 32 participantes e 57 participações, o que se explica por serem o grupo profissional com maior número de efetivos, de entre os abrangidos pelo Plano anual de formação.

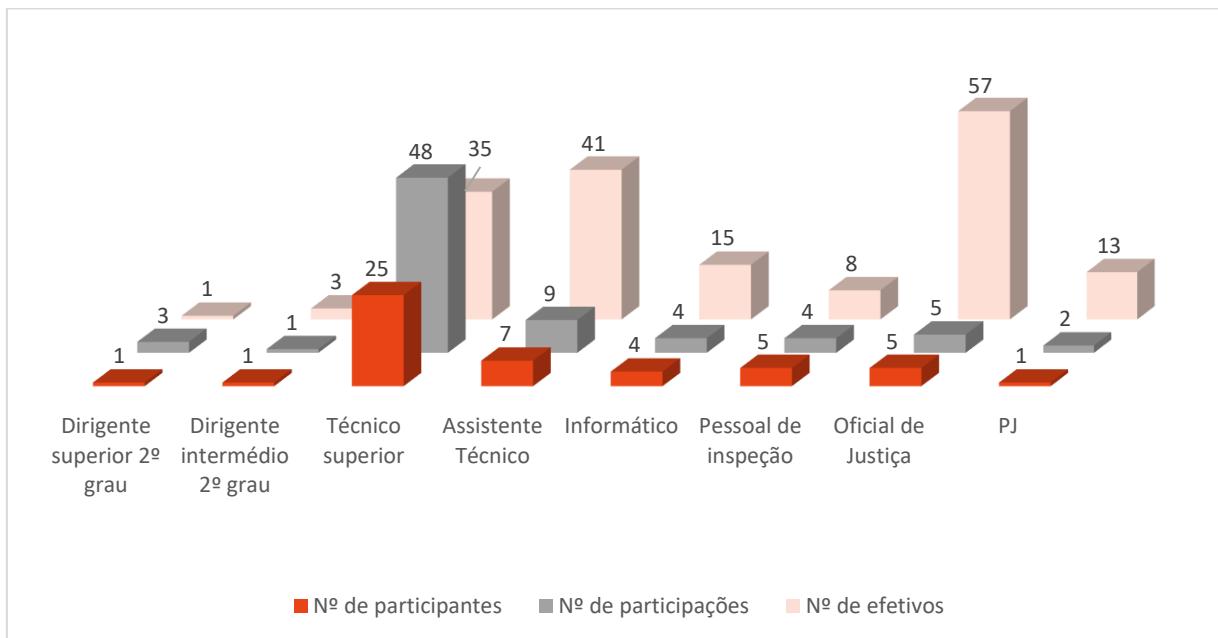


Gráfico 21 – Número de participantes e de participações por cargo/grupo/carreira

Considerando o número de horas de formação por grupo profissional, destacam-se os técnicos superiores, com 513:00 horas, para um total de 25 participantes e 48 participações. O segundo grupo são os Assistentes Técnicos com 154 horas de formação distribuídos por 7 participantes e 9 participações.

Ao comparar-se o número de horas despendidas com o número de efetivos por grupo profissional, obtém-se os resultados refletidos no gráfico 22.

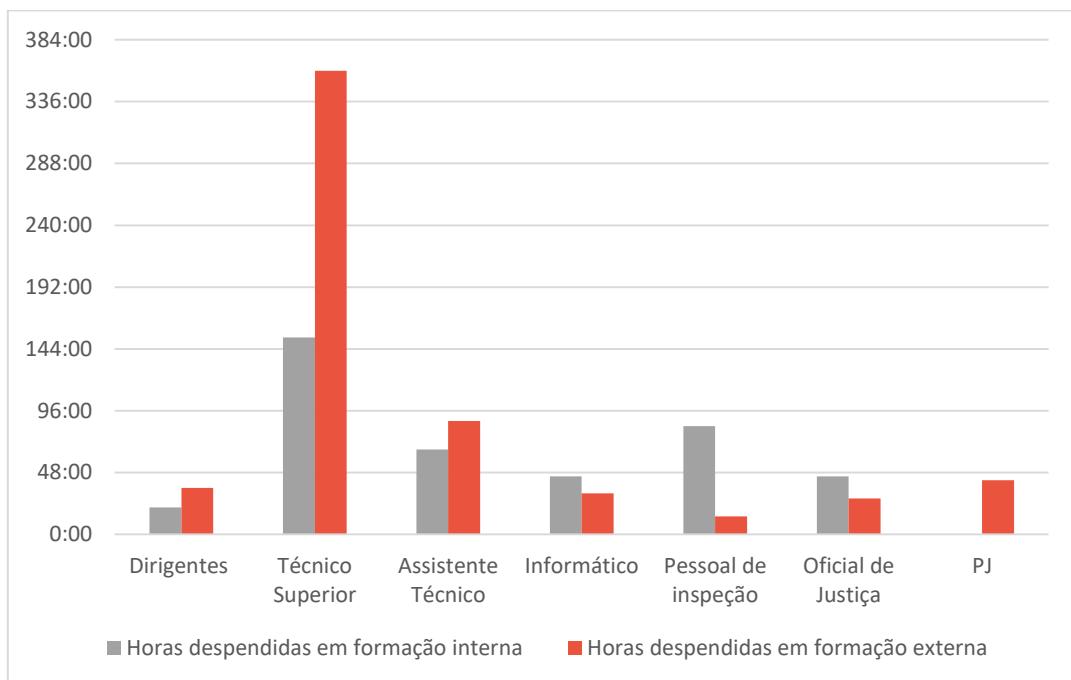


Gráfico 22 – Número de horas despendidas em formação por cargo/grupo/carreira

Globalmente, foram despendidas 1014 horas em formação.

7.3. Encargos com a formação

No ano em análise os encargos com a formação foram de 15.499,76€.

Este valor inclui 12.000,00€ de pagamentos de ações de formação referentes a anos anteriores.

8. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

8.1. Relações profissionais

No ano de 2019, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 115 trabalhadores sindicalizados.

8.2. Disciplina

Em 2019 não houve processos disciplinares instaurados.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise da informação compilada neste instrumento de gestão, referente ao ano de 2019, resulta o seguinte:

- O número de efetivos em função na PGR era de 288 colaboradores; 132 masculinos e 156 femininos.
- As modalidades de vínculo de emprego público predominantes são, a “Comissão de Serviço no âmbito do LTFP” (104), o “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado” (95), e a “nomeação definitiva” (88).
- O nível médio etário situa-se nos 52,87 anos e é superior a 2018 (51,71 anos).
- Na PGR, 45,13% dos efetivos em função têm idade superior a (55 anos), circunstância que se deve ao adiamento da saída para aposentação.
- O nível médio de antiguidade é de 26,94 anos e apresenta uma ligeira subida relativamente a 2018 (25,95 anos). Os resultados fornecidos por este indicador confirmam o “envelhecimento laboral” existente.
- A taxa de feminização situa-se nos 54,16% e traduz uma ligeira descida relativamente a 2018 (55,98%). A este propósito, importa realçar que, à semelhança do que se tem observado em anos anteriores, a presença masculina é diminuta nas carreiras gerais, enquanto outros grupos profissionais, nomeadamente dirigentes e forças de segurança, é evidente a supremacia masculina.
- Mais de metade dos trabalhadores possui habilitação superior (170 colaboradores a que corresponde uma taxa de 59%), repartido entre licenciatura (158 colaboradores) e mestrado (12 trabalhadores)

- O número de horas de trabalho suplementar apuradas ascende a 4 737 horas (mais 1 143 horas do que em 2018). A despesa alcançou o montante de 52 623,74€ e foi superior em 5 455,46€ à despesa realizada no ano anterior .
- Em matéria de assiduidade, contabilizam-se 2243,5 dias de faltas.
- Em matéria de formação profissional, realizaram-se 35 ações de formação no total, com 49 participantes e 76 participações).

ANEXOS

Quadro de indicadores



INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	2017	2018	2019
Nível etário	<u>Somatório das idades</u> Total de efetivos	51,82 anos	51,71 anos	52,29 anos
Antiguidade média na função pública	<u>Somatório das antiguidades</u> Total de efetivos	26,13 anos	25,95 anos	26,94 anos
Taxa de tecnicidade	<u>Total de Téc. Sup. + Informáticos*100</u> ¹⁰ Total de efetivos	49,82%	50,92%	49,65%
Taxa de enquadramento	<u>Total de dirigentes*100</u> Total de efetivos	2,19%	1,84%	1,73%
Taxa de feminização	<u>Total de efetivos femininos*100</u> Total de efetivos	55,64%	55,98%	54,16%
Taxa de envelhecimento	<u>Total dos efetivos de idade ≥ 55*100</u> Total de efetivos	41,45%	38,75%	45,13%
Taxa de formação superior	<u>Total Bach.+Lic.+Mest.+Dout.*100</u> Total de efetivos	56,36%	58,30%	59,02%
Taxa de habilitação secundária	<u>Total Habil. = 12º ano e equiparado*100</u> Total de efetivos	28,73%	28,04%	29,16%
Taxa de admissões	<u>Total de novas admissões*100</u> Total de efetivos	12,36%	12,54%	16,66%
Taxa de saídas	<u>Total de saídas*100</u> Total de efetivos	8,72%	14,02%	13,19%
Taxa de reposição	<u>Total de admissões*100</u> Total de saídas	141,66%	89,47%	126,31%
Taxa de aposentações	<u>Total de aposentações*100</u> Total de efetivos	1,41%	2,14%	2,08%
Taxa de absentismo	<u>Total de dias de ausência*100</u> Potencial máximo anual*Total de efetivos	3,3%	4,86%	3,40%

¹⁰ Este indicador sofreu alteração face ao de 2014 e 2015, passando a abranger – além de Técnicos Superiores e Informáticos – Dirigentes, Magistrados, Pessoal de Inspeção, Pessoal de Administração Tributária e SEF.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Quadros da DGAEP adaptados

9.1. (dados referentes a 31/12/2019)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Modalidades de vinculação																								TOTAL			
	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do trabalho							
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior de 1º grau a)																	1								1	0	1	
Dirigente Superior de 2º grau a)																	1								1	0	1	
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																	1								1	0	1	
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																	2	1							2	1	3	
Técnico Superior									4	27						2	2								6	29	35	
Assistente Técnico									5	35						1									5	36	41	
Assistente Operacional									3	6															3	6	9	
Informático									9	6															9	6	15	
Magistrado	1	42	38																							42	39	81
Pessoal de Inspecção																5	3									5	3	8
Pessoal de Administração Tributária																4	1									4	1	5
Oficial de Justiça																30	27									30	27	57
Polícia Judiciária																9	4									9	4	13
Polícia de Segurança Pública - Chefe																2										2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente		2														5	2									7	2	9
Guarda Nacional Republicana - Guarda			4	1												1										5	1	6
Serviços Estrangeiros Fronteiras				1																						0	1	1
Total	0	1	48	40	0	0	0	0	21	74	0	0	0	0	63	41	0	0	0	0	0	0	0	132	156	288		

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Escalão etário																				TOTAL	
	30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1º grau a)											1									1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)																				0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)											1									1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)					1				1					1	1					3	1	4
Técnico Superior					1	2			9	2	4	2	8	1	6					6	29	35
Assistente Técnico					1	4			7		6	3	10	1	9					5	36	41
Assistente Operacional		1			1				1		1			1	3	1				3	6	9
Informático			1		3					2	1		4	3	1					9	6	15
Magistrado		1	2		3	1	7	15	9	5	6	9	12	8	3					42	39	81
Pessoal de Inspecção							3						1	3	1					5	3	8
Pessoal de Administração Tributária					1		1		1	1			1							4	1	5
Oficial de Justiça		1			4	3	6	4	9	6	6	10	5	2		1				30	27	57
Polícia Judiciária	1				2	2	3	1		1	3									9	4	13
Polícia de Segurança Pública - Chefe												2								2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente			1	1	3	1	1		2										7	2	9	
Guarda Nacional Republicana - Guarda					3	1	2												5	1	5	
Serviços Estrangeiros Fronteiras								1											0	1	1	
Total	1	3	4	1	23	14	23	38	26	25	24	41	26	33	5	1	0	0	132	156	288	

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Tempo de Serviço																								TOTAL			
	até 5 anos		5 a 9		10 a 14		15 a 19		20 a 24		25 a 29		30 a 34		35 a 39		40 ou mais anos		TOTAL									
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior de 1º grau a)																			1							1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)																			1							1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)																1										1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)											1										1	1				2	1	3
Técnico Superior	1				6						2		6	2	3	1	3	2	6			3		6	29	35		
Assistente Técnico				3			1	1	3		8			9	2	4	1	5	1	3	5	36	41					
Assistente Operacional								1	2					1	1	1	1	1			1	3	6	9				
Informático					1					5			1	2	2	1	3				9	6	15					
Magistrado			1	1	3			5	5	8	11	3	4	7	10	12	7	3	1	42	39	81						
Pessoal de Inspeção								1		2										1	2	5	3	8				
Pessoal de Administração Tributária								2		1	1			1								4	1	5				
Oficial de Justiça		1	1		1			7	4	5	7	3	4	7	7	6	3			1	30	27	57					
Polícia Judiciária					3	1				2	2	3		1							9	4	13					
Polícia de Segurança Pública - Chefe										1			1								2	0	2					
Polícia de Segurança Pública - Agente						1		1	2	2			3								7	2	9					
Guarda Nacional Republicana - Guarda								1	1	3			1								5	1	6					
Serviços Estrangeiros Fronteiras									1												0	1	1					
Total	1	1	2	10	9	2	19	20	30	35	17	22	24	28	24	27	6	11	132	156	288							

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Habilitação literária																								Total		
	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL						
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior 1º grau a)																	1								1	0	1
Dirigente Superior 2º grau a)																			1						1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)																		1							1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)																		1	1	1					2	1	3
Técnico Superior																1			5	25	1	3			6	29	35
Assistente Técnico									7	1	3	4	25				1								5	36	41
Assistente Operacional			1	1	1			4			1	1													3	6	9
Informático									1	1	5	2				3	2		1						9	6	15
Magistrado																40	39	2							42	39	81
Pessoal de Inspeção																5	3								5	3	8
Pessoal de Administração Tributária																3	1	1							4	1	5
Oficial de Justiça								1	2	5	1	18	16			6	7		1					30	27	57	
Polícia Judiciária												3				6	4								9	4	13
Polícia de Segurança Pública - Chefe												1				1									2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente								1		1		5				2									7	2	9
Guarda Nacional Republicana - Guarda								1		2		1	1			1									5	1	6
Serviços de Estrangeiros Fronteiras																1									0	1	1
Total	0	0	1	1	1	0	3	13	10	5	38	46	0	0	73	86	6	5	0	0	132	156	288				

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira	Proveniência do trabalhador									
	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)							0	0	0	
Dirigente Superior 2º grau a)							0	0	0	
Dirigente Intermédio 1º grau a)							0	0	0	
Dirigente Intermédio 2º grau a)							0	0	0	
Técnico Superior							0	0	0	
Assistente Técnico							0	0	0	
Assistente Operacional							0	0	0	
Informático							0	0	0	
Magistrado							0	0	0	
Pessoal de Inspecção							0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0	
Pessoal Aduaneiro							0	0	0	
Conservador e Notário							0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0	
Oficial de Justiça							0	0	0	
Polícia Judiciária							0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe							0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0	
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<hr/>										
Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefas							0	0	0	
Avenças							0	0	0	
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Notas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	Escalão etário por género																								Total		
	20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior 1º grau a)																									0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																									0	0	0
Técnico Superior													1												0	3	3
Assistente Técnico																			1						0	2	2
Assistente Operacional																									0	0	0
Informático																									0	0	0
Magistrado																				3	2				3	2	5
Pessoal de Inspecção																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Oficial de Justiça																		1	2	1					1	3	4
Polícia Judiciária																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteira																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4	1	0	3	4	0	0	0	0	4	10	14		
Prestações de Serviços	20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Tarefas																									0	0	0
Avenças																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

Notas:

Considerou-se o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira	Modos de ocupação do posto de trabalho																	
	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licenças em vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)																0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)																0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																0	0	0
Técnico Superior							1									1	0	2
Assistente Técnico							2								1	3	1	5
Assistente Operacional																	0	0
Informático						1									1	1	2	1
Magistrado										5	6				1	2	6	8
Pessoal de Inspecção																	0	0
Pessoal de Administração Tributária																	0	0
Oficial de Justiça										10	6						10	6
Polícia Judiciária							3	1		1							4	1
Polícia de Segurança Pública - Chefe																	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente										2							2	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																	0	0
Serviços Estrangeiros Fronteiras																	0	0
Total	0	0	0	0	4	4	0	0	18	12	0	0	3	7	25	23	48	

Notas:

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA.

Considerou-se o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira	Motivos de saída (durante o ano)																								Total		
	Morte		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Cessação de comissão de serviço		Outros situações		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior 1º grau a)																									0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																									1	0	1
Técnico Superior																									0	0	0
Assistente Técnico																									0	0	0
Assistente Operacional																									0	0	0
Informático																									0	0	0
Magistrado																									4	2	6
Pessoal de Inspeção																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Oficial de Justiça																									4	2	6
Polícia Judiciária																									1	2	3
Polícia de Segurança Pública - Chefe																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																									1	0	1
Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	7	10	7	17		

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira	Motivos de saída (durante o ano)																															
	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento coletivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)																														0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																														1	0	1
Técnico Superior																														1	0	1
Assistente Técnico																														1	3	1
Assistente Operacional																														0	0	0
Informático																														2	1	3
Magistrado																														6	2	11
Pessoal de Inspecção																														0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																														0	0	0
Oficial de Justiça																														4	2	4
Pólicia Judiciária																														1	2	1
Pólicia de Segurança Pública - Chefe																														0	0	0
Pólicia de Segurança Pública - Agente																														1	1	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																														0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																														0	0	0
Total	0	0	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	15	12	21	17	38		

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior 1º grau a)						0
Dirigente Superior 2º grau a)						0
Dirigente Intermédio 1º grau a)						0
Dirigente Intermédio 2º grau a)						0
Técnico Superior						0
Assistente Técnico			1			1
Assistente Operacional						0
Informático						0
Magistrado						0
Pessoal de Inspecção						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Oficial de Justiça						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana -Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviços de Estrangeiros e Fronteira						0
Total	0	0	1	0	0	1

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)											0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)											0	0	0
Técnico Superior			1	7							1	7	8
Assistente Técnico			2	7					1	3	3	10	13
Assistente Operacional			1	3							1	3	4
Informático			2	2							2	2	4
Magistrado			2	2							2	2	4
Pessoal de Inspecção			1								1	0	1
Pessoal de Administração Tributária			1	1							1	1	2
Oficial de Justiça			6	9							6	9	15
Polícia Judiciária			5	3							5	3	8
Polícia de Segurança Pública - Chefe											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente			2	1							2	1	3
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras											0	0	0
Total	0	0	23	35	0	0	0	0	1	3	24	38	62

NOTAS:

1) e 2)-Artigos 156º, 157º e 158º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho

3) Artigo 99.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho por género

Grupo/cargo/carreira	Modalidades de horário de trabalho e género																Total	
	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)													1			1	0	1
Dirigente Superior 2º grau a)													1			1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)													1			1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)													2	1	2	1	3	
Técnico Superior			4	23			1	5					1	1	6	29	35	
Assistente Técnico			5	30			6								5	36	41	
Assistente Operacional			3	5			1								3	6	9	
Informático			6	6			3								9	6	15	
Magistrado													42	39	42	39	81	
Pessoal de Inspecção													5	3	5	3	8	
Pessoal de Administração Tributária													4	1	4	1	5	
Oficial de Justiça	30	27													30	27	57	
Polícia Judiciária													9	4	9	4	13	
Polícia de Segurança Pública - Chefe													2		2	0	2	
Polícia de Segurança Pública - Agente													7	2	7	2	9	
Guarda Nacional Republicana - Guarda													5	1	5	1	6	
Serviços Estrangeiros Fronteiras									1						0	1	1	
Total	30	27	18	64	0	0	4	13	0	0	0	0	80	52	132	156	288	

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) por género

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
			Tempo Parcial ou outro regime especial (*)		Tempo Parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)				M	F			
	35 horas		40 horas		42 horas														
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior de 1º grau a)	1																1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)	1																1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)	1																1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)	2	1															2	1	3
Técnico Superior	6	29															6	29	35
Assistente Técnico	5	36															5	36	41
Assistente Operacional	3	6															3	6	9
Informático	9	6															9	6	15
Magistrado	42	39															42	39	81
Pessoal de Inspeção	5	3															5	3	8
Pessoal de Administração Tributária	4	1															4	1	5
Oficial de Justiça	30	27															30	27	57
Polícia Judiciária	9	4															9	4	13
Polícia de Segurança Pública - Chefe	2																2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente	7	2															7	2	9
Guarda Nacional Republicana - Guarda	5	1															5	1	6
Serviços Estrangeiros Fronteiras		1															0	1	1
Total	132	156	0	0	0	0	0	0	132	156	288								

Notas:

 Considerou-se, para cada um dos horários de trabalho semanal assinalados , o **número de trabalhadores** que o praticam.

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver vários períodos normais de trabalho

(*) - Trabalho a tempo parcial ou regime especial: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo.

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira	Modalidade de prestação de trabalho extraordinário por género												TOTAL	
	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)											0:00	0:00	0:00	
Dirigente Superior 2º grau a)											0:00	0:00	0:00	
Dirigente Intermédio 1º grau a)											0:00	0:00	0:00	
Dirigente Intermédio 2º grau a)											0:00	0:00	0:00	
Coordenador Técnico											0:00	0:00	0:00	
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00	
Assistente Técnico								73:00			0:00	73:00	73:00	
Assistente Operacional	1898:00						68:00		19:00		1985:00	0:00	1985:00	
Informático						247:00					0:00	247:00	247:00	
Magistrado											0:00	0:00	0:00	
Pessoal de Inspecção											0:00	0:00	0:00	
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00	
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00	
Polícia Judiciária							150:00				150:00	0:00	150:00	
Polícia de Segurança Pública - Chefe											0:00	0:00	0:00	
Polícia de Segurança Pública - Agente	307:00	46:00					135:00	12:00			442:00	58:00	500:00	
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1432:00						350:00				1782:00	0:00	1782:00	
Serviços de Estrangeiros e Fronteiras											0:00	0:00	0:00	
Total	3637:00	46:00	0:00	0:00	0:00	247:00	703:00	85:00	19:00	0:00	4359:00	378:00	4737:00	

Notas:

Considerou-se o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira	Horas de trabalho nocturno por género						
	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspecção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

Nota: Total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira	Motivos de ausência por género																												TOTAL										
	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total												
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F											
Dirigente Superior 1º grau a)																														17,0	0,0	17,0							
Dirigente Superior 2º grau a)																														6,0	0,0	6,0							
Dirigente Intermédio 1º grau a)																														6,0	0,0	6,0							
Dirigente Intermédio 2º grau a)																														3,0	19,0	22,0							
Técnico Superior			2,0		5,0	13,0	16,0	50,0			30,0				14,0	143,5															37,0	236,5	273,5						
Assistente Técnico				3,0		6,0	46,0	29,0		104,0		15,0	10,0	9,0	18,0	102,0														1,0	74,0	271,0	345,0						
Assistente Operacional					1,0				30,0																							7,0	40,0	47,0					
Informático			5,0			10,0	9,0	53,0	90,0			5,0	1,0		37,0	17,5															142,0	87,5	229,5						
Magistrado				2,0		4,0	53,0	71,0		316,0						4,0	12,0														66,0	409,0	475,0						
Pessoal de Inspecção																															3,0	5,0	8,0						
Pessoal de Administração Tributária								22,0						5,0																		31,5	0,0	31,5					
Oficial de Justiça									97,0	170,0	13,0	187,0																			9,0	43,0	159,0	508,0	667,0				
Polícia Judiciária										12,0						10,0																		3,0	32,0	35,0			
Polícia de Segurança Pública - Chefe																																		0,0	0,0	0,0			
Polícia de Segurança Pública - Agente						5,0		58,0																											63,0	0,0	63,0		
Guarda Nacional Republicana-Guarda									12,0																											6,0	12,0	18,0	
Serviços Estrangeiros Fronteiras																																					0,0	0,0	0,0
Total	0,0	0,0	7,0	6,0	10,0	33,0	301,0	427,0	103,0	607,0	5,0	60,0	11,0	9,0	146,5	373,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	61,0	0,0	0,0	9,0	44,0	623,5	1620,0	2243,5										

Notas:

 Considerou-se o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2 / 2004, de 15 de janeiro e 51 / 2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64 / 2011, de 22 de dezembro).

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
16/jan			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	2		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	2	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
17/jan			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	18		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	18	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
23/jan			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
14/fev			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
15/fev			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	3		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	3	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
27/fev			
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	0:00	

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género
A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de Dezembro

(Número de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	1	12	13
1001-1250 €	10	21	31
1251-1500 €	12	16	28
1501-1750 €	9	11	20
1751-2000€	13	18	31
2001-2250 €	4	13	17
2251-2500 €	13	6	19
2501-2750 €	6	6	12
2751-3000 €	2	1	3
3001-3250 €	1	2	3
3251-3500 €	5	3	8
3501-3750 €	5	2	7
3751-4000 €	3	3	6
4001-4250 €		1	1
4251-4500 €	1		1
4501-4750 €	1	1	2
4751-5000 €			0
5001-5250 €	6	3	9
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €	1		1
Mais de 6000 €	39	37	76
Total	132	156	288

Notas:

- 1) Indicação do número de trabalhadores em cada escalão por género;
- 2) O total do quadro 17 é igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- 3) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): considerada remuneração base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente;
- 4) Foram consideradas as remunerações e os suplementos mencionados no ponto anterior **com as reduções remuneratórias** em vigor;
- 5) Não inclui prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	819,76 €	762,08 €
Máxima (€)	7 517,97 €	8 130,96 €

Nota: Inclui o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima. Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/referencias remuneratórios de natureza permanente

Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	9 492 351,82 €
Suplementos remuneratórios	1 384 615,80 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	265 693,30 €
Benefícios sociais	7 200,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	2 624 374,88 €
Total	13 774 235,80 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

(**) - Registar: Indemnizações por férias não gozadas; Compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos; Os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social; Abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	4 246,83 €
Abono de família	6 366,00 €
Subsídio de educação especial	1 138,47 €
Subsídio mensal vitalício	0,00 €
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	0,00 €
Subsídio de funeral	0,00 €
Subsídio por morte	0,00 €
Acidente de trabalho e doença profissional	0,00 €
Subsídio de desemprego	0,00 €
Subsídio de refeição	253 942,00 €
Outras prestações sociais	0,00 €
Total	265 693,30 €

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	33 078,07 €
Trabalho normal nocturno	0,00 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	19 545,67 €
Isenção de horário de trabalho	0,00 €
Disponibilidade permanente	771 273,65 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	0,00 €
Risco, penosidade e insalubridade	58,31 €
Fixação na periferia	0,00 €
Trabalho por turnos	0,00 €
Abono para falhas	3 291,45 €
Participação em reuniões	33 435,48 €
Ajudas de custo	110 625,13 €
Representação	241 780,17 €
Secretariado	1 341,25 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	170 186,62 €
Total	1 384 615,80 €

Nota:

(*) - não incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno)

(***) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando

(***) incluir também o subsídio de residência

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	7 200,00 €
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	7 200,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						3			2	1	
	F	0						7	4			3	
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						2		2			
	F	0						2			2		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						142		52	90		
	F	0						104			104		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						503			503		

Notas:

Consideram-se os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	4
- absoluta	4
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	4

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:		0,00
Exames de admissão		0,00
Exames periódicos		0,00
Exames ocasionais e complementares		0,00
Exames de cessação de funções		0,00
Despesas com a medicina no trabalho		0,00
Visitas aos postos de trabalho		

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

(*) Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20.11, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 06.03

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	1
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	100

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho	Valor (€)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de risco (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas

QUADRO 27: Contagem relativa a participação em acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção	Duração				
	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	TOTAL
Internas	17				17
Externas	59				59
Total	76	0	0	0	76

Notas:

- **acção interna**, a que se destina exclusivamente a efectivos do serviço.
- **acção externa**, a que pode ter a participação de efectivos de vários serviços
- N° de participações = nº trabalhadores na acção 1 + nº trabalhadores na acção 2 +...+nº trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações)

QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira	N.º de participações e participantes			
	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
			N.º de participações	N.º de participantes
Dirigente superior 1º grau a)				
Dirigente superior 2º grau a)	1	2	3	1
Dirigente intermédio 1º grau a)				
Dirigente intermédio 2º grau a)		1	1	1
Técnico Superior	7	41	48	25
Assistente Técnico	2	7	9	7
Assistente Operacional				
Informático	2	2	4	4
Magistrado				
Pessoal de Inspecção	4		4	5
Pessoal de Administração Tributária				
Oficial de Justiça	1	4	5	5
Polícia Judiciária		2	2	1
Polícia de Segurança Pública-Chefe				
Polícia de Segurança Pública-Agente				
Guarda Nacional Republicana				
Serviço Estrangeiros Fronteira				
Total	17	59	76	49

Notas:

(*) - N.º de participações= nº trabalhadores na acção 1 + nº trabalhadores na acção 2 +...+nº trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações)

(**) - Total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante)

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

QUADRO 29: Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira	Horas despendidas em acções internas	Horas despendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente superior 1º grau a)			
Dirigente superior 2º grau a)	21:00	14:00	35:00
Dirigente intermédio 1º grau a)			
Dirigente intermédio 2º grau a)		22:00	22:00
Técnico Superior	153:00	360:00	513:00
Assistente Técnico	66:00	88:00	154:00
Assistente Operacional			
Informático	45:00	32:00	77:00
Magistrado			
Pessoal de Inspecção	84:00	14:00	98:00
Pessoal de Administração Tributária			
Oficial de Justiça	45:00	28:00	73:00
Polícia Judiciária		42:00	42:00
Polícia de Segurança Pública-Chefe			
Polícia de Segurança Pública-Agente			
Guarda Nacional Republicana-Sargento			
Guarda Nacional Republicana-Guarda			
Serviço Estrangeiros Fronteira			

Notas: Consideraram-se as **horas** despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano.

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

QUADRO 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	15 499,76 €
TOTAL	15 499,76 €

Notas: Consideraram-se as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento do serviço.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	115
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

(1) - para trabalhadores nomeados

(2) - para trabalhadores em CTFP



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

BALANÇO SOCIAL | 2019

Procuradoria-Geral da República

Demonstrações financeiras e orçamentais e respetivos anexos



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações no Património Líquido e o Anexo, bem como as demonstrações orçamentais que incluem: a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração de execução orçamental da receita, a Demonstração de execução orçamental da despesa, a Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e os Anexo às demonstrações orçamentais.



Demonstrações financeiras

Balanço

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.738.570,27	1.486.525,83
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		1.480.434,56	1.236.634,96
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		3.219.004,83	2.723.160,79
Ativo corrente			
Inventários		69.923,76	62.919,41
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		4.579.955,97	4.112.144,63
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		143.233,61	121.254,44
		4.793.113,34	4.296.318,48
Total do Ativo		8.012.118,17	7.019.479,27
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		1.896.168,02	1.896.168,02
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1.445.588,23	511.615,25
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		1.273.314,31	627.479,82
Resultado líquido do período		509.545,27	945.213,18
		5.124.615,83	3.980.476,27



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Rubricas	Notas	2019	2018
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		0,00	0,00
Fornecedores		2.583,09	14.852,13
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	6,15
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	81.801,45
Outras contas a pagar		2.884.919,25	2.537.631,50
Diferimentos		0,00	404.711,77
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		2.887.502,34	3.039.003,00
Total do Passivo		2.887.502,34	3.039.003,00
Total do Património Líquido e Passivo		8.012.118,17	7.019.479,27



Demonstração de resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Impostos, contribuições e taxas		698.055,59	617.694,46
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		16.494.944,51	16.250.516,98
Rend/Gast. imput. ent. cont., assoc. e emp. conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		151.580,41	0,00
Custo das merc. vend. e das matérias consum.		-55.790,78	-58.842,78
Fornecimentos e serviços externos		-2.302.825,40	-2.425.396,61
Gastos com pessoal		-13.904.913,78	-13.088.485,02
Transferências e subsídios concedidos		-7.200,00	-6.000,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imp. invest. não dep./amortiz.(perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		204.150,59	83.553,42
Outros gastos		-50.228,80	-6.581,81
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		1.227.772,34	1.366.458,64
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-718.196,34	-421.245,46
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac(antes de gastos financiamento)		509.576,00	945.213,18
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-30,73	0,00
Resultado antes de impostos		509.545,27	945.213,18
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		509.545,27	945.213,18



Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: EUR	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos transferências e subsídios correntes		16.376.389,09	16.197.373,97
Recebimentos de utentes		698.055,59	617.694,46
Pagamentos a fornecedores		-3.133.206,48	-3.025.930,11
Pagamentos ao pessoal		-13.769.330,03	-13.187.801,03
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-9.818,85	-6.000,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas Operações		162.089,32	595.337,29
Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-125.117,57	-2.253.585,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		36.971,75	-1.658.248,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitante a:			
Ativos fixos tangíveis		-335.144,54	-855.452,17
Ativos intangíveis		-158.433,62	-446.805,60
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos proveniente de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		478.585,58	1.310.361,77
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-14.992,58	8.104,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Unidade Monetária: EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de cap. e de out. instrumentos de cap.		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de cap. e de outros instrumentos de cap.		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		21.979,17	-1.650.144,24
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de cx. no inicio do per.		121.254,44	673.095,52
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		143.233,61	121.254,44
CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de cx. no inicio do per.		121.254,44	673.095,52
-Equivalentes a caixa no inicio do período		0,00	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no inicio do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior (SGA)		121.254,44	673.095,52
SGA De execução orçamental		1.695.594,65	1.098.303,16
SGA De operações de tesouraria		-1.574.340,21	-425.207,64
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		143.233,61	121.254,44
-Equivalentes a caixa no fim do periodo		0,00	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		143.233,61	121.254,44
SGS De execução orçamental		1.836.742,29	1.695.594,65
SGS De operações de tesouraria		-1.693.508,68	-2.672.643,37



Demonstração das alterações no património líquido

Unidade Monetária: EUR

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1.896.168,02	0,00	0,00	0,00	0,00	511.615,25	0,00	0,00	627.479,82	945.213,18	3.980.476,27	0,00	3.980.476,27	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Ajustamentos de transição de ref.contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240,20	0,00	-11.240,20	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conv.de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de revalorização e resp. variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.834,49	0,00	645.834,49	0,00	645.834,49	
Outras alt. reconhecidas no Património Líquido (2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	945.213,18	0,00	0,00	0,00	-945.213,18	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933.972,98	0,00	0,00	645.834,49	-945.213,18	634.594,29	0,00	634.594,29	
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)												509.545,27	509.545,27	0,00	509.545,27
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												-435.667,91	1.144.139,56	0,00	1.144.139,56
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSição NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)	(5)	1.896.168,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.445.588,23	0,00	0,00	1.273.314,31	509.545,27	5.124.615,83	0,00	5.124.615,83	



Notas às demonstrações financeiras

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Designação da entidade: Procuradoria-Geral da República

Endereço: Rua da Escola Politécnica, nº 140, 1269-269, Lisboa

Código da Classificação Orgânica: 07.0.03.01 – Procuradoria-Geral da República

NIF: 600 020 339

Tutela: Ministério da Justiça.

Natureza da atividade: A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público, presidida por Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, que concentra a sua intervenção na direção, coordenação e fiscalização da atividade do Ministério Público, a qual se distribui por vários planos, em que se incluem, entre outras, o exercício da ação penal, compreendendo a direção da investigação criminal, a promoção da legalidade, a representação do Estado, de incapazes e de incertos, e o exercício de funções consultivas.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.



A adoção de um novo Plano de contas e de um novo Classificador dos bens de investimento, existem situações em que os bens mudam de classificação, tendo os mesmos sido objeto de reclassificação.

Não se registaram casos excepcionais a implicar a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as NCP.

A data de transição para este novo referencial foi, o dia 1 de janeiro de 2019, os valores referentes ao período findo, em 31 de dezembro de 2018, não foram reexpressos, pelo que não são comparáveis para algumas rubricas das demonstrações financeiras. Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentado.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS DO BALANÇO (1)	Valores conforme normativo anterior 31/12/2018	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades /reversões (6)	Outros (7)	Retificações (8)	Reclassificações (9)	SNC AP 01/01/2019
ATIVO									
ATIVO NÃO CORRENTE									
Ativos Fixos Tangíveis	1 486 525,83	-11 240,20							1 475 285,63
Propriedades de investimento									0,00
Ativos Intangíveis	1 236 634,96								1 236 634,96
Ativos Biológicos									0,00
Investimentos Financeiros									0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									0,00
Acionistas/sócios/associados									0,00
Outros ativos financeiros									0,00
Ativos não correntes detidos para venda									0,00
Ativos por impostos diferidos									0,00
Sub total	2 723 160,79	-11 240,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 711 920,59
ATIVO CORRENTE									
Inventários	62 919,41								62 919,41
Ativos biológicos									0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis									0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos									0,00
Clientes, contribuintes e utentes									0,00
Estado e outros entes públicos									0,00
Acionistas/sócios/associados									0,00
Outras contas a receber	4 112 144,63								4 112 144,63
Diferimentos									0,00
Ativos financeiros detidos para negociação									0,00
Outros ativos financeiros									0,00
Caixa e depósitos	121 254,44								121 254,44
Sub total	4 296 318,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 296 318,48
TOTAL DO ATIVO	7 019 479,27	-11 240,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 008 239,07



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

RUBRICAS DO BALANÇO (1)	Valores conforme normativo anterior 31/12/2018	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades /reversões (6)	Outros (7)	Retificações (8)	Reclassificações (9)	SNC AP 01/01/2019
PATRIMÓNIO LIQUIDO									
Património/Capital	1 896 168,02								1 896 168,02
Ações (quotas) próprias									0,00
Outros instrumentos de capital próprio									0,00
Prémios de emissão									0,00
Reservas									0,00
Resultados transitados	511 615,25	-11 240,20							500 375,05
Ajustamentos em ativos financeiros									0,00
Excedentes de revalorização									0,00
Outras variações no património líquido	11 190,24							616 289,58	627 479,82
Resultado líquido do período	945 213,18								945 213,18
Dividendos antecipados									0,00
Interesses que não controlam									0,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO	3 364 186,69	-11 240,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	616 289,58	3 969 236,07
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE									
Provisões									0,00
Financiamentos obtidos									0,00
Fornecedores de investimento									0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego									0,00
Passivos por impostos diferidos									0,00
Outras contas a pagar									0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE									
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos									0,00
Fornecedores	14 852,13								14 852,13
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes									0,00
Estado e outros entes públicos	6,15								6,15
Acionistas/sócios/associados									0,00
Financiamentos obtidos									0,00
Fornecedores de investimento	81 801,45								81 801,45
Outras contas a pagar	3 153 921,08							-616 289,58	2 537 631,50
Diferimentos	404 711,77								404 711,77
Passivos financeiros detidos para negociação									0,00
Outros passivos financeiros									0,00
Sub total	3 655 292,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-616 289,58	3 039 003,00
TOTAL DO PASSIVO	3 655 292,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-616 289,58	3 039 003,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO	7 019 479,27	-11 240,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 008 239,07

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como se segue:

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos em euros

Conta	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	-	-
Depósitos à ordem no Tesouro	143 233,61	121 254,51
Depósitos bancários à ordem	-	-
Total de Caixa e Depósitos	143 233,61	121 254,51



2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os feitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.



Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, tendo os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos sido relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos da entidade, que são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos.

3. – Ativos intangíveis

3.1. – Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidades acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.



a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Inicio do Periodo				Final do Periodo				Unidade Monetária: EUR
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia Escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia Escriturada (9) = (6) - (7) - (8)	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	345.582,52	0,00	0,00	345.582,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	426.644,22	61.071,50	0,00	365.572,72	1.777.185,69	296.751,13	0,00	1.480.434,56	
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em curso	525.479,72	0,00	0,00	525.479,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.297.706,46	61.071,50	0,00	1.236.634,96	1.777.185,69	296.751,13	0,00	1.480.434,56	



d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da Demonstração dos Resultados por Natureza (conta 6433000000).

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo, em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada Inicial (2)	Variações no período							Unidade Monetária: EUR
		Adições (3)	Transferências Internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Impariedade (6)	Perdas por Impariedade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	345.582,52	0,00	-345.582,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	365.572,72	280.000,62	1.070.540,85	0,00	0,00	0,00	-235.679,63	0,00	1.480.434,56
Propriedade Industrial e Intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em curso	525.479,72	545.061,13	-1.070.540,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.236.634,96	825.061,75	-345.582,52	0,00	0,00	0,00	-235.679,63	0,00	1.480.434,56

Promoveu-se à reclassificação dos livros da biblioteca inicialmente classificados como ativos intangíveis – projetos de desenvolvimento para ativos fixos tangíveis.

Os ativos intangíveis em curso, de anos anteriores e do próprio ano, cofinanciados por subsídios ao investimento de fundos europeus passaram para a classe de projetos para programas de computador e sistemas de informação.



i) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo, em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

Rubricas (1)	Adições									Unidade Monetária: EUR
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Lotação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	151.580,41	128.420,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,62
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	545.061,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.061,13
Total	151.580,41	673.481,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	825.061,75

As adições internas resulta do trabalho de funcionários da PGR para o projeto AEC-Atendimento Eletrónico ao Cidadão – AEC, no desenvolvimento de Software, finalizado no final de 2019.

ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o exercício findo, em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram quaisquer diminuições.

5. – Ativos fixos tangíveis

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advinham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

- As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidades acumuladas.



b) Os métodos de depreciação usados

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método da linha reta, considerando o período de vida útil máximo constante do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Para cada ativo tangível consta do sistema GERFIP, ficha individualizada, contendo, entre outra informação, a vida útil do ativo e respetiva taxa de amortização.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com as perdas de imparidade acumuladas) no início e no fim do período

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do Período				Final do Período				Unidade Monetária: EUR
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia Escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia Escriturada (9) = (6) - (7) - (8)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	19.942,66	0,00	0,00	19.942,66	2.594,99	901,92	0,00	1.693,07	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	19.942,66	0,00	0,00	19.942,66	2.594,99	901,92	0,00	1.693,07	
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	432.540,80	81.380,00	0,00	351.160,80	
Equipamento de transporte	120.485,47	89.896,24	0,00	30.589,23	120.485,47	96.225,05	0,00	24.260,42	
Equipamento administrativo	6.235.617,67	4.954.675,01	0,00	1.270.542,66	4.684.637,16	3.507.753,33	0,00	1.176.883,83	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	165.195,60	144,32	0,00	165.051,28	532.637,21	348.065,06	0,00	184.572,15	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.521.298,74	5.054.715,57	0,00	1.466.583,17	5.770.300,64	4.033.423,44	0,00	1.736.877,20	
Total	6.541.241,40	5.054.715,57	0,00	1.486.525,83	5.772.895,63	4.034.325,36	0,00	1.738.570,27	



Com à adoção de um novo Plano de contas e do novo classificador dos bens de investimento, existem situações em que os bens mudaram de classificação, tendo-se efetuada a reclassificação dos mesmos.

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Unidade Monetária: EUR Quantia Escriturada Final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	19.942,66	28.387,08	-45.734,75	0,00	0,00	0,00	-901,92	0,00	0,00	1.693,07
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	19.942,66	28.387,08	-45.734,75	0,00	0,00	0,00	-901,92	0,00	0,00	1.693,07
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	432.540,80	0,00	0,00	0,00	-81.380,00	0,00	0,00	351.160,80
Equipamento de transporte	30.589,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.328,81	0,00	0,00	24.260,42
Equipamento administrativo	1.270.942,66	370.932,62	-407.766,01	0,00	0,00	0,00	1.456.921,68	0,00	-1.514.147,12	1.176.883,83
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	165.051,28	899,13	366.542,48	0,00	0,00	0,00	-347.920,74	0,00	0,00	184.572,15
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.466.583,17	371.831,75	391.317,27	0,00	0,00	0,00	1.021.292,13	0,00	-1.514.147,12	1.736.877,20
Total	1.486.525,83	400.218,83	345.582,52	0,00	0,00	0,00	1.020.390,21	0,00	-1.514.147,12	1.738.570,27

O valor das depreciações a que se refere o quadro, reflete todos os registos efetuados nas contas de amortizações acumuladas, durante o ano de 2019, e não apenas os registos nas contas de amortizações do exercício.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Rubricas (1)	Adições										Unidade Monetária: EUR (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou Trocá (5)	Expropriação (6)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (7)	Dação em Pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, Cisão, Reestruturação (10)	Outras (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	28.387,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.387,08
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	28.387,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.387,08
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	370.932,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.932,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	899,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	899,13
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	371.831,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.831,75
Total	0,00	400.218,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.218,83

Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Rubricas (1)	Diminuições						Unidade Monetária: EUR (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a Título Oneroso (2)	Transferência ou Trocá (3)	Devolução ou Reversão (4)	Fusão, Cisão, Reestruturação (5)	Outras (6)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.514.147,12	-1.514.147,12
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.514.147,12	-1.514.147,12
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.514.147,12	-1.514.147,12

Promoveu-se ao desconhecimento de:

- 1) Todos os ativos completamente amortizados e que não estavam a ser utilizados



2) Todas as aquisições com vida útil menor ou igual a 12 meses.

3) Todos os ativos cujo valor de aquisição era inferior a 100€.

6 – Locações

Em 31 de dezembro de 2019, a entidade detinha os seguintes bens em regime de aluguer operacional de viatura, como locatário:

Quadro 6.2 - Locações operacionais - Locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
2 BMW's (1 série 5 e 1 série 4)	66 904,88	13 496,71		-		16 408,03	37 000,14		53 408,17		
Total	66 904,88	13 496,71	-	-	-	16 408,03	37 000,14	-	53 408,17		

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

10 – Inventários

O movimento do período ocorrido na rubrica inventários foi o seguinte:

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Unidade Monetária: EUR (9) = (1)+(2)-(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos / gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	62.919,41	76.389,94	55.790,78		0,00	0,00	20.143,48	6.548,67	69.923,76
Produtos acabados e Intermédios	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	62.919,41	76.389,94	55.790,78	0,00	0,00	0,00	20.143,48	6.548,67	69.923,76



19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais que decorram da aplicação legal. Todos magistrados e restantes funcionários e trabalhadores ao serviço da PGR foram remunerados de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

23 – Outras Informações

Ativo

Outras contas a receber

As outras contas a receber apresentam, o seguinte detalhe:

Rubrica	2019	2018
Outros Devedores -Controlo duplo cabimento	1 836 742,29	1 695 594,65
Devedores Por Acresc. Rend.-Outros Acrescimos de rendimentos	1 725 550,25	1 656 462,19
Outros Devedores - Outros	1 016 135,39	760 087,79
Outros Devedores e Credores-Outros Devedores-Conta Nat-Dest	1 528,04	0,00
Total	4 579 955,97	4 112 144,63

O saldo da rubrica “Outras contas a receber”, em 31 de dezembro de 2019, reflete os montantes referentes aos saldos de gerência (1.836.742,29 euros) que transitam para



o ano seguinte; o acréscimo de rendimentos (1.725.550,25 euros) para fazer face ao pagamento de férias e de subsidio de férias, respeitante à responsabilidade do Estado para com a entidade; as guias de reposição emitidas por cobrar (1.528,04 euros).

A rubrica “outros devedores diversos – outros” inclui o reconhecimento dos montantes contratualizados de projetos comunitários (1.159.368,91 euros), a título de subsídio ainda não recebidos, formalizadas pela assinatura dos respetivos contratos, que se encontram compensados na rubrica “outras contas a pagar”.

Património Líquido

Na variação do património líquido estão refletidos ajustamentos de transição de referencial contabilístico, com a passagem do POC-P para o SNC-AP, no montante de 11.240,20 euros. Encontram-se também registados as transferências de subsídios de financiamento de ativos (projetos comunitários), a reconhecer como rendimento em exercícios futuros de acordo com as amortizações dos ativos (645.834,49 euros) e os resultados transitados de anos anteriores (945.213,18 euros).

Passivo

Fornecedores

Na conta de fornecedores o valor de 2.583,09 euros, corresponde a faturas contabilizadas a aguardar pagamento.



Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rubrica	2019	2018
Credores Acréscimos de gastos -Remunerações a liquidar	1 725 550,25	1 656 462,19
Outros credores - Outros	1 159 369,00	881 589,33
Total	2 884 919,25	2 538 051,52

A rubrica de “credores por acréscimo de gastos”, refere-se, essencialmente, à aplicação do princípio do acréscimo, relativo a encargos com férias e de subsídio de férias (1.725.550,25 euros), para com os trabalhadores da entidade, a pagar em 2020.

Quanto à rubrica “outros credores – outros” respeita ao valor de projetos cofinanciados já contratualizados, mas ainda não recebidos (1.159.368,91 euros).

Demonstração de Resultados

Impostos, contribuições e taxas

A rubrica “impostos, contribuições e taxas” apresenta a seguinte decomposição:

Rubrica	2019	2018
Taxa, multas e outras penalidades - apostilas	676 468,60	617 694,46
Taxa, multas e outras penalidades -multas	21 586,99	0,00
Total	698 055,59	617 694,46

Trabalhos para a propria entidade

Reconhecimento do montante correspondente à participação dos trabalhadores, da entidade, desenvolvimento de software no âmbito do projeto – Atendimento Eletronico ao Cidadão (AEC), que entrou em produção no final de 2019.



Outros rendimentos

A rubrica de “outros rendimentos” apresenta a seguinte decomposição:

Rubrica	2019	2018
Ganhos em Inventários-Sobras	6 548,67	0,00
Correção período anterior - Reposições não abatidas	9 606,41	1 903,42
Imputação Subsídios e Transferências para Investimentos	187 995,51	81 650,00
Total	204 150,59	83 553,42

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “fornecimento e serviços externos” apresentava a seguinte repartição:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	106,00	0,00
Trabalhos especializados	738 025,40	828 916,48
Materiais de consumo	62 261,45	46 182,75
Energia e fluídos	147 553,16	159 430,07
Deslocações, estadas e transportes	227 259,92	252 610,10
Rendas e alugueres	813 970,69	800 914,80
Comunicações	92 739,93	82 400,52
Limpeza, higiene e conforto	196 736,29	210 734,07
Serviços diversos	24 172,56	44 207,82
Total	2 302 825,40	2 425 396,61

Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Remunerações	11 337 907,80	10 634 338,82
Benefícios Pós-Emprego-Outros Benefícios	5 875,24	5 776,87
Encargos sobre Remunerações	2 472 793,08	2 373 872,86
Ouros gastos com o pessoal	76 586,36	49 189,14
Outros encargos sobre gastos com o pessoal	11 751,30	25 307,33
Total	13 904 913,78	13 088 485,02



Outros gastos

A rubrica “outros gastos” tem a seguinte repartição:

Rubrica	2019	2018
Impostos e taxas -taxas	21 392,35	4 625,12
Perdas em inventários - quebras	20 143,48	0,00
Correção do período anterior - abates de bens não totalmente amortizados	8 337,68	1 842,54
Outros-Outros	355,29	114,15
Total	50 228,80	6 581,81

Fluxos de Caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da PGR.



Demonstrações orçamentais

As demonstrações orçamentais são referentes ao período compreendido, entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

À semelhança do que ocorre com as demonstrações financeiras, foram respeitados os parágrafos 40 ao 48 da NCP.

Em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da NCP-26, são seguidamente apresentados os quadros respeitantes aos mapas obrigatórios que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais, com a seguinte ordem:

1. Demonstração do desempenho orçamental;
2. Demonstração de execução orçamental da receita;
3. Demonstração de execução orçamental da despesa;
4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos;
5. Anexo às demonstrações orçamentais.



Demonstração do desempenho orçamental

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Recebimentos	Fontes de financiamento (2019)						2018
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios	Total	
	Saldo de Gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	121.254,44	121.254,44	673.095,52
	Operações orçamentais [1]	1.569.515,67	0,00	126.078,98	0,00	0,00	1.695.594,65	1.098.303,16
	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receb. saldo oper. orçam. devolvido por enti. terc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	-1.569.515,67	0,00	-126.078,98	0,00	121.254,44	-1.574.340,21	-425.207,64
R1	Receita Corrente	1.491.197,59	15.259.731,78	323.515,31	0,00	0,00	17.074.444,68	16.815.068,43
R11	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Contribuições sist. proteção social e subsist.saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Taxas, multas e outras penalidades	698.055,59	0,00	0,00	0,00	0,00	698.055,59	617.694,46
R5	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R51	Transferências e subsídios correntes	793.142,00	15.259.731,78	323.515,31	0,00	0,00	16.376.389,09	16.197.373,97
R511	Transferências correntes	793.142,00	15.259.731,78	323.515,31	0,00	0,00	16.376.389,09	16.197.373,97
R5111	Administrações Públicas	793.142,00	15.259.731,78	0,00	0,00	0,00	16.052.873,78	15.760.643,30
R51111	Administração Central - Estado Português	0,00	15.259.731,78	0,00	0,00	0,00	15.259.731,78	14.996.468,24
R51112	Administração Central - Outras entidades	793.142,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793.142,00	764.175,06
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Exterior - U E	0,00	0,00	323.515,31	0,00	0,00	323.515,31	436.730,67
R513	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital	354.321,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	478.585,58	1.310.361,77
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	354.321,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	478.585,58	1.310.361,77
R91	Transferências de capital	354.321,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	478.585,58	1.310.361,77
R911	Transferências de capital	354.321,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	354.321,00	555.742,94
R9111	Administrações Públicas	354.321,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	354.321,00	555.742,94
R91111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R91112	Administração Central - Outras entidades	354.321,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.321,00	555.742,94
R9113	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Exterior - U E	0,00	0,00	124.264,58	0,00	0,00	124.264,58	754.618,83
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Efetiva [2]	1.845.518,59	15.259.731,78	447.779,89	0,00	0,00	17.553.030,26	18.125.430,20
R12	Receita não Efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	3.415.034,26	15.259.731,78	573.858,87	0,00	0,00	19.248.624,91	19.223.733,36
	Operações Tesouraria [B]	1.578.308,95	0,00	573.841,89	0,00	5.316.455,24	7.468.606,08	7.719.010,28



Demonstração de execução orçamental da receita

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2019)						2018
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios	Total	
D1	Despesa Corrente	1.208.995,37	15.259.731,78	449.577,31	0,00	0,00	16.918.304,46	16.225.880,94
D11	Despesas com o pessoal	0,00	13.767.035,80	2.294,23	0,00	0,00	13.769.330,03	13.187.801,03
D12	Remunerações certas e permanentes	0,00	10.829.248,40	0,00	0,00	0,00	10.829.248,40	10.379.949,77
D13	Abonos variaveis ou eventuais	0,00	449.422,78	2.294,23	0,00	0,00	451.717,01	400.320,80
D2	Segurança Social	0,00	2.488.364,62	0,00	0,00	0,00	2.488.364,62	2.407.530,46
D3	Aquisição de bens e serviços	1.199.176,52	1.486.746,88	447.283,08	0,00	0,00	3.133.206,48	3.025.930,11
D4	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D41	Transferências e subsídios correntes	9.818,85	0,00	0,00	0,00	0,00	9.818,85	6.000,00
D411	Transferências correntes	9.818,85	0,00	0,00	0,00	0,00	9.818,85	6.000,00
D4111	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Entidades do sector não lucrativo	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	6.000,00
D414	Famílias	2.618,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.618,85	0,00
D42	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	5.949,10	0,00	0,00	0,00	0,00	5.949,10	6.149,80
D7	Despesa de Capital	369.313,58	0,00	124.264,58	0,00	0,00	493.578,16	1.302.257,77
D71	Aquisição de bens de capital	369.313,58	0,00	124.264,58	0,00	0,00	493.578,16	1.302.257,77
D711	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Efetiva [5]	1.578.308,95	15.259.731,78	573.841,89	0,00	0,00	17.411.882,62	17.528.138,71
D9	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7] = [5] + [6]	1.578.308,95	15.259.731,78	573.841,89	0,00	0,00	17.411.882,62	17.528.138,71
	Operações Tesouraria [C]	1.845.518,59	0,00	447.779,89	0,00	5.294.476,07	7.587.774,55	9.966.446,01
	Saldo para a Gerência Seguinte	0,00	0,00	0,00	0,00	143.233,61	143.233,61	-977.048,72
	Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	1.836.725,31	0,00	16,98	0,00	0,00	1.836.742,29	1.695.594,65
	Operações Tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	-1.836.725,31	0,00	-16,98	0,00	143.233,61	-1.693.508,68	-2.672.643,37
	Saldo Global [2] - [5]	267.209,64	0,00	-126.062,00	0,00	0,00	141.147,64	597.291,49
	Despesa Primária	1.578.308,95	15.259.731,78	573.841,89	0,00	0,00	17.411.882,62	17.528.138,71
	Saldo Corrente	282.202,22	0,00	-126.062,00	0,00	0,00	156.140,22	589.187,49
	Saldo Capital	-14.992,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.992,58	8.104,00
	Saldo Primário	267.209,64	0,00	-126.062,00	0,00	0,00	141.147,64	597.291,49
	Receita Total [1] + [2] + [3]	3.415.034,26	15.259.731,78	573.858,87	0,00	0,00	19.248.624,91	19.223.733,36
	Despesa Total [5] + [6]	1.578.308,95	15.259.731,78	573.841,89	0,00	0,00	17.411.882,62	17.528.138,71



Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descritivos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental ¹
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (8)+(7)	(10) = (5)-(6)	(11) = (6)-(9)	(12) = (9)/(2)x100		
Despesa corrente													
D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	0,00	7.699.560,00	273.275,00	7.367.958,51	7.367.958,51	7.367.958,51	0,00	7.367.958,51	7.367.958,51	0,00	0,00	95,69
D.01.01.05.00.00	PESSOAL ALEM DOS QUADROS	0,00	489.015,00	17.334,00	467.619,78	467.619,78	467.619,78	0,00	467.619,78	467.619,78	0,00	0,00	95,62
D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	0,00	68.505,00	0,00	68.501,20	68.501,20	68.501,20	0,00	68.501,20	68.501,20	0,00	0,00	99,99
D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0,00	163.056,00	1.207,00	157.127,49	157.127,49	157.127,49	0,00	157.127,49	157.127,49	0,00	0,00	96,36
D.01.01.10.00.00	GRATIFICAÇÕES	0,00	1.500,00	50,00	1.399,56	1.399,56	1.399,56	0,00	1.399,56	1.399,56	0,00	0,00	93,30
D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	0,00	250.728,00	8.743,00	241.780,17	241.780,17	241.780,17	0,00	241.780,17	241.780,17	0,00	0,00	96,43
D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	0,00	798.959,00	26.820,00	771.273,65	771.273,65	771.273,65	0,00	771.273,65	771.273,65	0,00	0,00	96,53
D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	0,00	286.433,00	10.984,00	253.942,00	253.942,00	253.942,00	0,00	253.942,00	253.942,00	0,00	0,00	88,66
D.01.01.14.SF.00	SUBSÍDIO FERIAS	0,00	803.575,00	25.296,00	778.195,50	778.195,50	778.195,50	0,00	778.195,50	778.195,50	0,00	0,00	96,84
D.01.01.14.SN.00	SUBSÍDIO NATAL	0,00	761.791,00	26.733,00	721.450,54	721.450,54	721.450,54	0,00	721.450,54	721.450,54	0,00	0,00	94,70
D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	36.714,00	3.515,00	33.078,07	33.078,07	33.078,07	0,00	33.078,07	33.078,07	0,00	0,00	90,10
D.01.02.04.00.00	AUDIÇÕES DE CUSTO	0,00	134.897,00	19.470,00	112.919,36	112.919,36	112.919,36	0,00	112.919,36	112.919,36	0,00	0,00	83,71
D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	0,00	3.571,00	278,00	3.291,45	3.291,45	3.291,45	0,00	3.291,45	3.291,45	0,00	0,00	92,17
D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM.	0,00	141.100,00	17.124,00	123.946,91	123.946,91	123.946,91	0,00	123.946,91	123.946,91	0,00	0,00	87,84
D.01.02.12.00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	0,00	87.000,00	0,00	78.969,96	78.969,96	78.969,96	0,00	78.969,96	78.969,96	0,00	0,00	90,77
D.01.02.13.A0.00	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS	0,00	90.556,00	10.467,00	78.811,62	78.811,62	78.811,62	0,00	78.811,62	78.811,62	0,00	0,00	87,03
D.01.02.14.A0.00	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	0,00	25.567,00	3.509,00	20.409,24	20.409,24	20.409,24	0,00	20.409,24	20.409,24	0,00	0,00	79,83
D.01.02.14.X0.00	ADICIONAL À REMUNERAÇÃO	0,00	580,00	78,00	290,40	290,40	290,40	0,00	290,40	290,40	0,00	0,00	50,07
D.01.03.03.00.00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	0,00	13.199,00	510,00	6.366,00	6.366,00	6.366,00	0,00	6.366,00	6.366,00	0,00	0,00	48,23
D.01.03.04.00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	0,00	1.200,00	0,00	1.138,47	1.138,47	1.138,47	0,00	1.138,47	1.138,47	0,00	0,00	94,87
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇOES	0,00	2.372.032,00	81.176,00	2.288.254,72	2.288.254,72	2.288.254,72	0,00	2.288.254,72	2.288.254,72	0,00	0,00	96,47
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	189.780,00	6.975,00	182.483,36	182.483,36	182.483,36	0,00	182.483,36	182.483,36	0,00	0,00	96,16
D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	0,00	6.217,00	217,00	5.875,24	5.875,24	5.875,24	0,00	5.875,24	5.875,24	0,00	0,00	94,50
D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	0,00	5.000,00	0,00	4.246,83	4.246,83	4.246,83	0,00	4.246,83	4.246,83	0,00	0,00	84,94
D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	33.400,00	10.278,00	20.630,68	20.630,68	20.630,68	0,00	19.252,13	19.252,13	0,01	1.378,54	57,64
D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	10.000,00	4.047,00	4.781,34	4.781,34	4.781,34	0,00	4.781,34	4.781,34	0,00	0,00	47,81
D.02.01.08.A0.00	PAPEL	0,00	30.250,00	8.230,00	21.986,43	21.986,43	21.986,43	0,00	21.986,43	21.986,43	0,00	0,00	72,68
D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRESSAO	0,00	4.900,00	3.723,00	591,83	591,83	591,83	0,00	591,83	591,83	0,00	0,00	12,08
D.02.01.08.C0.00	OUTROS	0,00	104.927,00	36.608,00	64.078,09	64.078,09	64.078,09	0,00	64.078,09	64.078,09	0,00	0,00	61,07
D.02.01.09.C0.00	OUTROS	0,00	900,00	81,00	665,71	665,71	665,71	0,00	665,71	665,71	0,00	0,00	73,97
D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPORTE-PECAS	0,00	1.700,00	526,00	1.146,54	1.146,54	1.146,54	0,00	1.146,54	1.146,54	0,00	0,00	67,44
D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	0,00	1.400,00	809,00	251,60	251,60	251,60	0,00	251,60	251,60	0,00	0,00	17,97



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (8)+(7)	(10) = (5)-(6)	(11) = (6)-(9)	(12) = (9)/(2)x100		
D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00	2.000,00	607,00	1.002,51	1.002,51	1.002,51	0,00	1.002,51	1.002,51	0,00	0,00	50,13
D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	31.224,00	0,00	29.196,03	29.196,03	29.196,03	0,00	29.196,03	29.196,03	0,00	0,00	93,51
D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	0,00	44.057,00	15.377,00	22.202,63	22.202,63	22.202,63	0,00	22.140,43	22.140,43	0,00	62,20	50,25
D.02.02.01.B.00.00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	0,00	216.586,00	63.293,00	149.483,00	149.483,00	149.483,00	0,00	149.466,18	149.466,18	0,00	16,82	69,01
D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	244.490,00	47.907,00	196.109,87	196.109,87	196.109,87	0,00	196.109,87	196.109,87	0,00	0,00	80,21
D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	0,00	160.275,00	6.600,00	146.637,21	146.637,21	146.637,21	0,00	146.637,21	146.637,21	0,00	0,00	91,49
D.02.02.04.C.00.00	OUTROS	0,00	1.072.975,00	279.133,00	792.914,02	792.914,02	792.914,02	0,00	792.914,02	792.914,02	0,00	0,00	73,90
D.02.02.06.00.00	LOCADAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	34.880,00	16.906,00	17.296,12	17.296,12	17.296,12	0,00	17.296,12	17.296,12	0,00	0,00	49,59
D.02.02.08.00.00	LOCADAÇÃO DE OUTROS BENS	0,00	8.230,00	162,00	8.026,54	8.026,54	8.026,54	0,00	7.392,67	7.392,67	0,00	633,87	89,83
D.02.02.09.A.00.00	ACESSOS A INTERNET	0,00	21.580,00	4.564,00	16.067,79	16.067,79	16.067,79	0,00	16.067,79	16.067,79	0,00	0,00	74,46
D.02.02.09.B.00.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS	0,00	16.800,00	4.047,00	9.284,04	9.284,04	9.284,04	0,00	9.284,04	9.284,04	0,00	0,00	55,26
D.02.02.09.C.00.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	0,00	5.290,00	1.129,00	2.988,55	2.988,55	2.988,55	0,00	2.988,55	2.988,55	0,00	0,00	56,49
D.02.02.09.D.00.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	0,00	6.500,00	1.619,00	4.627,63	4.627,63	4.627,63	0,00	4.627,63	4.627,63	0,00	0,00	71,19
D.02.02.09.F.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	0,00	90.530,00	31.130,00	57.373,17	57.373,17	57.373,17	0,00	57.373,17	57.373,17	0,00	0,00	63,37
D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	247,10	153.400,00	32.605,00	116.495,88	116.495,88	116.495,88	247,10	116.248,78	116.495,88	0,00	0,00	75,94
D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	0,00	4.300,00	1.214,00	1.090,65	1.090,65	1.090,65	0,00	1.090,65	1.090,65	0,00	0,00	25,36
D.02.02.12.B.00.00	OUTRAS	0,00	3.427,00	1.012,00	2.288,04	2.288,04	2.288,04	0,00	2.288,04	2.288,04	0,00	0,00	66,77
D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	355,00	274.018,00	36.706,00	177.214,71	177.214,71	177.214,71	355,00	176.368,05	176.723,05	0,00	491,66	64,49
D.02.02.14.A.00.00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMATICA	0,00	22.850,00	8.461,00	13.943,77	13.943,77	13.943,77	0,00	13.943,77	13.943,77	0,00	0,00	61,02
D.02.02.15.A.00.00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	0,00	3.700,00	0,00	2.540,76	2.540,76	2.540,76	0,00	2.540,76	2.540,76	0,00	0,00	68,67
D.02.02.15.B.00.00	OUTRAS	0,00	17.000,00	0,00	12.959,00	12.959,00	12.959,00	0,00	12.959,00	12.959,00	0,00	0,00	76,23
D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	0,00	29.400,00	0,00	19.793,84	19.793,84	19.793,84	0,00	19.793,84	19.793,84	0,00	0,00	67,33
D.02.02.17.B.00.00	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	0,00	33.100,00	13.040,00	16.065,74	16.065,74	16.065,74	0,00	16.065,74	16.065,74	0,00	0,00	48,54
D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	328.772,00	85.569,00	241.994,25	241.994,25	241.994,25	0,00	241.994,25	241.994,25	0,00	0,00	73,61
D.02.02.19.A.00.00	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORES/SCANNER	0,00	77.748,00	19.279,00	57.705,35	57.705,35	57.705,35	0,00	57.705,35	57.705,35	0,00	0,00	74,22
D.02.02.19.A.80	OUTROS	0,00	9.973,00	4.573,00	5.278,45	5.278,45	5.278,45	0,00	5.278,45	5.278,45	0,00	0,00	52,93
D.02.02.19.B.00	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	9.910,00	3.318,00	1.668,50	1.668,50	1.668,50	0,00	1.668,50	1.668,50	0,00	0,00	16,84
D.02.02.19.C.00	OUTROS	156,83	59.920,00	12.046,00	36.008,70	36.008,70	36.008,70	156,83	35.851,87	36.008,70	0,00	0,00	60,09
D.02.02.20.A.00	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	81.801,45	1.342.775,00	0,00	652.800,82	652.800,82	652.800,82	81.801,45	570.999,37	652.800,82	0,00	0,00	48,62
D.02.02.20.A.80	CONTRATOS DE IMPRESSAO	1.482,29	23.152,00	12.140,00	8.211,26	8.211,26	8.211,26	1.482,29	6.728,97	8.211,26	0,00	0,00	35,47
D.02.02.20.A.00	OUTROS	0,00	60.105,00	17.553,00	23.391,54	23.391,54	23.391,54	0,00	23.391,54	23.391,54	0,00	0,00	38,92
D.02.02.20.B.00	PAGAMENTOS A ESPAP, I.P.	0,00	56.623,00	0,00	47.847,00	47.847,00	47.847,00	0,00	47.847,00	47.847,00	0,00	0,00	84,50
D.02.02.20.E.00	OUTROS	991,26	146.999,00	15.000,00	115.157,28	115.157,28	115.157,28	991,26	114.166,02	115.157,28	0,00	0,00	78,34
D.02.02.21.00.00	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE	0,00	65.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descritivos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
D.02.02.23.B.0.00	TRANSPORTES VERIFICAÇÃO MÉDICA-JUNTA MÉDICA E VERIFICAÇÃO	0,00	4.800,00	0,00	2.055,00	2.055,00	2.055,00	0,00	2.055,00	2.055,00	0,00	0,00	42,81
D.02.02.23.C.0.00	OUTROS	0,00	400,00	0,00	302,90	302,90	302,90	0,00	302,90	302,90	0,00	0,00	75,73
D.02.02.24.00.00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	0,00	7.200,00	900,00	1.363,15	1.363,15	1.363,15	0,00	1.363,15	1.363,15	0,00	0,00	18,93
D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	25.397,00	4.596,00	12.271,66	12.271,66	12.271,66	0,00	12.271,66	12.271,66	0,00	0,00	48,32
D.04.07.01.00.00	INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	100,00
D.04.08.02.B.0.00	OUTRAS	0,00	2.619,00	0,00	2.618,85	2.618,85	2.618,85	0,00	2.618,85	2.618,85	0,00	0,00	99,99
D.06.02.03.00.00	OUTRAS	0,00	12.000,00	5.727,00	5.949,10	5.949,10	5.949,10	0,00	5.949,10	5.949,10	0,00	0,00	49,58
D.06.02.03.R.0.00	RESERVA	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de capital													
D.07.01.07.A.0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	0,00	17.500,00	7.000,00	8.879,99	8.879,99	8.879,99	0,00	8.879,99	8.879,99	0,00	0,00	50,74
D.07.01.07.A.0.CO	OUTROS	0,00	758.204,00	0,00	277.112,31	277.112,31	277.112,31	0,00	277.112,31	277.112,31	0,00	0,00	36,55
D.07.01.08.A.0.B0	OUTROS	0,00	177.174,00	0,00	158.433,62	158.433,62	158.433,62	0,00	158.433,62	158.433,62	0,00	0,00	89,42
D.07.01.09.A.0.B0	OUTROS	0,00	52.800,00	0,00	49.152,24	49.152,24	49.152,24	0,00	49.152,24	49.152,24	0,00	0,00	93,09
Total		85.033,93	20.370.995,00	1.361.276,00	17.414.465,72	17.414.465,72	17.414.465,71	85.033,93	17.326.848,69	17.411.882,62	0,01	2.583,09	85,47



Demonstração da execução do plano plurianual de investimento

Objetivo (1)	Número de Projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Forma de Realização	Rubrica Orçamental (5)	Descrição da Rubrica	RG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	ND (10)	Data Início (11)	Data Fim (12)	Fase de Execução (13)	Prev Ano N (14)	Prev. Ano N+1 (15)	Prev. Ano N+2 (16)	Prev. Ano N+3 (17)	Prev. Ano N+4 (18)	Prev. Periodos Seguintes (19)	Prev Total (20)	Exec Anos Anteriores (21)	Exec Ano N (22)	Exec Total (23)	Nível Execuções anual %	Nível Execuções global	
134	10436	EXEC ELECTRONIC XCHANGE OF E EVIDENCES WITH E-CODE	NA	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0	0,00	4 000,00	0,00	0,00	31.12.2017	31.12.2020	9	4 000,00	2 053,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 053,00	0,00	2 294,23	2 294,23	57,36%	37,90%	
134	10436	EXEC ELECTRONIC XCHANGE OF E EVIDENCES WITH E-CODE	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	9 684,00	47 108,44	0,00	0,00	31.12.2017	31.12.2020	9	48 419,00	56 755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105 174,00	8 373,44	30 086,20	38 459,64	62,14%	33,87%	
134	10835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERCONEXÃO E SEGURANÇA	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	31 248,00	93 744,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	124 992,00	166 656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291 648,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	10839	SIMPLOFICAÇÃO INTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	38 368,00	263 938,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	302 306,00	597 208,00	0,00	0,00	0,00	0,00	899 514,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	10840	INTEROPERABILIDADE NO TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	26 700,00	76 100,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	102 800,00	12 556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115 356,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	9959	ATENDIMENTO ELECTRONICO AO CIDADAO (AEC)	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	192 346,55	175 427,00	0,00	0,00	31.12.2016	31.12.2019	9	189 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189 900,00	177 873,55	189 896,46	367 770,01	100,00%	100,00%		
134	9964	SISTEMA INTEGRADO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL	NA	D2	Aquisição de bens e serviços	0	257 225,75	708 801,97	0,00	0,00	31.12.2016	31.12.2019	9	692 843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692 843,00	273 184,72	436 966,12	710 150,84	63,07%	73,51%		
134	10835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERCONEXÃO E SEGURANÇA	NA	D7	Aquisição de bens de capital	0	95 000,00	285 000,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	380 000,00	380 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	10839	SIMPLOFICAÇÃO INTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO	NA	D7	Aquisição de bens de capital	0	0,00	0,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	0,00	137 096,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137 096,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	10840	INTEROPERABILIDADE NO TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	NA	D7	Aquisição de bens de capital	0	0,00	0,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2020	9	0,00	102 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
134	9959	ATENDIMENTO ELECTRONICO AO CIDADAO (AEC)	NA	D7	Aquisição de bens de capital	0	103 913,05	233 366,73	0,00	0,00	31.12.2016	31.12.2019	9	172 717,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172 717,00	164 562,78	166 961,80	331 524,58	96,67%	98,29%		
134	9964	SISTEMA INTEGRADO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL	NA	D7	Aquisição de bens de capital	0	65 559,66	196 679,00	0,00	0,00	31.12.2016	31.12.2019	9	17 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 000,00	245 238,66	0,00	245 238,66	0,00%	93,52%		
		TOTAL					0	820 045,01	2 084 165,14	0,00	0,00				2 034 977,00	1 454 324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 489 301,00	869 233,15	826 204,81	1 695 437,96	40,60%	38,90%



Notas às demonstrações orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

Receita

As “receitas gerais” são responsáveis por 79,3% da receita cobrada; as “transferências de outros organismos” – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) contribuíram com 6,0%; a integração de saldos transitados com 8,0%; as “receitas próprias” com 3,6% e as transferências de fundos de projetos cofinanciados (3,1%).

Despesa

As “receitas gerais” suportaram a totalidade das despesas com o pessoal; as “transferências de outros organismos” sustentaram as aquisições de bens e serviços; as “receitas próprias” as despesas com bens de capital e aquisição de bens e serviços. Os fundos europeus destinaram-se essencialmente à cobertura de despesas com bens de capital e de bens e serviços de projetos de investimento cofinanciados.

Saldo para a gerência seguinte

A receita cobrada, no ano 2019, elevou-se a 19.248.625 euros, a qual inclui os saldos da gerência do ano anterior, e a Despesa paga ascendeu a 17.411.884 euros, gerando um saldo para a gerência seguinte de 1.836.741 euros.

Demonstração de execução orçamental da receita

A totalidade da receita identificada foi cobrada e liquidada, atingindo um grau de execução orçamental de 87,73%.



Demonstração de execução orçamental da despesa

Os encargos com o pessoal foram responsáveis pela quase a totalidade da despesa do orçamento (83%), seguindo-se as aquisições de bens e serviços, (15%) e por fim, as aquisições de bens de capital (2%).

Mapas de alterações orçamentais

DOR5.1. Alterações orçamentais da receita

1 - Alterações orçamentais da receita

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões Corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]	Unidade Monetária: EUR			
		Previsões Iniciais [3]	Alterações Orçamentais		Créditos especiais [6]						
			Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]							
R1 - Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R1.1 - Impostos diretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R1.2 - Impostos indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R2 - Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	M	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00					
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	M	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00					
R4 - Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R5 - Transferências e subsídios correntes		17.997.998,00	549.681,00	81.681,00	0,00	18.465.998,00					
R5.1 - Transferências correntes		17.997.998,00	549.681,00	81.681,00	0,00	18.465.998,00					
R5.1.1 - Administrações Públicas		17.002.780,00	549.681,00	81.681,00	0,00	17.470.780,00					
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	M	16.255.784,00	0,00	0,00	0,00	16.255.784,00					
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	M	0,00	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00					
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P	746.996,00	0,00	0,00	0,00	746.996,00					
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P	0,00	81.681,00	81.681,00	0,00	0,00					
R5.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R5.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R5.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R5.1.2 - Exterior - U E		995.218,00	0,00	0,00	0,00	995.218,00					
R5.1.3 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R5.2 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R6 - Venda de bens e serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R7 - Outras receitas correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R8 - Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R9 - Transferências e subsídios de capital		1.178.935,00	0,00	0,00	0,00	1.178.935,00					
R9.1 - Transferências de capital		1.178.935,00	0,00	0,00	0,00	1.178.935,00					
R9.1.1 - Administrações Públicas		753.004,00	0,00	0,00	0,00	753.004,00					
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		753.004,00	0,00	0,00	0,00	753.004,00					
R9.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R9.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R9.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R9.1.2 - Exterior - U E		425.931,00	0,00	0,00	0,00	425.931,00					
R9.1.3 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R10 - Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R12 - Receita com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R13 - Receita com passivos financeiros	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	0,00	0,00	1.695.595,00	1.695.595,00					
Total		19.576.933,00	549.681,00	81.681,00	1.895.595,00	21.940.528,00					



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DOR5.2. Alterações orçamentais da despesa

2 - Alterações orçamentais da despesa

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Unidade Monetária: EUR Observações [8]	
			Dotações Iniciais [3]	Alterações Orçamentais			
				Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]		
D1 - Despesas com o pessoal		13.958.535,00	857.020,00	385.020,00	0,00	14.420.535,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes		11.015.122,00	0,00	0,00	0,00	11.015.122,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	M	0,00	373.000,00	0,00	0,00	373.000,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	0,00	267.324,00	332.324,00	0,00	65.000,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais		435.985,00	0,00	0,00	0,00	435.985,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	M	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	0,00	108.400,00	44.400,00	0,00	64.000,00	
D1.3 - Segurança social		2.507.428,00	0,00	0,00	0,00	2.507.428,00	
D1.3 - Segurança social	M	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	
D1.3 - Segurança social	P	0,00	13.296,00	8.296,00	0,00	5.000,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços		4.241.463,00	0,00	0,00	0,00	4.241.463,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	M	0,00	0,00	0,00	326.062,00	326.062,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P	0,00	1.263.935,00	928.497,00	0,00	335.438,00	
D3 - Juros e outros encargos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes		6.000,00	3.819,00	0,00	0,00	9.819,00	
D4.1 - Transferências correntes		6.000,00	3.819,00	0,00	0,00	9.819,00	
D4.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P	0,00	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	
D4.1.3 - Famílias	P	0,00	2.619,00	0,00	0,00	2.619,00	
D4.1.4 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 - Outras despesas correntes		22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	
D6 - Aquisição de bens de capital		1.348.935,00	0,00	0,00	0,00	1.348.935,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P	0,00	63.300,00	406.557,00	0,00	343.257,00	
D7 - Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1 - Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3 - Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8 - Outras despesas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		15.576.533,00	2.188.074,00	1.720.074,00	326.062,00	20.370.595,00	



DOR5.3. Alterações ao plano plurianual de investimento

Unidade Monetária: EUR

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]	
			Início [4]	Fim [5]	Ano t		Períodos seguintes						
					Dotação atual [6]	Dotação corrigida [7]	Ano t+1 [8]	Ano t+2 [9]	Ano t+3 [10]	Ano t+4 [11]	Outros [12]		
134	09959	ATENDIMENTO ELECTRONICO AO CIDADAO (AEC)	31.12.2016	31.12.2020	280.936,00	362.617,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.681,00	
134	09964	SISTEMA INTEGRADO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL	31.12.2016	31.12.2020	583.781,00	709.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.062,00	
134	10436	EXEC_ELECTRONIC XCHANGE OF E-EVIDENCES WITH E-CODE	31.12.2017	31.12.2020	48.419,00	52.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
134	10835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERCONEXÃO E SEGURANÇA	31.12.2018	31.12.2020	504.992,00	504.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
134	10839	SIMPLIFICAÇÃO INTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RELACION	31.12.2018	31.12.2020	383.987,00	302.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-81.681,00	
134	10840	INTEROPERABILIDADE NO TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DA	31.12.2018	31.12.2020	106.800,00	102.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.000,00	
		Total			1.908.915,00	2.034.977,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.062,00	

Lisboa, 26 de junho de 2020

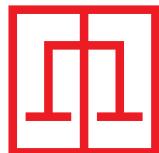
O secretário da Procuradoria-Geral da República

(Carlos Adérito Teixeira)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES | 2019

Procuradoria-Geral da República